Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia

GUILHERME MELO DE FREITAS

Redefinindo o progresso:

A ascensão política de pesquisas sobre bem-estar subjetivo

São Paulo

2012

GUILHERME MELO DE FREITAS

Redefinindo o progresso:

A ascensão política de pesquisas sobre bem-estar subjetivo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Oliva Augusto

São Paulo

2012

*A meus pais, irmão, madrinha - e avó, que
continua me ajudando de onde estiver.*

AGRADECIMENTOS

É um clichê dizer que não é tarefa fácil redigir os “agradecimentos” devido ao receio de omitir alguém importante. Porém, o fato é que esse clichê é verdadeiro! Por isso, serei o mais sucinto possível: afinal, citando poucas pessoas, a maioria deixa de ser mencionada e evito potenciais “brigas” e “ciúmeiras”.

Em especial, agradeço à minha orientadora Maria Helena que - apesar de minhas teimosias! - sempre me acompanhou com infinita paciência ao longo do mestrado.

Às professoras Sylvia Garcia e Fabiana Jardim, por terem participado da banca de qualificação e sugerido indicações valiosas para o prosseguimento do trabalho.

Além disso, agradeço ao CNPq e ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pela bolsa e pelo apoio institucional concedidos ao longo desse período de mestrado.

A todos os amigos, “aquele abraço”!

E, finalmente, agradeço muito minha família com quem sempre pude contar para tudo: em particular, meu pai David, minha mãe Marcia, meu irmão Bruno e minha madrinha Cida. Por fim, agradeço ainda minha avó, “D. Sinica”, que, apesar de não estar mais entre nós, continua nos inspirando com seu exemplo de doçura, carinho e compreensão.

"Os mais importantes Projetos Manhattan do futuro serão as vastas pesquisas, sob patrocínio governamental, em torno do que os políticos e os cientistas participantes chamarão 'o problema da felicidade'"

Aldous Huxley, prefácio de 1946 para *"Admirável Mundo Novo"*

"Embora a Revolução Francesa tenha demonstrado o tremendo perigo que era tentar concretizar o sonho da felicidade na terra, ela não suprimiu a esperança. Sempre presente no horizonte, essa esperança permaneceu não apenas entre os franceses, mas também entre os cidadãos do Ocidente moderno. Nesse sentido, o panorama pós-revolucionário da França assemelhou-se - mais do que poderia se imaginar - ao de outras nações avançadas da Europa e das Américas. Afinal, também nelas, a felicidade futura emergia como o grande conceito legitimador dos governos nacionais e das vidas dos indivíduos, destacando-se no espectro político no sentido de indicar a direção para um mundo melhor"

Darrin McMahon, *"Felicidade, uma história"*

RESUMO

FREITAS, Guilherme Melo. **Redefinindo o progresso: a ascensão política de pesquisas sobre bem-estar subjetivo**. 2012. 132 págs. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Partindo de acontecimentos recentes que evidenciam o aparecimento do tema da felicidade em pronunciamentos governamentais, em eventos de organizações internacionais, na assinatura de declarações, entre outros, esta pesquisa procura rastrear atuações que teriam contribuído para essa ascensão política da temática referida. Realizando uma reconstituição histórica relativa à produção de pesquisas sobre bem-estar subjetivo, constatou-se o papel decisivo exercido pela *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE) no sentido de promover maneiras de conceber e mensurar o progresso que vão além da consideração do PIB (Produto Interno Bruto). Examinando os Fóruns Mundiais realizados pela OCDE nos últimos anos, foi possível identificar ocasiões decisivas para de incentivo à utilização de dados de pesquisas sobre bem-estar subjetivo por parte dos governos. A partir da perspectiva oferecida pela literatura sobre comunidades epistêmicas, a presente dissertação traz elementos para a compreensão da valorização do discurso científico no cenário político contemporâneo.

Palavras-chave: bem-estar subjetivo; felicidade; OCDE; comunidades epistêmicas, progresso.

ABSTRACT

FREITAS, Guilherme Melo. **Redefining progress: the political rise of subjective well-being research**. 2012. 132 pages. Thesis (Master in Sociology) - FFLCH, University of São Paulo, São Paulo, 2012.

Considering the recent emergence of the theme of “happiness”, highlighted in governmental discourse, in congresses organized by international organizations, or in recently signed statements, among similar events, this research tries to track the actions that may have contributed to the political rise of the subject mentioned. Undertaking a historical reconstitution of the production of research on subjective well-being, we found that the decisive role was played by the *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD), who tried to promote alternative ways of conceiving and measuring progress beyond the sole consideration of GDP (Gross Domestic Product). By analyzing the Global Forums organized by the OECD in recent years, it was possible to identify crucial occasions on which the use of research data on subjective well-being by governments was enhanced.

From the perspective offered by the literature about epistemic communities, this thesis brings elements which help understanding the value of scientific discourse in the contemporary political scenario.

Keywords: subjective well-being; happiness; OECD; epistemic communities, progress

SUMÁRIO

PARTE I

CAPÍTULO 1

Problemática da pesquisa.....	10
1.1. Introdução.....	10
1.2. Perspectiva teórica.....	20
1.3. Delimitando a investigação e os procedimentos da pesquisa.....	29

CAPÍTULO 2

Surgimento e evolução das pesquisas sobre bem-estar subjetivo no século XX.....	33
2.1. Em busca do subjetivo.....	34
2.2. Indicadores sociais e bem-estar subjetivo.....	44
2.3. Acontecimentos recentes.....	53
2.4. Algumas considerações iniciais.....	55

CAPÍTULO 3

A OCDE: uma breve aproximação.....	62
---	-----------

PARTE II

CAPÍTULO 4

Os Fóruns da OCDE e as pesquisas sobre bem-estar subjetivo	69
4.1. De Palermo à Istambul: os três primeiros anos.....	75
4.2. O 2º Fórum Mundial: as estatísticas “ganham o mundo”.....	89
4.3. O 3º Fórum Mundial: para além dos indicadores.....	98
4.4. Os acontecimentos mais recentes.....	106

CAPÍTULO 5

Considerações finais.....	112
5.1. A OCDE como comunidade epistêmica.....	112
5.2. Felicidade, ciência e organizações internacionais.....	118

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
---	------------

PARTE I

Capítulo 1

Problemática da pesquisa

1.1. Introdução

Em 2005, na Universidade de Toronto, cientistas procuravam desenvolver uma técnica de tratamento para casos de depressão profunda que não respondiam à intervenção medicamentosa. Os pesquisadores relatavam a realização de uma neurocirurgia que implantava eletrodos de estimulação cerebral numa área específica do cérebro – que, segundo eles, seria a “possível responsável” pela depressão. Numa matéria que apresentava a pesquisa, é narrado o caso de uma paciente que teve o eletrodo implantado:

“Lentamente, o eletrodo é empurrado para dentro do cérebro até alcançar a região Cg25. Uma vez atingido o alvo, o eletrodo é fixado no crânio e inicia-se a fase de testes. Em seguida, um gerador externo é conectado ao eletrodo emitindo estímulos mínimos de alta frequência. É o momento em que a ficção invade o mundo real. A paciente que permaneceu acordada durante todo o tempo irrompe com uma exclamação espantosa. ‘Vejo as cores com maior nitidez! Tenho alegria de viver. Quero colaborar com vocês. Estou me sentindo bem. Quero voltar à vida!’. (...) A partir de então a paciente passará a viver com um gerador estimulando continuamente seu cérebro. Um ciborgue real, mas feliz, livre de uma depressão que parecia incurável. Não é ficção. (...) Tudo indica que a operação fora bem-sucedida. De agora em diante talvez possa alcançar o equilíbrio e a paz que procurou durante tantos anos.”¹

¹ Trecho extraído de AMÂNCIO, E. “Entre a realidade e a ficção”. In: *Mente e cérebro*. São Paulo: Duetto Editorial, novembro de 2008. A título de esclarecimento, é importante ressaltar que a matéria relata que “A cirurgia realizada em 2005 (...) em seis pacientes suplantou expectativas. Quase todos eles melhoraram”. Ou seja, apesar dos sucessos iniciais citados, um tratamento testado somente em seis pacientes, e em que “quase todos eles melhoraram”, apesar de parecer promissor, não deixa de ser passível de inúmeras dúvidas sobre seu futuro: afinal, os resultados ainda são bastante incipientes.

Tomei conhecimento dessa pesquisa quando realizava meu trabalho de iniciação científica na Graduação de Ciências Sociais, investigando a questão do sucesso dos medicamentos antidepressivos no século XX. Naquela altura, instigava-me o que eu denominava de “naturalização dos estados psíquicos” (FREITAS, 2009), isto é, uma maneira de olhar para tais estados de modo a considerá-los como “fenômenos da natureza”, no sentido de serem passíveis de um estudo objetivo e de uma manipulação técnica. E, a passagem citada seria significativa por manifestar enfaticamente essa “naturalização”, ao apresentar um projeto que, por meio de uma intervenção realizada diretamente no cérebro de uma pessoa, produziria a sensação de alegria e contentamento.

Ao prosseguir na consideração dessas temáticas, entrei em contato com alguns autores que abordavam questões correlatas, porém, interpretando-as de um ponto de vista mais amplo. Assim, o caso citado seria apenas um exemplo de inúmeras transformações ocorridas desde longa data:

“comparados a seus predecessores medievais, os membros das sociedades europeias, a partir do ‘Renascimento’, ascenderam a um novo nível de autoconsciência. (...) Em sua condição de observado, o ser humano percebia-se como parte de um processo natural, e, em consonância com o estado alcançado pelo pensamento na época de Descartes, *como parte do mundo dos fenômenos físicos. Este era visto como uma espécie de mecanismo de relógio ou máquina*” (Norbert Elias, apud. SCLIAR, 2003:18).²

Ou seja, considerando essas palavras de Elias, o trabalho daqueles pesquisadores canadenses poderia ser visto como uma ressonância de desdobramentos ocorridos “desde o Renascimento”, em que o ser humano olharia para si mesmo a partir do mesmo prisma que encara os fenômenos naturais, físicos, ou até como uma “espécie de mecanismo de relógio ou máquina”. Recorrendo a Hannah Arendt, poderíamos ainda arriscar que tais traços estariam entre “as principais características da era moderna”:

² Ao longo de toda dissertação, salvo alguma indicação contrária, todos os grifos são meus.

“(...) a ‘instrumentalização’ do mundo, a confiança nas ferramentas e na produtividade do fazedor de objetos artificiais; a confiança no caráter global da categoria de meios e fins e a convicção de que qualquer assunto pode ser resolvido e qualquer motivação humana reduzida ao princípio de utilidade; a soberania que vê todas as coisas dadas como matéria-prima e toda a natureza como ‘um imenso tecido no qual podemos cortar qualquer pedaço e tornar a coser como quisermos’ (ARENDT, 2005: 318).

Tendo essa em mente essa “instrumentalização do mundo”, o interessante no exemplo do “ciborgue real canadense” é que a “matéria-prima” não era apenas a natureza enquanto realidade física, nem as plantas ou os animais, mas sim o próprio ser humano; e, não apenas sua constituição corporal, mas também seus *estados emocionais*, sobre os quais seria possível intervir “como quiséssemos”, a ponto de gerar, graças à tecnologia, um estado de alegria numa pessoa que, a princípio, estava com depressão.

Nesse cenário em que se torna possível lidar com as próprias emoções de um ponto de vista objetivo e passível de manipulação técnica, surgem diversas problematizações. Por exemplo, ao abordar questões como o consumo de medicamentos destinados a males psíquicos, Gilles Lipovetsky comenta o seguinte:

“(...) os sujeitos querem escolher seu humor, controlar sua experiência vivida cotidianamente, tornar-se senhores das vicissitudes emocionais fazendo uso de medicamentos psicotrópicos cujo consumo, como se sabe, não cessa de crescer. À medida que se afirma o princípio de soberania pessoal sobre o corpo, o indivíduo confia sua sorte à ação de substâncias químicas que modificam seus estados psicológicos ‘de fora’, sem análise nem trabalho subjetivo, apenas importando a eliminação imediata dos dissabores (fadiga, insônia, ansiedade), a eficácia mais rápida possível, o desejo de produzir estados afetivos ‘sob encomenda’. (...) Uma das tendências fortes de nossas sociedades coincide com a formidável expansão das técnicas destinadas não apenas a conservar e alongar a vida, mas também a melhorar a ‘qualidade de vida’, a resolver cada vez mais problemas da existência cotidiana tanto dos mais jovens quanto dos mais idosos. Sono, ansiedade, depressão, bulimia, anorexia, sexualidade, beleza, desempenhos de todo tipo, em todos os domínios as ações medicamentosas e cirúrgicas são mobilizadas de maneira crescente. Em uma sociedade de hiperconsumo, a solução de nossos males, a busca da felicidade, se abrigam sob a égide da intervenção técnica, do medicamento, das próteses

químicas. Isso não elimina de modo algum as abordagens psicoterapêuticas, mas é forçoso constatar que a ‘farmácia da felicidade’ tende a reduzir-lhes a antiga centralidade” (LIPOVETSKY, 2007: 56-7).

É importante notar que Lipovetsky não está apenas descrevendo acontecimentos isolados, mas sim apontando o que considera “uma das tendências fortes de nossa sociedade”, que, segundo ele, poderia ser interpretada como um “signo da extensão do bem-estar físico à esfera moral, como a progressão do ideal do conforto absorvendo agora o domínio psíquico” (*Idem*, 289-90). Ou ainda, utilizando as palavras de outros autores, essa tendência tornaria manifesto um “deslocamento das regras de socialização fundadas na interioridade sentimental em direção a uma cultura da subjetividade somática” (ORTEGA e BEZERRA, 2006).

Ora, dados esses desdobramentos, o fato é que aquelas investigações da iniciação científica tendiam a extrapolar o tema do consumo de antidepressivos: afinal, o desenrolar da pesquisa sugeria transformações mais profundas, no sentido de indicar uma “tendência forte da sociedade”, manifestar um significativo “deslocamento cultural”, no qual ocorreria um distanciamento do trabalho reflexivo sobre os sentimentos, concomitantemente à adoção de uma abordagem somática, físico-química (ROSE, 2003). Noções como “autodisciplina”, “adiamento de satisfação”, “educação dos sentimentos”, “esforço árduo”, passariam a ser vistas como incômodas, enquanto se afirmariam novas maneiras de se pensar o “bem-viver”:

“O trabalho sobre si, proposto por esse novo aconselhamento científico, não envolve um processo reflexivo de autoexame. Trata-se, ao contrário, de uma espécie de ‘auto cultivo’ exteriorizado, que se processa no fazer, na experiência de viver, não em uma indagação sobre si. (...) é a própria ideia de uma interioridade propriamente espiritual ou psicológica que é descartada” (RUSSO E PONCIANO, 2002: 366).

Enfim, essas considerações são a origem das inquietações que deram origem à presente dissertação de mestrado. Aos poucos, direta ou indiretamente minha atenção se voltava para o tema da felicidade no mundo contemporâneo.

Ao pesquisar sobre a questão da felicidade de um ponto de vista histórico e filosófico, percebia certo consenso entre os vários autores no sentido de identificarem a centralidade da temática da felicidade nos dias atuais, atentando para algumas características que seriam marcantes em nossa época: imediatismo, consumismo, cientificismo, hedonismo, entre outros (cf., por exemplo, BRUCKNER, 2002; GIANNETTI, 2002; KINGWELL, 2006; LIPOVETSKY, 2007; MARIAS, 1989; SILVA, 2007; MCMAHON, 2006).

Em uma passagem que sintetiza bem o que estamos falando, o filósofo Darrin McMahon - que escreveu uma “história filosófica da felicidade” - afirma o seguinte ao tecer comentários sobre o sucesso do símbolo *Smiley*:³

“Quem, dentre nós, nunca sorri para a câmera? Uma rápida olhada no álbum de fotos da família confirmará que a geração dos nossos avós raramente se prestava a se apresentar por esse prisma. E, quando pensamos que o sorriso da Mona Lisa, há apenas cinco séculos, foi uma anomalia e um choque para o público de seu tempo, temos uma ideia do *quanto nós e o mundo mudamos* (...). Como símbolo da aspiração cultural, a face sorridente capturava perfeitamente a vontade de ter boas sensações que continuava a nos impelir adiante, rumo ao dia presente. (...) poucas figuras na sociedade ocidental contemporânea desempenham um papel tão central para perpetuar a possibilidade de um prazer perene. Se se pode dizer que o negócio da publicidade é vender sonhos, o sonho agora é em geral uma variação do tema da felicidade, em todos os tempos, lugares e coisas.” (MCMAHON, 2006: 484).

Ao interessar-me por essa situação de evidência da temática da felicidade na atualidade, fiquei curioso quando tomei conhecimento das chamadas *pesquisas sobre bem-estar subjetivo*:

“O grande desafio para quem se propõe a analisar os determinantes da felicidade na vida e convivência humanas é obter informações e dados empíricos confiáveis sobre a dimensão subjetiva do bem-estar. Observar diretamente o fenômeno está fora do nosso alcance - apenas alguma forma desconhecida de endoscopia da psique humana, algo difícil de ser

³ É o rosto redondo sorridente, difundido mundialmente, geralmente, de cor amarela (cf. MCMAHON, 483).

concebido até mesmo especulativamente, daria conta da tarefa. O desafio, contudo, é real. Dado que não é possível observar e medir de fora o bem-estar subjetivo, como então saber se as pessoas estão se sentindo mais ou menos felizes com a vida que levam à medida que as condições do mundo ao seu redor se transformam? A saída encontrada foi perguntar a elas. Nas últimas três décadas, uma formidável bateria de questionários e entrevistas vem sendo aplicada a amostras representativas das populações de dezenas de países, principalmente entre os de alta renda per capita, procurando obter respostas sobre o grau de felicidade (elevada, moderada ou baixa) dos indivíduos com a sua vida como um todo. O método, é certo, desperta dúvidas metodológicas legítimas, mas pelo menos oferece uma primeira aproximação do que era até aqui uma verdadeira terra incógnita. Ele tem recebido aprimoramentos ao longo do tempo e, mais importante, tem gerado resultados que satisfazem critérios externos de validação, que são consistentes entre si na experiência de diversos países e que parecem justificar um esforço continuado de análise e investigação” (GIANNETTI, 2002: 62-3).

Procurando me informar sobre o tema,⁴ descobri que, nas duas últimas décadas, as pesquisas sobre bem-estar subjetivo vêm se tornando consideravelmente conhecidas, principalmente, graças a uma área recente da psicologia denominada *psicologia positiva*, que, em vez de adotar uma abordagem focada nas doenças - modo como tradicionalmente se desenvolveu a disciplina -, procura pensar o que torna as pessoas felizes. Autores como Martin Seligman (2000; 2004), Mihaly Csikszentmihaly (1990; 2000), Jonathan Haidt (2006), Michael Argyle (2001), Daniel Gilbert (2006), aparecem como grandes nomes dessa nova tendência na psicologia. Aliás, há também iniciativas brasileiras, como os trabalhos de Paludo e Koller (2007), Passareli e Silva (2007), Giacomoni (2004), Ferraz et al. (2007) e Graziano (2005).

Os autores da psicologia positiva procuram realizar pesquisas acerca do que denominam de bem-estar subjetivo, a fim de encontrar possíveis determinantes da felicidade. Denominando-se uma “*science of happiness*”, seu objetivo é produzir um conhecimento que indique quais são os caminhos para uma boa vida, uma vida feliz.

Levando em conta as reflexões que realizei na iniciação científica, percebia que também podia identificar nessa vertente da psicologia a busca por um

⁴ A exposição detalhada sobre o surgimento e evolução das pesquisas de bem-estar subjetivo será feita no capítulo 2 desta dissertação.

conhecimento que, de algum modo, esclarecesse o “funcionamento” da subjetividade humana para, com isso, atingir um fim desejado: no caso, o bem-estar, a felicidade.

No entanto, o que mais me chamou atenção foi perceber que, nos últimos anos, certos resultados advindos das pesquisas sobre bem-estar subjetivo vêm se inserindo em debates recentes no âmbito político, no contexto de discussões que têm como objetivo complementar os dados do PIB na mensuração do progresso das sociedades. E, aqui, finalmente, chegamos à problemática central deste trabalho.

Para apresentá-lo, recorro ao trecho de Aldous Huxley, num prefácio que escreveu em 1946 para seu *Admirável Mundo Novo*:⁵

"Os mais importantes Projetos Manhattan do futuro serão as vastas pesquisas, sob patrocínio governamental, em torno do que os políticos e os cientistas participantes chamarão 'o problema da felicidade'"⁶

Apesar de ter sido escrita ainda na primeira metade do século XX, a passagem prenunciava acontecimentos recentes relacionados ao aparecimento da temática da felicidade em discussões sobre políticas. Independentemente de haver ou não concordância de nossa parte com o juízo de valor de Huxley - ao denominar essas tentativas de “Projetos Manhattan do futuro” -, o fato é que o trecho citado é certo em suas previsões: afinal, *vivemos numa época em que o tema da felicidade vai se projetando politicamente*. Para corroborar essa afirmação, vejamos alguns acontecimentos recentes.

Em 2007, ocorreu a conferência “*Beyond GDP*”⁷ - organizada por instituições internacionais como a Comissão Europeia⁸ e a Organização para a

⁵ Essa citação foi gentilmente indicada pela Prof. Dra. Fabiana Jardim, na banca de qualificação deste mestrado.

⁶ Só para constar: o Projeto Manhattan foi um empreendimento durante a 2ª Guerra Mundial que tinha como objetivo desenvolver as primeiras armas nucleares dos Estados Unidos (<http://www.nuclearmuseum.org/see/online-museum/history/the-manhattan-project/>).

⁷ <http://www.beyond-gdp.eu/>

⁸ A Comissão Europeia é uma representação da União Europeia, que apresenta propostas legislativas, gerencia e executa políticas e também participa de negociações em nível internacional (http://ec.europa.eu/about_pt.htm).

Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) -, que discutiu questões relacionadas às medidas de progresso (pensando, por exemplo, a inclusão de aspectos sociais, ambientais, qualidade de vida), procurando visualizar o que poderia ser integrado nos processos de tomadas de decisão e incorporado pelo debate público.

A conferência teve desdobramentos posteriores e, em 2009, a Comissão Europeia realizou o pronunciamento “*GDP and beyond: Measuring progress in a changing world*”⁹ que traçava algumas diretrizes-chaves para a União Europeia, tendo em vista melhorar os indicadores de progresso de modo a atender as expectativas dos cidadãos e contribuir o máximo para o desenvolvimento técnico e político de suas respectivas sociedades.

A *Beyond GDP* permanece repercutindo e, atualmente, mantém atividade no seu site, que congrega diferentes iniciativas sobre indicadores de desenvolvimento. E, entre elas, encontramos algumas claramente relacionadas às pesquisas sobre bem-estar subjetivo.

Outro exemplo. Em 2008, na França, o então presidente francês Nicolas Sarkozy requisitou aos economistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen (ambos, Nobel em economia) e Jean-Paul Fitoussi, a elaboração de um relatório que repensasse os modos de mensurar o desempenho dos governos, no que se refere ao desenvolvimento da sociedade como um todo. O grupo, que ficou conhecido como “*Stiglitz-Sen-Fitoussi Commission*”, publicou então um texto sugerindo novas abordagens metodológicas e teóricas para pensar o desenvolvimento.¹⁰

Entre as sugestões expostas, os autores indicavam que os futuros esforços de medição sobre o tema deveriam conceber a noção de bem-estar como algo *multidimensional*, sendo necessários pesquisadores trabalhando em várias frentes (renda *percapita*, desigualdade social, preservação do meio-ambiente, etc.), fornecendo assim um diferenciado arcabouço empírico e teórico para compor uma análise mais completa.

⁹ <http://www.beyond-gdp.eu/>

¹⁰ É ilustrativa a seguinte fala de Nicolas Sarkozy, em 2009, ainda enquanto presidente da França, que evidencia a clara influência desses novos discursos: “Nada é mais destrutivo do que a distância entre a percepção das próprias pessoas sobre o seu bem-estar econômico cotidiano e o que os políticos e estatísticos estão dizendo sobre a economia” (<http://www.beyond-gdp.eu/index.html>).

E, entre os dados relevantes citados no relatório, estavam os “elementos subjetivos envolvidos no bem-estar”, que poderiam contribuir sensivelmente para a criação de novos indicadores de qualidade de vida (STIGLITZ, SEN, FITOUSSI, 2008).

2010. O Primeiro Ministro inglês estabeleceu diretrizes para o *Office of National Statistics* (ONS), instituição nacional inglesa de estatística, que tinham como objetivo promover medidas “heterodoxas” de bem-estar (CAMERON, 2010). Em concreto, o ONS instituiu o “*Measuring National Well-being Programme*”, que assumiu uma postura visando ir além das medidas do PIB. Entre outros assuntos, algumas das questões citadas no pronunciamento também estavam ligadas às pesquisas sobre bem-estar subjetivo. Naquela ocasião, o Primeiro Ministro David Cameron afirmava o seguinte:

“(...) esse será o ponto de partida para um debate nacional sobre o que realmente importa, não só entre os governantes, mas entre pessoas influentes na sociedade: na mídia, nos negócios, entre aqueles que desenvolvem os produtos que utilizamos, que constroem as cidades em que habitamos, que produzem a cultura que desfrutamos. (...) essas informações auxiliarão os governos a trabalharem, *embasados em evidências científicas, em vista de promover o bem-estar das pessoas de modo mais eficaz.* (...) Portanto, essas medidas reafirmam o fato de que nosso sucesso como país *vai além do simples crescimento econômico.* Com isso, iniciaremos um debate nacional sobre como podemos construir juntos *uma vida melhor, estimulando novas reflexões sobre o que realmente importa* - e, com o passar do tempo, auxiliando a elaboração de políticas governamentais que não estão focadas apenas na erradicação de condições degradantes, mas também na *promoção e incentivo daquilo que faz a vida valer a pena*” (CAMERON, 2010).¹¹

Enfim, esses são alguns dos episódios recentes que atestam a presença da “temática da felicidade” no âmbito da política. ***O que teria impulsionado esses acontecimentos? Será possível apontar atores-chave responsáveis por essa nova tendência?*** São essas algumas das questões centrais desta dissertação de mestrado.

¹¹ Assim como essa passagem, todas as citações que são originalmente em outra língua (no caso, o inglês), foram traduzidas por mim.

Como tentar responder essas questões?

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que as diferentes iniciativas que estou denominando de “pesquisas de bem-estar subjetivo” não possuem definições rigorosas, nem um vocabulário comum, consensual. Então, ficará evidente que os diversos estudos aqui considerados utilizam de modo bastante impreciso e intercambiável as noções de “felicidade”, “bem-estar”, “satisfação”, entre outros.

Portanto, a título de esclarecimento, explico que levarei em conta *as pesquisas que buscam apreender o bem-estar no que se refere à sua dimensão subjetiva*: isto é, aquelas que estão preocupadas especificamente com o julgamento, a avaliação, as sensações, os estados subjetivos das pessoas sobre seu próprio bem-estar. Nesse sentido, elas se diferenciam de pesquisas que utilizam outras variáveis - que poderíamos chamar de “objetivas” - como indicadores relativos ao bem-estar: por exemplo, o nível de renda *per capita*, o grau de escolaridade, entre outros.

Tendo isso em mente, a presente pesquisa é constituída por duas partes.

A **Parte I**, além desta Introdução, é composta por uma reconstituição histórica sobre as pesquisas dedicadas a temática do bem-estar subjetivo, a partir de consulta à bibliografia especializada. Essa reconstituição propiciou a descoberta de um ator central para a projeção política do tema da felicidade por meio das pesquisas sobre bem-estar subjetivo: no caso, uma das Diretorias da *Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico*, ou simplesmente *OCDE*.

A **Parte II**, por sua vez, concentra-se num exame mais detalhado das atuações da OCDE nesse tema, a partir do prisma da literatura sobre comunidades epistêmicas. Por fim, há uma breve reflexão sobre possíveis significados desses acontecimentos enquanto tendências sociais influentes no mundo contemporâneo.

Expondo mais especificamente, no capítulo 2, busco rastrear as raízes históricas das iniciativas que procuraram pesquisar o tema do bem-estar subjetivo. Quem foram os pioneiros? Quais eram seus objetivos? Como o tema se desenvolveu ao longo do tempo, a ponto de ganhar relevância política no século XXI?

Partindo desse panorama histórico amplo, o capítulo 3 se detém no ator que apareceu como o grande protagonista para que se dessem os acontecimentos recentes

citados acima: a *Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico* (OCDE). Apresentando brevemente a estrutura da Organização,¹² indico aquilo que privilegiarei em minha investigação: a saber, os Fóruns Mundiais sobre a questão da medição e promoção da temática do progresso.

No capítulo 4, realizo um exame mais pormenorizado desses Fóruns Mundiais, detendo-me principalmente no material disponível nos sites oficiais dos eventos.¹³ Quais as mais relevantes no sentido de serem centrais para a inserção do tema da felicidade na esfera política? Como elas estariam conseguindo exercer uma influência significativa?

Finalmente, no capítulo 5, concluo esta dissertação, analisando essa atuação da OCDE sob a perspectiva das comunidades epistêmicas, e tecendo algumas breves considerações sobre essa abordagem científica da temática da felicidade.

Antes de iniciar, gostaria de expor alguns comentários teóricos e metodológicos.

1.2. Perspectiva teórica

Ao desenvolver o presente estudo, percebi que uma questão importante que precisava ser encarada era a seguinte: *Como explicar transformações ocorridas no cenário político em âmbito internacional?* E descobri que são várias as abordagens que procuram responder essa pergunta, em especial, na área das relações internacionais.

Em grande medida, a perspectiva historicamente hegemônica nesse sentido tem sido a chamada visão “**neorrealista**” da política, que toma como unidade de análise os *Estados* enquanto atores centrais do processo político, focando a atenção na distribuição desigual de poder - que se pode manifestar, por exemplo, na detenção privilegiada de tecnologias de guerra ou na posse de recursos econômicos abundantes (por exemplo, GILPIN, 1981; KRASNER, 1985; WALTZ, 1979). Porém, surgiram outras visões que ganharam relevância.

¹² Ao longo deste trabalho, na maioria das vezes, entre outras variações, designaremos essa organização por sua sigla - “OCDE” -, ou simplesmente por “Organização”.

¹³ Sobre tal abordagem, cf. item **1.3. Delimitando a investigação e os procedimentos da pesquisa.**

Por exemplo, outra perspectiva que se destacou foram as chamadas “**teorias do desenvolvimento**”, que também consideram os Estados como atores protagonistas, porém, interessando-se principalmente na situação dos *países periféricos*, de modo a captar as vantagens comparativas presentes no mercado global e, assim, enxergar a desigualdade de condições competitivas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (por exemplo, CARDOSO E FALETTTO, 1984; EVANS, 1979; GALTUNG, 1984; WALLERSTEIN, 1979).

Outra abordagem que também se sobressaiu na área das relações internacionais foi a chamada visão “**pós-estruturalista**”, que, em linhas gerais, destaca o papel significativo da *linguagem* no jogo político, direcionando o olhar para os discursos e procurando observar os diferentes usos concretos das palavras nos diversos contextos, assim como suas principais implicações (DERIAN e SHAPIRO, 1989; ASHLEY e WALKER, 1990).

Finalmente, além dessas perspectivas mencionadas, nas duas últimas décadas, surgiram iniciativas mais intimamente ligadas aos objetivos do presente trabalho: em concreto, abordagens que procuram tratar especificamente o *papel das ideias e do conhecimento nas mudanças políticas* (FARIA, 2003: 24).

Entre as vertentes que compõem esses recentes empreendimentos, estão, mais particularmente, os estudos sobre as chamadas “**comunidades epistêmicas**”, encabeçados pelos trabalhos de Peter M. Hass - pesquisador na área de Ciência Política da Universidade de Massachussets -, que há algum tempo vem sendo referência entre as pesquisas que investigam a importância das ideias nas discussões e ações relativas às políticas em âmbito internacional.¹⁴

A seguir, apresento tal abordagem, pois é a partir dela que examinarei as iniciativas da OCDE em relação à inserção da temática da felicidade na política.

Segundo Hass (1992a), vivemos num período em que a coordenação política internacional se torna cada vez mais uma necessidade premente, principalmente devido aos novos desafios advindos das situações de incerteza e da complexidade dos

¹⁴ Entre outros nomes importantes que trabalham com uma abordagem mais ou menos próxima dessa perspectiva, empenhando-se em compreender diferentes fenômenos internacionais recentes, cito a título de exemplo: KECK e SIKKINK (1998), HALL (1989; 1993) e WEIR (1992).

problemas de relevância global. Seja nas relações acerca do armamento nuclear dos diferentes países (ADLER, 1992), seja nas discussões referentes aos problemas com a camada de ozônio (HAAS, 1992b), impera um cenário bastante incerto, em que as decisões dos atores estatais dependem dos posicionamentos de outros atores, o que gera uma situação de múltiplas possibilidades de encaminhamentos, que podem ter diferentes consequências, muitas vezes não previstas (SEBENIUS, 1992).

Dada essa conjuntura de imprevisibilidade, surgem os seguintes questionamentos: como se dá, então, a escolha das prioridades e medidas a serem tomadas? O que influencia tais decisões? Ou, falando em termos mais amplos, como estudar satisfatoriamente a complexa dinâmica da política global contemporânea?

Se, por um lado, é possível notar esse cenário de incertezas e complexidades, por outro, podemos observar também uma crescente valorização do conhecimento científico no âmbito da política, instaurando um progressivo processo de profissionalização das burocracias, provocando o surgimento de inúmeros ministérios, agências reguladoras e projetos de planejamentos estratégicos a partir de critérios técnicos. É por isso que, como observava um autor, já em 1965: “A maior parte da história do progresso social do século XX pode ser descrita em termos da *migração de amplas áreas das políticas públicas do âmbito da política para o âmbito da expertise* [isto é, do conhecimento especializado]” (Citado por HASS, 1992a: 8).

Essa situação contribuiu para que se prestasse atenção no papel político de *elites produtoras de conhecimento*: com a complexidade dos problemas, a profissionalização do aparato estatal e a crescente valorização do conhecimento científico enquanto autoridade legítima, tais elites despontaram como potenciais atores relevantes nas deliberações empreendidas na esfera política, tornando-se um canal importante de consulta e aconselhamento por parte dos tomadores de decisão, seja porque estes desejavam prever melhor suas estratégias e seus possíveis riscos, seja porque surgiam crises inesperadas que clamavam por medidas eficazes – ambas situações em que se demandavam informações precisas sobre as respectivas circunstâncias.

Partindo dessa descrição conjuntural, a “perspectiva das comunidades epistêmicas” apresenta-se como uma abordagem que:

“(…) examina o papel das redes de profissionais com expertise e conhecimentos [*networks of knowledge-based experts*] – comunidades epistêmicas [*epistemic communities*] – no sentido de articularem as relações de causa-e-efeito das questões problemáticas em voga, auxiliando os Estados a identificarem suas prioridades, pautando os temas do debate público, assim como propondo políticas específicas e destacando tópicos para possíveis negociações. Nós sustentamos que a posse de conhecimentos e informações é uma importante dimensão do poder, e que a difusão das ideias inovadoras pode implicar novos modos de atuação, evidenciando como esses fatores [isto é, a posse de conhecimentos e informações] seriam elementos importantes para a coordenação política internacional” (HASS, 1992a: 2-3).

Em poucas palavras, as comunidades epistêmicas seriam “redes de profissionais com expertise e competência reconhecidas num domínio específico, com uma demanda por autoridade reivindicada pela detenção de conhecimentos relevantes para as políticas públicas ligadas àquela área em questão” (HASS, 1992a: 3).

A seguir, apresento as quatro características recorrentes dessas redes, seguindo a enumeração que se tornou referência nesses mais de vinte anos de literatura especializada sobre o tema (Cf. CROSS, 2012 e HASS, 2012). As características são (HASS, 1992a; SUNDSTRÖM, 2000):

1. Um conjunto de posicionamentos normativos, convicções que propiciam uma base comum de valores [*normative and principled beliefs*];
2. Concepções relativas a causalidades [*causal beliefs*], que contribuem para a construção de um conjunto central de problemas da área;
3. Critérios de validade [*notions of validity*];
4. Modos compartilhados de atuação política, amparados na convicção de promoção de melhorias específicas.

Portanto, o singular nas comunidades epistêmicas é que sua demanda por influência política busca se legitimar justamente na *detenção de um conhecimento especializado*: ou seja, sua “autoridade” está baseada fundamentalmente nesse critério - aliás, para os tomadores de decisão, é isso o que as diferencia de outros grupos que também desejam exercer um papel de destaque na política (CROSS, 2012).

Sinteticamente, a lógica básica da perspectiva das comunidades epistêmicas é a seguinte: dado que vivemos em contextos de incerteza, torna-se uma necessidade a produção de informações e interpretações que de algum modo sejam capazes de contribuir para a diminuição dessas incertezas, auxiliando, assim, os processos de tomadas de decisão. Portanto, quanto mais “complexos são os contextos em que são desenvolvidas as políticas públicas, maior importância têm as comunidades epistêmicas” (OLIVEIRA, 2012: 4).

Assim, tal perspectiva considera o fato de que os atores políticos podem eleger objetivos totalmente novos *justamente devido ao aparecimento de conhecimentos inovadores apresentados pelas comunidades epistêmicas*. A atenção a esse elemento faz com que seja possível enxergar que os resultados do jogo político não dependem apenas da desigualdade de poder em questão, mas também da *distribuição das informações relevantes* para as diferentes circunstâncias concretas. Nesse sentido, os atores não seriam meros maximizadores de poder e de recursos, mas também *minimizadores de incertezas*.

Portanto, tais comunidades surgem justamente com a emergência de demandas por conhecimentos específicos que, num primeiro momento, não estão disponíveis. Ao se formarem, algumas delas se destacam no fornecimento dessas informações socialmente valorizadas. Com isso, seus membros que se sobressaem tornam-se atores relevantes, pois os tomadores de decisão passam não só a solicitar-lhes informações, como também lhes delegam responsabilidades e até cargos estratégicos.

De modo ilustrativo, Sundström descreve como essa influência se dá concretamente:

“Nota-se a influência das comunidades epistêmicas quando se percebe que os especialistas de determinados assuntos encontram colegas de profissão de outros países e organizações. Eles podem se encontrar em congressos ou mesmo serem membros de alguma organização internacional que trata especificamente de um tema. Como esses especialistas compartilham o vocabulário e a compreensão pertinente ao assunto em questão, eles podem constituir laços sólidos com esses seus colegas internacionais. Podem até começar a discutir possíveis soluções para os problemas que abordam em suas conversas. A comunidade, então, irá formular suas próprias soluções aos problemas que seus respectivos superiores supostamente deveriam resolver. Assim, quando um gestor ou um decisor pergunta a seu especialista como solucionar um problema específico, a solução da comunidade será sugerida. Quando os atores políticos se reúnem para discutir o tema em questão, eis que - surpreendentemente! - descobrem que eles compartilham as mesmas ideias, pois os especialistas ‘independentes’ sugeriram todos os mesmos conselhos. Essa aparente harmonia entre os atores políticos provavelmente significa que a resolução em pauta será executada: afinal, por que complicar as coisas quando todos concordam?” (SUNDSTRÖM, 2000: 2).

Essa viva descrição revela que, dado que as comunidades epistêmicas possuem seus próprios posicionamentos - e, portanto, “visões de mundo” específicas -, na medida em que elas ganham força e se estabelecem de modo mais marcante no interior das administrações públicas, os seus pontos de vista passam a influenciar direta ou indiretamente determinadas políticas em âmbito nacional e internacional, ao pautar as diretrizes principais de um determinado assunto, ou fornecer as abordagens legítimas para considerá-lo.

Tendo isso em conta, seria possível traçar dois tipos principais de influência por parte das comunidades epistêmicas: “a adoção de novos fins *instrumentais* (novas práticas) e a adoção de novos fins *valorativos* (novos objetivos)” (ADLER e HASS, 1992:386).

Para Hass (1992a), as abordagens existentes até o final da década de 1980 eram insuficientes, justamente por não considerarem as *condições que propiciam o surgimento de novos modos de pensar e atuar* em todo esse processo. Portanto, seria preciso prestar atenção na *maneira como os atores estatais elegeriam determinadas prioridades*: quais os critérios adotados? Como os diferentes problemas são abordados?

Por isso, mais do que abordar “em si mesmas” as expectativas existentes na dinâmica política, a perspectiva das comunidades epistêmicas aponta como central a seguinte questão: “*Como surgem as expectativas do âmbito político?*”. Segundo tal visão, elas surgem

“de processos interpretativos que envolvem estruturas políticas e culturais, assim como de instituições dedicadas a definir e modificar valores e sentidos para a ação. (...) O desafio é mostrar não somente as características estruturais da dinâmica do jogo político, mas também o processo de ascensão dos agentes e de suas expectativas, assim como os modos como as alternativas e os resultados do jogo são definidos” (ADLER e HASS, 1992: 371).

Ou seja, ao abordar as comunidades epistêmicas, o pesquisador estará direcionando sua atenção para o *processo de construção* das expectativas e dos valores compartilhados que motivam as ações, não considerando apenas a estrutura circunstancial da situação política daquele momento. Hass sugere que, diferentemente dos teóricos clássicos das relações internacionais que abordaram a dinâmica política como um processo “racional”, em que haveria preferências definidas de modo preciso, no cenário atual, os estudos mais contemporâneos da área estarão preocupados com a *trajetória de formação das preferências*, buscando investigar *como certas concepções sobre a natureza dos problemas e as maneiras coletivas de abordá-los se formaram*, tornando a análise mais fluída, complexa e, por isso, desafiadora (HASS, 2012:12).

Concluindo a apresentação da perspectiva das comunidades epistêmicas, ainda gostaria de citar alguns pontos levantados pelo texto de Cross (2012) já mencionado acima, que realizou um balanço sobre as duas décadas de trabalhos nessa temática.

Segundo Cross (2012), a literatura ligada às comunidades epistêmicas continua sendo extremamente importante devido ao crescente processo de transnacionalização da governança global e da progressiva relevância de atores não estatais: nesse sentido, tal perspectiva se insere num contexto de várias outras abordagens contemporâneas tentando entender outros atores não estatais (organizações

não governamentais, corporações multinacionais, grupos de ativistas, etc.) que participam efetivamente da construção da política internacional contemporânea.¹⁵ Portanto, para a autora, o tema das comunidades epistêmicas permanece em voga na atualidade:

“Dado que os processos globais se tornam cada vez mais complexos, levando várias problemáticas a situações de incerteza, a demanda por especialização é crescente. Neste cenário, as comunidades epistêmicas atuam em realidades concretas que demandam respostas políticas. (...) Cada vez mais, os tomadores de decisão irão apoiar-se na autoridade dessas redes para formular soluções transnacionais para os problemas globais. (...) Com o crescimento da interação transnacional, (...) o papel de atores não estatais torna-se cada vez mais proeminente e a intersecção da governança global com o conhecimento de especialistas deve se tornar uma parte significativa da nova geração de pesquisas sobre comunidades epistêmicas” (CROSS, 2012: 23-24).

No entanto, apesar dessa relevância citada, teria havido pouca evolução do ponto de vista teórico nos últimos anos: na visão de Cross, os trabalhos teriam ficado reduzidos a estudos empíricos específicos, não desenvolvendo inovações conceituais: com isso, a clássica definição de Hass (1992a) continua a ser a mais utilizada até o presente.

Nesse sentido, apesar de os vários estudos realizados terem gerado resultados importantes, para Cross (2012), seria necessária uma reavaliação sobre a perspectiva em questão, a fim de aproveitá-la melhor. E, entre os pontos que a autora sugere a serem enfatizados tendo em vista refinamentos conceituais inovadores, a meu ver, o mais original e interessante é a atenção especial à *coesão interna* do grupo estudado - que se manifestaria pelo seu *grau de profissionalização* (normas, padrões, treinamentos, socialização, status e autoridade sobre determinado campo do conhecimento).

¹⁵ Sobre esses outros atores não estatais, cf. SLAUGHTER, 2004; KECK e SIKKING, 1998; e ADLER e POULIOT, 2011.

Ao focar sua atenção na relação entre produção de conhecimento e política, partindo da pergunta “Como surgem as expectativas no âmbito político?”, a literatura referente às comunidades epistêmicas parece oferecer um arcabouço teórico apropriado para uma pesquisa que pretende descobrir como a temática da felicidade ascendeu como expectativa digna de consideração por parte de atores políticos relevantes.

Dado que irei examinar atentamente o material disponível sobre os Fóruns Mundiais organizados pela OCDE, que acabaram por atuar no sentido de afirmar certos “valores e sentidos para a ação”, estarei me debruçando sobre um processo de ascensão de certos “agentes e de suas expectativas, assim como os modos como as alternativas e os resultados do jogo são definidos” (ADLER e HASS, 1992: 371), procurando traçar a trajetória de formação de certas preferências assim como de maneiras de abordar determinados problemas em questão. Em concreto, estou levando em conta o aparecimento de demandas a favor da entrada de uma temática específica (felicidade) na esfera política, pois se afirma que os fatores considerados até então não seriam suficientes para atender as necessidades das pessoas e da sociedade como um todo.

Assim, num contexto em que se reivindica que o crescimento econômico não diz tudo sobre o progresso das sociedades, teria despontado uma situação de relativa *incerteza*: afinal, se o crescimento do PIB não é suficiente, *que outros fatores levar em conta?* E, além disso, *como obter informação sobre esses outros fatores?*

Essa descrição relativa a um “cenário de incerteza” oferecida pela literatura das comunidades epistêmicas possibilita entendermos porque o conhecimento passa a ser demandado, e porque se torna relevante politicamente. Dada uma situação insatisfatória, surgem demandas por informação tendo em vista tomadas de decisões mais acertadas. Buscam-se então informações *legitimadas socialmente*, que possam ser utilizadas como argumentos em favor de certas medidas concretas.

Porém, no caso que estou considerando, é possível perceber as seguintes nuances: mais do que contextos de incerteza gerando demandas por conhecimento, identificamos produtores de conhecimento que atuam *no sentido de persuadir quanto à existência dessa situação de incerteza* e, em contrapartida, *oferecem-se como potenciais fornecedores do conhecimento necessário para lidar com tais situações*.

Nesse sentido, partindo da perspectiva das comunidades epistêmicas, os Fóruns Mundiais que irei analisar parecem ser ocasiões concretas de *criação de expectativas* no cenário político contemporâneo, nas quais pesquisadores atuam visando inserir na agenda política novas maneiras de considerar a temática relativa ao progresso das sociedades - sendo que, entre elas, estão as discussões sobre o tema da felicidade, alavancadas por meio das pesquisas de bem-estar subjetivo.

Antes de iniciar a reconstituição histórica, é importante explicitar como irei “acessar” a OCDE. Afinal, trata-se de uma instituição de porte considerável, composta por muitas divisões e subdivisões.¹⁶

1.3. Delimitando a investigação e os procedimentos da pesquisa

Dada a problemática desta pesquisa, é razoável que eu direcione minha atenção às áreas da OCDE que estão mais ligadas às discussões sobre a temática da medição do progresso das sociedades e aos respectivos Fóruns Mundiais citados há pouco. Sendo assim, uma questão preliminar importante seria identificar quais seriam essas áreas.

Ora, levando em conta a descrição organizacional detalhada da OCDE,¹⁷ a partir de uma rápida busca no site¹⁸ sobre os temas referidos, nota-se que o ator que concentra as principais ações nesse sentido é a *Diretoria de Estatística* da instituição.

Sendo uma Diretoria – e, portanto, localizada no Secretariado¹⁹ –, a Diretoria de Estatística se apresenta como responsável por desenvolver conteúdos passíveis de

¹⁶ Apresentarei mais detalhes sobre isso no capítulo 3.

¹⁷ <http://www.oecd.org/about/listofdepartmentsandspecialbodies.htm>. Nesse endereço, há apenas a enumeração das subdivisões da Organização. Como dito em nota anterior, no capítulo 3, exporei mais detalhadamente a configuração da OCDE.

¹⁸ <http://www.oecd.org/>

¹⁹ Para mais detalhes, cf. capítulo 3.

comparação entre os diferentes países, a fim de possibilitar a elaboração de padrões internacionais confiáveis e significativos.²⁰ E, é no interior dessa Diretoria que está o Projeto²¹ “*Better Life Initiative: Measuring Well-Being and Progress*”, que é um empreendimento que concentra as atuações principais da instituição relativas aos objetivos desta pesquisa. Portanto, realizarei minha investigação a partir desse Projeto, procurando rastrear seus antecedentes e, assim, descobrir sua trajetória de surgimento e evolução.

Em concreto, apesar de realizar no capítulo 2 uma reconstituição histórica mais abrangente, o *período abordado mais densamente pelo presente estudo está entre o ano de 2004* - data em que se deu o primeiro Fórum Mundial da OCDE sobre o tema das medições relativas ao progresso – *e 2009* – data do terceiro Fórum.

Para tanto, no que se refere à questão de identificar comunidades epistêmicas, Hass (2012: 15) enuncia alguns caminhos que sugerem possíveis procedimentos para esta dissertação: consulta a fontes diversas - publicações, discursos, relatórios, listas de participantes de eventos, documentos, notícias da imprensa -, assim como entrevistas com aqueles que parecem ser atores-chave da comunidade.

No tocante a entrevistas, consegui apenas trocar poucos e-mails, realizando perguntas pontuais a alguns dos nomes importantes do referido Projeto da OCDE. Decidi, então, concentrar meu trabalho na consulta dos documentos disponíveis no próprio site do Projeto, pois, esse era justamente o conselho das pessoas com quem conversei por e-mail.²² Sendo assim, posso afirmar que a técnica utilizada nesta investigação é a *pesquisa documental*.

Ora, poder-se-ia argumentar, “dizer que se utilizará documentos é não dizer nada sobre *como* eles serão utilizados” (MAY, 2004: 206. *Grifo no original*). Portanto, é preciso explicitar melhor quais documentos serão privilegiados e que postura adotarei perante eles.

²⁰ <http://www.oecd.org/std/>

²¹ Ao longo do trabalho, sempre utilizei letra maiúscula para falar do referido “Projeto”.

²² Os e-mails que recebi das pessoas da própria OCDE respondendo minhas questões, geralmente, terminavam com algo como “Se quiser informações mais detalhadas sobre esses assuntos que perguntou, a dica é consultar a grande quantidade de material disponível no site...”.

Primeiramente, é interessante notar que o site da Organização e, mais especificamente, o do *Better Life Initiative*,²³ não é apenas uma apresentação breve do que consiste o Projeto. Trata-se de um site com grande quantidade de informação - o que, por um lado, tem a vantagem de ser rico em conteúdo; mas, por outro, dificulta a localização daquilo que seria o mais relevante no que se refere aos interesses principais desta pesquisa.

Por isso, a estratégia que adotei foi realizar uma varredura geral a partir do site principal do Projeto,²⁴ consultando todas as referências sobre as iniciativas relacionadas à minha problemática: encontram-se ali links para todos os eventos realizados (inclusive os Fóruns Mundiais e os “pré-Fóruns”), contendo um material abundante de discursos, notícias, pronunciamentos, compromissos assinados, palestras, entre outros. Em geral, são textos em *pdf* ou apresentações de *Power Point*, cujos conteúdos se mostraram bastante proveitosos para os objetivos esta pesquisa.

Portanto, irei considerar os documentos disponíveis no site da OCDE a partir da perspectiva das comunidades epistêmicas: tendo como objetivo específico deter-me nas menções às pesquisas sobre bem-estar subjetivo, pretendo identificar como se deu a introdução desses novos discursos que levantam a questão da felicidade nos debates e ações relacionados à temática do progresso das sociedades.

Assim, é importante salientar que busco a *incidência de referências a essas pesquisas nos documentos consultados*: não pretendo, pois, destrinchar as próprias pesquisas, avaliando o que seriam, no sentido de emitir juízos sobre sua validade científica, ou algo do tipo. Ou seja, faço aqui uma *investigação sobre a ascensão política da temática da felicidade por meio das pesquisas sobre bem-estar subjetivo*, e não um julgamento sobre a consistência dessas pesquisas. Longe de se constituir numa reflexão metodológica ou epistemológica, a presente dissertação é uma tentativa de *rastreamento do surgimento e ascensão de uma determinada temática no âmbito político*.

²³ <http://www.oecd.org/statistics/betterlifeinitiativemeasuringwell-beingandprogress.htm>

²⁴ *Idem*.

Enfim, tendo delimitado o foco da investigação indicando o período (2004 até 2012) e o foco (Projeto *Better Life Initiative: Measuring Well-Being and Progress*) específicos abordados, assim como as perspectivas teórica (comunidades epistêmicas) e metodológica (pesquisa documental), inicio o trabalho empreendendo uma reconstituição histórica abrangente, a fim de oferecer um panorama amplo sobre as pesquisas relativas ao bem-estar subjetivo.

Capítulo 2

Surgimento e evolução das pesquisas sobre bem-estar subjetivo no século XX

“O que é a felicidade e como alcançá-la?”

Essa pergunta vem sendo feita ao longo dos séculos por indivíduos dos mais variados lugares, sociedades, culturas, tradições, religiões, filosofias, etc. E, é inegável que as iniciativas que ocorreram no século XX relacionadas ao tema do *bem-estar subjetivo* também são fruto dessa pergunta. No fundo, o que está em jogo é tentar descobrir o que proporcionaria uma “boa vida”, ou ao menos os fatores que contribuam para favorecer que as pessoas julguem estar se sentindo bem subjetivamente.

A grande novidade dessas pesquisas que estou considerando é que elas não desejam abordar o assunto de um ponto de vista meramente “reflexivo” ou “sapiencial”, mas sim almejam adotar uma *perspectiva científica*.²⁵

E, como foi dito na Introdução, vivemos um período no qual estaria ocorrendo um processo de progressiva “cientifização do mundo subjetivo”, manifesto em várias áreas que abordam temáticas relacionadas à afetividade humana (em que tudo seria uma “questão de química”, de neurotransmissores, genética, e assim por diante...).

No entanto, houve outra tentativa de lidar cientificamente com o tema cujo rumo foi diferente: no lugar de se buscar as causalidades mais “materiais” daquilo que proporcionaria a sensação de bem-estar para as pessoas, viu-se que um dado interessante do problema a ser considerado era o *depoimento das próprias pessoas sobre o assunto*: sendo algo de foro tão “subjetivo”, ninguém melhor do que os

²⁵ Entendemos aqui ciência de um modo bastante genérico, isto é, como um conhecimento que é resultante da coleta de dados empíricos em quantidade razoável para proporcionar a constatação de padrões, eventuais relações, probabilidades e, se os dados permitirem, até sugerir possíveis hipóteses sobre causalidades.

próprios sujeitos para exporem o que pensam sobre a questão, o que sentem, por que acham que sentem, etc.

Neste capítulo, pretendo apresentar uma reconstituição histórica da segunda abordagem: a tentativa de captar o bem-estar subjetivo por meio de pesquisas de avaliação, que surgiram em contextos bastante diversos, e ganharam força principalmente na segunda metade do século XX no bojo de discussões sobre desenvolvimento e progresso.

2.1. Em busca do subjetivo

Uma busca feita precipitadamente pode gerar a impressão de que as pesquisas sobre bem-estar subjetivo sejam algo bastante recente, do final do século XX. Isso ocorre provavelmente porque, na atualidade, há alguns trabalhos proeminentes entre os pesquisadores das chamadas *science of happiness* que sugerem essa ideia (FREY e STUTZER: 2000a, 2000b, 2002; LAYARD: 2005; SELIGMAN: 2004) – especialmente expoentes da Psicologia Positiva, movimento que ganhou força na década de 1990 e que reúne psicólogos descontentes com a prática tradicional da área. Segundo eles, a psicologia teria se concentrado nos aspectos negativos do ser humano – tristeza, traumas, depressões, fobias, etc. – esquecendo-se dos fatores positivos – felicidade, alegria, bem-estar.²⁶

Possivelmente, essa recente situação de destaque da Psicologia Positiva é uma das maiores responsáveis por tornar as discussões sobre bem-estar subjetivo algo conhecido do grande público. Dada a associação que geralmente é feita intuitivamente entre bem-estar subjetivo e Psicologia Positiva e dado que esse ramo da psicologia é bastante novo, tudo contribui para que a conclusão rápida a respeito seja a seguinte: as medidas de bem-estar subjetivo *também são algo novo, recente* (ANGNER, 2011).²⁷

²⁶ Cf. *Introdução*, desta dissertação.

²⁷ O texto de Angner, bastante recente (2011), está entre minhas principais referências neste capítulo. O artigo é uma busca das raízes históricas das medidas de bem-estar subjetivo: parte de trabalhos iniciais abrangentes para, depois, recorrer às “fontes primárias”, isto é, aos trabalhos pioneiros no tema. Enfim, um caso exemplar de história das ciências, que utilizo como fonte privilegiada para a presente pesquisa.

Porém, essa percepção não se confirma depois de uma busca histórica mais atenta. Por volta da década de 1920, já se encontravam esforços que visavam captar os aspectos subjetivos relativos ao bem-estar: por exemplo, estudos sobre a situação matrimonial, pesquisas no âmbito da psicologia educacional e da personalidade já tentavam mensurar o que se denominava de “felicidade” e/ou “satisfação”.²⁸ Mais adiante, tais tentativas influenciariam trabalhos de epidemiologia da saúde mental, gerontologia, e o *social indicator movement* nos anos 1960 e 70 – que pode ser considerado o primeiro movimento de peso no sentido de propor novas medidas de desenvolvimento para as sociedades –, em que medições com abordagem de aspectos subjetivos foram utilizadas em amostras de grande escala como indicadores de saúde mental e bem-estar.

Angner (2011) apresenta detalhadamente a evolução histórica dessas tentativas.²⁹ Aqui, procurarei reconstituir tal exposição de modo sucinto a fim de forjar uma base razoavelmente consistente de conteúdos históricos, que ofereça fundamentos para uma análise mais atenta dos esforços mais recentes relativos ao tema do bem-estar subjetivo e sua inserção na política.

Já em 1929, tem-se notícia de trabalhos que evidenciam a presença embrionária de tentativas de medição de aspectos subjetivos. Em seu livro “*Factors in the sex life of twenty-two hundred women*”, a pesquisadora americana Katherine Davis, interessada na relação entre a atividade sexual das mulheres e os outros âmbitos da vida, utilizou no seu questionário a seguinte pergunta:

²⁸ Reiterando o que dizíamos na *Introdução*, veremos que essas várias tentativas não estavam especialmente preocupadas com definições rigorosas. Ficará evidente que os diversos estudos utilizam de modo bastante impreciso e intercambiável as noções de bem-estar, felicidade, satisfação, entre outros. Portanto, é importante esclarecer que aqui reunimos trabalhos diversos que utilizam termos correlatos, sob o rótulo de “*pesquisas relativas a aspectos subjetivos do bem-estar*”. Esses trabalhos têm em comum justamente a busca por apreender o bem-estar a partir de uma perspectiva que capte a *avaliação subjetiva* da própria pessoa sobre a vida como um todo.

²⁹ Para realizar essa reconstituição histórica, o autor parte de duas revisões bibliográficas clássicas da área: a de WILSON (1967), e uma mais recente de DIENER et al. (1999).

“Você considera a sua vida em geral:

- (a) feliz, satisfatória, bem sucedida;
- (b) infeliz, insatisfatória, mal sucedida?

Justifique o porquê da escolha” (DAVIS, 1929: 89).³⁰

No mesmo ano de 1929, o psiquiatra G. V. Hamilton, em seu trabalho “*A research in marriage*”, que estudava a satisfação dos esposos em relação ao casamento, afirmava logo no início do livro:

“Meu ponto de partida é o do psiquiatra que acredita que fenômenos subjetivos, como esses que são experimentados pelas pessoas que nos relatam sua ocorrência, *não precisam ser traduzidos de modo nenhum a fim de serem tratados objetivamente como tratamos qualquer outro fenômeno biológico*” (HAMILTON, 1929: 11).

Nesse trecho de Hamilton, é possível identificar o aparecimento de uma defesa explícita da possibilidade de estudar *cientificamente* estados subjetivos, ou, em outras palavras - por mais estranho que isso possa parecer à primeira vista! -, estudá-los de modo *objetivo*. Isto é, surge a ideia de *objetivação dos fenômenos subjetivos*: segundo essa perspectiva, tais fenômenos poderiam ser *observados*, no sentido de poderem ser *examinados cientificamente* como qualquer outro objeto de investigação.

Nessa época, qual era o método utilizado para atingir esse objetivo? Como ele mesmo disse: o *simples relato pessoal* de cada um. No caso de Hamilton, a intenção era captar o nível de satisfação das pessoas em relação ao seu casamento. Para isso, ele simplesmente fazia perguntas diretas às pessoas: obtendo as respostas, buscava reconhecer possíveis padrões e recorrências. Por fim, Hamilton chegou até a elaborar um índice de “satisfação e insatisfação no casamento” a partir dessas pesquisas.

³⁰ As traduções são sempre minhas.

Na década de 1930, um especialista da área de educação e psicologia publicou um trabalho influenciado pelos precedentes. Em “*Psychological factors in marital happiness*”, Lewis Terman procurou construir um “índice de sucesso matrimonial”, no qual considerava relevante a seguinte pergunta:

“Fazendo um balanço geral, quão feliz tem sido seu casamento?

Circule uma das alternativas de 1 a 7:

1. Extraordinariamente feliz;
 2. Certamente mais feliz que a média;
 3. Um pouco mais feliz que a média. [E assim por diante ...]”
- (TERMAN, 1938: 440).

Um ano depois (1939), os sociólogos Ernest Burgess e Leonard Cottrell realizaram um estudo próximo ao tema, intitulado “*Predicting success or failure in marriage*”, que tinha como objetivo identificar os fatores responsáveis pelo sucesso no casamento, partindo de uma preocupação sobre a sociedade como um todo (taxas de natalidade, relações sociais pacíficas, etc.). Em seu questionário, um dos itens utilizados era: “Avaliação do casamento: muito infeliz; infeliz; regular; feliz; muito feliz” (BURGESS, B. e COTTRELL, 1939: 422), sendo que os autores utilizaram a noção aqui entendida como “felicidade” (“*happiness*”) como índice para “sucesso”, ou para o que eles chamavam de “ajustamento” (“*adjustment*”) do matrimônio.

A partir desses breves exemplos, notamos que desde as décadas de 1920 e 1930, já existiam tentativas no sentido de *captar e quantificar aspectos subjetivos dos indivíduos*. Utilizando as noções de “satisfação”, “felicidade” e “sucesso” de modo intercambiável, esses pesquisadores interessaram-se por questões relacionadas à situação dos casamentos. No caso, esse interesse primário na questão dos matrimônios estava ligado à preocupação com o possível decréscimo das taxas populacionais – ou seja, o motivo principal não era diretamente a promoção do bem-estar subjetivo (ANGNER, 2011).

No entanto, um dos primeiros e mais influentes trabalhos científicos a falar especificamente em “felicidade” já havia sido publicado no ano de 1930. É o livro *“Happiness among adult students of education”* (WATSON, 1930) do especialista em educação Goodwin Watson, da Universidade de Columbia.

Ao iniciar sua obra chamando a atenção para a importância da temática da felicidade para o ser humano, o autor diz-se surpreso com a curiosa evolução da psicologia enquanto disciplina, em que teria havido um duplo movimento: se, por um lado, ocorreu uma intensa utilização de novas técnicas para o tratamento dos problemas psíquicos, por outro lado, houve uma notável ausência de tentativas que buscassem compreender melhor o tema da felicidade.

Partindo dessas considerações, ele elaborou um questionário bastante extenso para tentar averiguar a relação entre níveis de felicidade e vários outros fatores da vida de uma pessoa: traços de personalidade, QI, faixa etária, local de residência, deficiências físicas, situação matrimonial dos pais, notas escolares, e assim por diante.

Em 1931, os trabalhos de Watson e o de Hamilton, citado acima, foram retomados pelo pesquisador Randolph Sailer, num trabalho orientado pelo próprio Watson, com o título *“Happiness self-estimates of young men”* (SAILER, 1931), em que a principal conclusão é a constatação da relação entre níveis de felicidade, sociabilidade e religião.

Ao longo dos anos 1930, ainda surgiram outros estudos sobre o tema, advindos de outros pesquisadores ligados à Universidade de Columbia. A importância desse conjunto de trabalhos se deveu ao fato de utilizarem métodos mais exaustivos e diversificados para a medição da felicidade, possibilitando um trabalho de comparação mais refinado: isso permitiu que chegassem a resultados bastante recorrentes, atestando a validade e a confiabilidade das *medições mais simples e diretas* no lugar das extensivas baterias de questionários, que acabavam fornecendo os mesmos resultados. Essa *tendência a simplificar os modos de medição* seria bastante influente nas pesquisas subsequentes.

Além dessas iniciativas em estudos sobre casamentos e de psicólogos da educação, houve outra ramificação da psicologia surgida também por volta dos anos 1920 e 1930, que certamente foi relevante em relação aos acontecimentos abordados aqui: trata-se da *psicologia da personalidade*.

Obtendo avanços notáveis nas décadas anteriores, a psicologia da personalidade desenvolveu-se conjugando uma perspectiva psicométrica ao desejo de fornecer material passível de utilização por parte das corporações e dos governos. Foi então que os psicólogos passaram a elaborar questionários de auto relato e testes de múltipla escolha, com o objetivo de identificar diferentes tipos de personalidade e seus respectivos modos de atuar, impulsionados especialmente por técnicas utilizadas na Primeira Guerra Mundial.

A motivação desses empreendimentos era a esperança de construir um saber científico que auxiliasse naquilo que era visto como uma verdadeira “necessidade de ‘gerir’ e controlar a população americana, que rapidamente se tornou maior, mais diversificada e mais ‘complexa’” (WINTER E BARENBAUM, 1999: 5).

Ou seja, a psicologia da personalidade foi decisiva para *consolidar a confiança na possibilidade de medir traços relativos a características subjetivas* – a felicidade sendo um exemplo. Isso explica porque, a partir dos anos 1930, principalmente, os estudos sobre aspectos subjetivos não só começaram a ser aceitos, mas também passaram a ser valorizados como potenciais fontes de informação para empresas e governos: o que preparou o caminho para posteriores desdobramentos importantes.

Segundo Angner (2011), as décadas de 1940 e 1950 não apresentaram novidades significativas sobre o tema.³¹ Entretanto, aproximadamente no começo dos

³¹ Apesar de abordarem especificamente a história dos indicadores sociais, Cobb e Rixford (1998) fornecem algumas pistas para entender o arrefecimento das pesquisas sobre bem-estar subjetivo no período citado, dado que, como veremos a seguir, a história dessas pesquisas está bastante relacionada com a história dos movimentos ligados aos indicadores sociais. Segundo os autores, nos anos 1940 e 50, houve primazia dos indicadores econômicos devido às preocupações mais em voga surgidas com os traumas da 2ª Guerra Mundial e os resquícios das grandes crises econômicas dos anos 1920. Por isso, as prioridades eram os problemas relacionados ao desemprego, à escassez de recursos materiais, aos grandes ciclos econômicos, entre outras. Nesse cenário, o PIB foi o principal dado a ser considerado, relegando os indicadores sociais – e, de modo semelhante, os trabalhos com abordagem subjetiva do bem-estar – a uma posição de desprestígio

anos 1960, surgiram iniciativas na área de epidemiologia da saúde mental que passaram a utilizar medidas de felicidade e satisfação, como índices de saúde mental *em amostras de grande porte*, isto é, aplicadas a *um número considerável de pessoas*.

Num estudo de referência nessa área, publicado em 1960, “*Americans view their mental health*”, Gerald Gurin, Joseph Veroff, e Sheila Feld procuraram captar como os indivíduos enxergavam seu próprio estado de saúde mental. Entre os vários critérios adotados, estava a *avaliação da pessoa sobre sua própria felicidade*. A pergunta utilizada no questionário era bem simples, muito semelhante a outras pesquisas já citadas: “Fazendo um balanço geral, como você avaliaria sua situação atual? Você diria que é muito feliz, feliz, ou não tão feliz?” (GURIN, VEROFF e FELD, 1960: 411).

Outro trabalho importante da área da epidemiologia da saúde mental foi o dos pesquisadores Norman Bradburn e David Caplovitz “*Reports on happiness: a pilot study of behaviour related to mental health*”, publicado em 1965. Seu objetivo era realizar um trabalho nessa área que se aproximasse de estudos da economia e da demografia. Para concretizar tal intento, eles utilizaram a noção de “bem-estar psicológico”, procurando captá-lo em larga escala, no caso, em *âmbito nacional*. O trecho seguinte é bastante significativo:

“[Por meio dessas informações] será possível determinar pela primeira vez em que medida certos estados emocionais [*feeling states*] da população são afetados pelas tendências da sociedade, pelas crises locais e nacionais, e pelas transformações nas estruturas econômicas e sociais, assim como por eventos recorrentes na vida de um indivíduo” (BRADBURN e CAPLOVITZ, 1965: 1).

Também utilizando questionários auto aplicados como método de medição, o diferencial desse trabalho foi a tentativa de capturar os estados emocionais *ao longo do*

em relação às pesquisas e ações políticas voltadas à conjuntura econômica citada (cf. COBB e RIXFORD, 1998: 8).

tempo – algo inovador até esse momento –, afinal, só assim seria possível perceber como eventos sociais *alterariam* os estados emocionais das pessoas.

Em suma, comparadas às pesquisas anteriores, as iniciativas citadas da epidemiologia têm algumas particularidades. Como os pesquisadores dessa área estavam interessados em captar a situação da população como um todo, acabaram realizando estudos com *amostras significativas para representar a população nacional*. E, além de querer apreender a distribuição da “felicidade” ou do “bem-estar psicológico” em escala nacional, também buscaram captar essa distribuição *ao longo do tempo*, tentando relacioná-la à ocorrência concomitante de transformações da sociedade. Essa perspectiva de grande alcance temporal e populacional – que será explorada pelo *social indicator movement*, exposto a seguir – repercute até hoje em várias iniciativas como, por exemplo, o “*national indicators of subjective well-being*” e o “*national well-being accounts*” (cf. DIENER, 2006; KAHNEMAN et al., 2004).

Outra disciplina importante para as pesquisas relativas a aspectos subjetivos é a gerontologia. Desde seu surgimento, sua preocupação central girava em torno da busca pelo bem-estar das pessoas, particularmente, dos idosos. Utilizando várias noções de modo equivalente para abordar o tema – “envelhecimento bem sucedido”, “adequação”, “bem-estar psicológico”, “satisfação com a vida”, etc. –, os profissionais da área sentiam dificuldade para desenvolver técnicas para captar a realidade que denominavam intuitivamente de “bem-estar” e outros correlatos. Assim sendo, foram empreendidos dois caminhos (ANGNER, 2011: 16-8).

O primeiro utilizava critérios socialmente valorizados, por exemplo, “sucesso” e “competência”: o problema dessa abordagem é que partia de concepções sobre o que seria importante como indício do bem-estar das pessoas. Em outras palavras, utilizar critérios razoavelmente objetivos para atestar que uma pessoa tem um alto grau de bem-estar *não significa necessariamente* – e aqui temos uma questão central – *que essa pessoa, ao ser questionada, responderia que de fato se sente satisfeita nessa situação*. Ou seja, a percepção subjetiva (isto é, o relato da própria pessoa) seria relevante justamente por fornecer uma *informação nova, adicional*, que acrescentaria algo realmente importante a qualquer abordagem sobre o

tema que pretendesse considerar do melhor modo possível os vários elementos em jogo.

Foi isso que o segundo grupo de pesquisadores da gerontologia fez: passou a considerar a *avaliação dos próprios indivíduos* sobre o seu bem-estar. Afinal, concluiu que, ao “dar voz” e assim valorizar o julgamento das próprias pessoas sobre o seu bem-estar, chegaria a resultados mais confiáveis, pois, levando em conta esses outros elementos na análise, diminuiriam em parte alguns dos vieses advindos das concepções dos próprios pesquisadores.

Outra data importante nesse percurso histórico das tentativas de medição de aspectos subjetivos é 1967: nesse ano, o psicólogo Warner Wilson publicou o clássico artigo “*Correlates of avowed happiness*” (WILSON, 1967) que pode ser considerado um verdadeiro marco; afinal, é a primeira grande revisão da literatura especializada nos temas relativos às pesquisas da área, sendo citado amplamente até hoje. A partir dessa meta-análise, o autor concluiu que tais estudos realmente geravam resultados válidos e confiáveis, incitando a produção de novos trabalhos - especialmente *experimentais*, nos quais os níveis de felicidade dos indivíduos fossem tratados por meio de terapias, investigando assim possíveis “causas” da felicidade das pessoas e, a partir disso, descobrindo eventuais meios para incrementá-la. Essas indicações de Wilson são relevantes, pois antecedem anseios que se manifestam atualmente em algumas iniciativas concretas.

Enfim, recapitulando o percurso traçado até aqui, vimos que desde os anos 1920 e 1930 começaram a surgir pesquisadores que se interessaram pelo tema do bem-estar a partir de uma abordagem voltada à sua *dimensão subjetiva*. Nesse primeiro momento, isso se manifestou na inserção de perguntas específicas nos questionários aplicados, que tratavam de assuntos ligados à felicidade, à satisfação, etc. Com isso, despontava uma defesa da possibilidade de *estudar cientificamente* os fenômenos subjetivos tomando como matéria de investigação os auto relatos das próprias pessoas.

Desde trabalhos sobre a situação matrimonial, passando por estudos em psicologia da educação e da personalidade, as pesquisas voltadas ao subjetivo ganharam respaldo tanto do ponto de vista de sua validade (pesquisadores diferentes chegavam a resultados semelhantes) como da aplicação (por parte dos governos e das empresas) dos seus resultados.

Depois de um período de baixa nos anos 1940 e 1950 - devido à proeminência dos indicadores econômicos -, nos anos 1960, tais tentativas foram retomadas.

Na área de epidemiologia da saúde mental, passaram-se a considerar noções como “felicidade” e “satisfação” (captadas por pesquisas voltadas ao subjetivo) como índices de saúde mental. Além disso, buscou-se descobrir as relações entre esses níveis de “felicidade” e as mudanças sociais, gerando técnicas que visavam captar as percepções subjetivas de uma mesma pessoa ao longo de um determinado período de tempo para, assim, averiguar como isso era afetado pela dinâmica dos acontecimentos sociais.

A gerontologia também teve um papel importante nesse percurso, pois, ao preocupar-se desde sua origem com a promoção do bem-estar, desenvolveu uma discussão metodológica sobre os melhores modos de apreensão desse complexo tema de estudo. No interior desses debates, fortaleceu-se a perspectiva que defendia a superioridade da abordagem da percepção subjetiva sobre os fatores objetivos para a compreensão do bem-estar das pessoas, algo que teria implicações relevantes para os desdobramentos posteriores.

E, em 1967 a área teve sua primeira grande revisão bibliográfica, que chegou a conclusões positivas e promissoras sobre os trabalhos empreendidos até ali, incentivando a realização de novas pesquisas. Nessa mesma década, despontou o *social indicator movement*, movimento bastante importante para a história das pesquisas que de algum modo estão inseridas no contexto das tentativas que procuraram superar os enfoques meramente econômicos para a averiguação do bem-estar.

A seguir, reconstituo brevemente o histórico dos indicadores sociais, desembocando no *social indicator movement* e nas iniciativas ligadas às pesquisas sobre bem-estar subjetivo, que também foram influenciadas pelo anseio de redirecionar as discussões e ações concretas das sociedades relativas a esse tema.

2.2. Indicadores sociais e bem-estar subjetivo

Como dito, o *social indicator movement* foi um movimento que ganhou força principalmente nos anos 1960. No entanto, a bibliografia atesta que a história dos indicadores sociais é anterior a essa década, tendo aparecido nos Estados Unidos ainda na primeira metade do século XX. Por isso, retrocederei um pouco a presente reconstrução histórica, a fim de retomar alguns dos acontecimentos relevantes para o surgimento dos indicadores sociais.

Segundo CALDAS (2008), as sociedades começaram a empreender medidas sobre si mesmas há uns 300 anos, principalmente desenvolvendo quantificações numéricas que forneciam informações básicas, como idade e número de mortes da população. Inicialmente, os principais objetivos dessa contagem estavam relacionados a razões fiscais e militares. Amparando-se em Benoit Godin³², Caldas afirma que no início do século XX passaram a ser feitas estatísticas econômicas - despontando como indicador mais importante o Produto Interno Bruto, também conhecido como PIB.

Porém, apesar dessa relevância reconhecida, o criador do PIB - o economista Simon Kuznets, que viria a ganhar o Nobel de economia em 1971 – num discurso que proferiu em 1932, no Congresso dos Estados Unidos, já alertava que “a riqueza de uma nação dificilmente pode ser aferida pela medida da renda nacional” (CALDAS, 2008).³³ Ou seja, desde seu aparecimento nas primeiras décadas do século XX, o PIB já era visto com ressalvas, no sentido de mostrar-se *insuficiente* como indicador do progresso de uma nação.

Nos anos 1920, o então secretário do comércio dos EUA, Herbert Hoover, já impulsionava iniciativas para apoiar a elaboração de trabalhos estatísticos de grande porte, especialmente na área econômica. Um exemplo notável foi a publicação de um

³² Benoit Godin é professor da Universidade de Quebec, Canadá, um dos maiores especialistas da atualidade na área de indicadores de ciência, tecnologia e inovação.

³³ A colunista internacional e consultora de desenvolvimento sustentável Hazel Handerson, , comenta de modo bastante ilustrativo essa insuficiência do PIB: “por exemplo, bens ambientais como florestas e estoques de peixes oceânicos não são levados em conta no PIB. Portanto, um país pode cortar toda a sua floresta e registrar o valor da venda da madeira como ganho no PIB, sem que nenhuma perda seja computada, em nenhum lugar” (HANDERSON, 2007).

relatório intitulado *Recent Economic Changes in the United States* (COBB E RIXFORD, 1998).³⁴

Ao tornar-se presidente em 1929, Hoover ampliou sua visão em relação às contribuições que os dados estatísticos poderiam fornecer ao governo. Um indício disso foi a criação do que veio a ser chamado de *Research Committee in Social Trends*, que tinha como diretor de pesquisa William Ogburn, proeminente sociólogo da Universidade de Chicago. O objetivo do *Comitee* era elaborar um relatório comparado ao da economia, que abordasse especialmente as questões ligadas às *transformações sociais*.

Em 1933, foi publicado o primeiro documento oficial sobre medições sociais (demografia, saúde, educação), com o título *Recent Social Trends*: as 1500 páginas que o compunham se mostravam demasiado informativas, porém, com dados muito genéricos e pouco aproveitáveis para a resolução de problemas concretos - como aqueles advindos da crise de 1929.

O fato é que o estilo de Ogburn de produzir relatórios mais descritivos, influenciou os posteriores trabalhos da área dos anos 1930 até os anos 1960, o que teve como consequência um período de primazia dos indicadores econômicos: afinal, os traumas da Depressão e das duas Grandes Guerras contribuíram para que as principais preocupações estivessem ligadas a questões relativas ao desemprego, à escassez de recursos materiais, e aos ciclos econômicos. Nesse ínterim, os indicadores sociais não tiveram grandes influências nos debates e ações mais relevantes, pois, da maneira que estavam sendo realizados, não forneciam grandes subsídios para a resolução desses problemas.

Por outro lado, fazendo um balanço da primeira metade do século XX, também é preciso considerar que, no período entre guerras, ocorreram várias iniciativas em direção à maior intervenção do Estado na economia (keynesianismo), integrando a grande massa da população ao desempenho econômico positivo. (VEENHOVEN, 1996).³⁵

³⁴ Nesta seção, a fonte mais importante é o artigo de Cobb e Rixford.

³⁵ Como atesta um especialista brasileiro na temática de indicadores sociais, o “aparecimento e o desenvolvimento dos indicadores sociais estão intrinsecamente ligados à consolidação das atividades de planejamento do setor público ao longo do século XX” (JANNUZZI, 2008).

Essa tendência manifestava algumas das transformações pelas quais o sistema capitalista vinha passando desde a virada do século: no lugar da exploração radical dos trabalhadores, que caracterizou os inícios da Revolução Industrial - basta lembrar as descrições de Engels sobre a vida da classe trabalhadora na Inglaterra -, surgiram iniciativas provenientes do Estado e da sociedade que visavam conjugar o aumento da produtividade econômica com a melhora das condições de vida da população. Com isso, a ideia de bem-estar social foi ganhando força – tomando consistência principalmente na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, no que veio a ser conhecido como *Welfare States*, ou *Estados do Bem-Estar Social*.

Assim, o panorama que se começava a desenhar ao longo da primeira metade do século XX no que se refere às perspectivas de uma situação social desejável era o seguinte: o objetivo de apenas buscar riqueza econômica, aos poucos, dava lugar a uma postura que, além de almejar o crescimento econômico, *também desejava alcançar boas condições de vida para a população*.

A partir dos anos 1960, devido aos sucessos obtidos no período anterior, os economistas ganharam ainda mais espaço nas discussões ligadas à gestão de políticas públicas. O *Council of Economic Advisers* e o *Brookings*, instituições do governo norte americano formadas por especialistas da área de economia, são casos exemplares de aplicação das pesquisas econômicas em políticas de governo (COBB e RIXFORD, 1998).

Essa crescente soberania da economia inquietou pesquisadores de outras áreas: afinal, via-se que o aparato institucional obtido por essa disciplina proporcionava uma posição de destaque aos economistas no processo decisório da nação. Os profissionais ligados às pesquisas sociais enxergaram aí uma lição importante: se as pesquisas sociais tivessem a *base institucional* que os economistas possuíam, as políticas sociais (ligadas a questões, por exemplo, da pobreza, moradia, previdência, assistência social, entre outros), por sua vez, poderiam ser postas em execução com a

mesma força e robustez que as políticas econômicas (direcionadas a tratar temas como taxas de inflação, desemprego, aumento da produção, entre outros).

Além dessa percepção sobre a importância institucional das pesquisas, também cresciam os descontentamentos em relação ao próprio conteúdo dos indicadores econômicos: notava-se que eles eram insuficientes para representar a situação de uma sociedade. Como dito acima, a meta social prioritária na primeira metade do século XX era promover um bom padrão *material* de vida à população - por isso, a renda, os níveis de desigualdade, etc. tornaram-se temas importantes de estudo. Porém, nos anos 1960, passado o período mais difícil de recuperação do pós-Segunda Guerra, e tendo havido grandes avanços no âmbito econômico nos países desenvolvidos (principalmente, nos Estados Unidos), foi alcançada uma situação que assegurava um padrão material de vida bastante razoável.

Por outro lado, cresceu a percepção do descompasso entre o progresso econômico e a melhora das condições de vida da população em países menos desenvolvidos. Em outras palavras, tornou-se patente que o “crescimento econômico não era, pois, condição suficiente para garantir o desenvolvimento social” (JANNUZZI, 2008).

Com isso, começaram a surgir o que Veenhoven (1996) chama de “valores pós-materialistas”³⁶: em síntese, isso significava um alargamento da concepção de “boa vida”, o que teria implicações nas medições que pretendiam captar o nível de bem-estar da população.

Esses acontecimentos geraram novas problematizações no âmbito de alguns conceitos-chave ligados aos temas do progresso e do desenvolvimento das sociedades. Iniciou-se, então, um debate sobre as definições mais fundamentais da área, o que provocou impactos decisivos na construção dos indicadores.³⁷

³⁶ A noção de “valores pós-materialistas” advém de Ronald Inglehart (INGLEHART, 1971), cientista político da *Universidade de Michigan*. Inglehart entende por valores pós-materiais aqueles mais ligados, por exemplo, à participação política, à liberdade de expressão, à proteção ambiental, à qualidade de vida, entre outros.

³⁷ “Norteando a questão dos indicadores está a definição do que se quer medir: *a estatística sempre depende de definições*. Perguntas como: “O que é ciência? O que é pesquisa? O que é cultura? O que é qualidade de vida?” - suscitam discussões importantes. Um esforço maior de definição é requerido quanto mais subjetivo e intangível é o que se quer medir. “*Definições são as bases para qualquer medida*”, conclui [Benoit] Godin” (CALDAS, 2008. Grifo meu).

Foi nesse contexto que despontou o termo “qualidade de vida”, sugerindo que a consideração da situação material não era suficiente para abranger todas as necessidades das pessoas. Assim, o cenário se alterava: aos poucos, consolidava-se cada vez mais a convicção de que os indicadores destinados a refletir a situação de uma sociedade não deveriam ser estritamente econômicos. Começaram, então, a surgir iniciativas que visavam o desenvolvimento de um *sistema consistente de estatísticas sociais*, comparável ao econômico (SANTAGADA: 2007, 121).

Estava criado o contexto em que surgiria o que veio a ser chamado de *social indicator movement*: apesar de não se ter constituído um movimento unificado, refere-se a um conjunto de iniciativas mais ou menos independentes que tinham em comum o fato de procurarem *promover a relevância dos indicadores sociais nas decisões políticas*.

Nos anos 1970, realizaram-se duas grandes revisões bibliográficas sobre os trabalhos das áreas de indicadores sociais (WILCOX et al., 1972; GILMARTIN et al., 1979), que atestaram sua fecundidade e colaboraram para influenciar a tendência que se disseminou para outros países e organizações internacionais. O conjunto dessas várias iniciativas permitiu que, em meados da década, se reconhecesse realmente a existência de um movimento, isto é, de um considerável número de empreendimentos direcionados para um fim mais ou menos comum. Vejamos algumas dessas iniciativas.

Em 1966, pretendendo averiguar os impactos dos seus projetos espaciais na sociedade, a NASA, agência espacial americana, organizou a produção do relatório *Social Indicators*, realizado pelos pesquisadores Raymond Bauer, Albert Bilderman e Mertram Gross. O relatório defendia o aumento da coleta de dados sobre aspectos sociais, assim como o desenvolvimento de um sistema de avaliação social para guiar decisões políticas (BAUER, 1966).

Três anos depois, em 1969, o *Department of Health e Welfare* do governo americano lançou o *Toward a Social Report*, trabalho que propôs a existência de um relatório social anual, afirmando que os indicadores sociais poderiam servir de guias para as políticas, ajudando a avaliar a efetividade dos programas sociais (U.S. DEPARTMENT OF HEALTH, EDUCATION AND WELFARE, 1969).

No período entre 1967 e 1973, o governo americano instituiu o *Council of Social Advisers*, comparável ao *Council of Economic Advisers* já existente. O objetivo era elaborar um relatório social anual como o *Economic Report of the President*. Na medida em que o *Council of Economic Advisers* institucionalizou as informações econômicas - e, assim, o poder dos economistas - notou-se que seria interessante criar uma instituição referente ao social para tratar das questões sociais.

Enfim, essas várias iniciativas fizeram surgir outros temas para as discussões ligadas ao âmbito político: por exemplo, critérios como qualidade de vida e bem-estar passaram a aparecer como importantes para pensar a situação das sociedades. (ANGNER, 2011). Por exemplo, Angus Campbell - autor de um artigo já clássico sobre o tema - começou a problematizar a perspectiva meramente econômica afirmando que “Nenhum de nós duvida que os dados econômicos possuem aplicações admiráveis; porém, quão bem eles representam a qualidade de vida da nação?” (CAMPBELL, 1976: 118).

Como consequência dessas novas vozes, surgiram propostas inovadoras de indicadores que pudessem servir como referenciais mais adequados da qualidade de vida das pessoas. Num primeiro momento, a reflexão procurava ultrapassar a abordagem estritamente econômica, mas se restringia a mudanças de critérios *objetivos*: isto é, além do PIB passou-se a dar atenção para fatores como expectativa de vida, acesso à alimentação, água, saneamento, educação, entre outros.

Porém, como vimos acima quando apresentávamos a discussão ocorrida na gerontologia, os pesquisadores começaram a perceber que a posse dessas informações não implicava necessariamente a compreensão da situação de bem-estar das pessoas: afinal, num grau considerável, a escolha de tais dados acabava por manifestar os pressupostos dos próprios pesquisadores, que elegiam fatores específicos - e, inevitavelmente, excluía outros - como sendo relevantes para o bem-estar.

Em decorrência dessas inquietações metodológicas, surgia com mais veemência outro tipo de problematização: não apenas o economicismo era questionado, mas também o que poderíamos chamar de “exclusividade dos aspectos objetivos” no estudo do bem-estar. Novamente, Campbell possui um trecho paradigmático:

“Se nós acreditamos (...) que a qualidade de vida realmente se dá na experiência [propriamente dita de cada pessoa], portanto, esses indicadores [objetivos] são indiretos. Afinal, eles descrevem as condições de vida que devem ser concebidas como relevantes para essa experiência, *mas não a acessam de modo direto*. (...) [Assim sendo], precisamos de medidas *que captem diretamente a própria experiência*. Com certeza, essas medidas subjetivas não terão a mesma precisão dos indicadores que são expressos em valores monetários, unidades de tempo ou espaço, mas terão a grande vantagem de *lidar diretamente* com o que estamos interessados, a saber, a percepção individual do bem-estar” (CAMPBELL, 1976: 118).

Notamos assim que os protagonistas do *social indicator movement* não se limitaram a questionar a abordagem econômica da qualidade de vida, mas também fizeram uma crítica sobre os *limites dos aspectos objetivos como indicadores fidedignos do bem-estar das pessoas*.

Ou seja, além de defender a ampliação do espectro de elementos considerados (complementar o *econômico* com o *social*), as iniciativas inseridas no *social indicator movement* problematizaram a abordagem metodológica como um todo, questionando os próprios fundamentos da perspectiva “objetivista” na compreensão do bem-estar: sendo uma questão tão complexa, afirmaram que o bem-estar não poderia ser captado apenas de modo objetivo; havia necessidade de uma abordagem que procurasse apreender os aspectos subjetivos, a *percepção dos próprios sujeitos*.

Portanto, a discussão mudou de patamar: não se estava apenas defendendo o uso de medidas subjetivas para *complementar* o estudo do bem-estar. A essa altura, a postura era mais audaciosa: as medidas subjetivas não deveriam ser adotadas simplesmente pelo motivo de complementarem as medidas objetivas, mas sim porque, na verdade, elas seriam *as mais apropriadas* para estudar o tema do bem-estar, pois, diferentemente das medidas objetivas, conseguiam captar o objeto em questão *de modo direto*, sem inferências induzidas a partir de outras variáveis (renda, expectativa de vida, escolaridade, etc.).

Assim sendo, após essa primeira fase mais ligada aos aspectos objetivos, surgia uma defesa da superioridade das abordagens que poderíamos chamar de “subjetivistas” para apreender o bem-estar das pessoas: com isso, defendia-se, seria possível captar de modo *direto* a experiência de bem-estar.

Entre os trabalhos pioneiros nesse sentido, está o do psicólogo americano da Universidade de Princeton, Hadley Cantril, “*The pattern of human concerns*”, de 1965. Procurando identificar a relação entre as aspirações dos indivíduos e seus níveis de satisfação, ele elaborou a “*Self-Anchoring Striving Scale*”, que basicamente é uma escala gráfica bastante simples em que a pessoa indica, numa reta que varia da pior até a melhor situação possível de vida, o que pensa sobre a importância de determinados assuntos para o seu bem-estar pessoal (CANTRIL, 1965).

Outro trabalho que partilhava dessa perspectiva foi o dos pesquisadores Campbell e Converse em 1972, ambos da Universidade de Michigan, Estados Unidos. Provenientes da psicologia social, eles também procuravam captar o bem-estar a partir da avaliação do próprio indivíduo sobre sua vida (CAMPBELL e CONVERSE, 1972).

O mesmo Angus Campbell, juntamente com outros pesquisadores, também pontuou várias dessas questões em “*The quality of American life*”, de 1976. Fazendo alusão à influência que tiveram de trabalhos da área de epidemiologia de saúde mental e de Cantril, citados acima, os autores afirmavam ter como principais objetivos fornecer um conjunto de dados que complementassem as pesquisas de indicadores sociais até aquele momento com dados relativos à experiência *direta* das pessoas; e, além disso, oferecer um panorama mais fidedigno da situação da sociedade para os responsáveis pelas decisões políticas (CAMPBELL et al., 1976).

Em 1976, há ainda o trabalho de Frank Andrews e Stephen Withey, “*Social indicators of well-being: Americans’ perceptions of life quality*”. Apesar de reconhecerem as qualidades dos indicadores sociais, os autores defenderam uma abordagem centrada na percepção das pessoas sobre seu bem-estar, igualando essa percepção ao próprio bem-estar.

Enfim, continuou-se com a produção de trabalhos sobre o bem-estar nessa área chamada de “*measuring perceptions*”, culminando no lançamento da revista

Social Indicators Research em 1974, fundada por Alex Michalos, referência entre os estudos do assunto até os dias atuais (COBB E RIXFORD, 1998: 10).

A publicação dos três volumes de *Social Indicators* - trabalhos decorrentes daquela primeira iniciativa da NASA - pode ser considerada um verdadeiro “anticlímax” do *social indicator movement*, pois gerou resultados excessivamente descritivos, possibilitando poucas conclusões analíticas: isso acabou dificultando a formulação de potenciais ações políticas concretas a partir deles.

Além disso, nos anos 1980, o cenário nos EUA começou a mudar. Novamente, surgiram preocupações mais focadas na área da economia, e, definitivamente, o razoável fracasso do *Social Indicators* não colaborava para a defesa dos indicadores sociais.

Enfim, entre outros acontecimentos, essas foram algumas das causas responsáveis pelo notável arrefecimento do *social indicator movement* nos anos 1980.³⁸

Apesar desse desprestígio nos EUA, a tendência fortaleceu-se em outros lugares, resultando em várias publicações especializadas: Inglaterra (*Social Trends*), França (*Donnés Sociales*), Holanda (*Social and Cultural Report*), internacionalizando o que viria a ser comumente chamado de “*social reporting*”. Apesar de as iniciativas referentes aos indicadores sociais não terem tido períodos de tanta evidência na Europa e no Canadá como tiveram nos EUA, é possível notar que houve nesses lugares uma tendência cada vez maior no sentido de surgirem novos trabalhos nessa área.

Mesmo assim, o entusiasmo causado pelo *social indicator movement* teve impacto notável em instituições internacionais, que começaram a desenvolver

³⁸ Há outras explicações complementares para esse período de “baixa” (ANDREWS, 1989; BULMER, 1989; NOLL e ZAPF, 1994):

- Ascensão de certo conservadorismo político, conjugada a uma desconfiança em relação às ações governamentais;
- Ausência de um aparato teórico por parte dos indicadores sociais que fosse páreo ao econômico;
- Ausência de um razoável consenso em relação às questões normativas, isto é, quanto aos fins sociais almejados;
- Ausência de um consenso básico em relação aos modos de medição que permitisse comparações mais abrangentes.

indicadores como parte de sua missão. Nos anos 1980, várias delas (por exemplo, Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)) desenvolveram relatórios anuais que tratavam de temas relativos a questões sociais (COBB E RIXFORD, 1998: 12).

2.3. Acontecimentos recentes

Dado esse percurso histórico que passou pelo crescente interesse nas medidas subjetivas do bem-estar e pelos anseios que visavam ir além dos aspectos econômicos na consideração do tema, nos últimos anos, assistimos a uma significativa retomada das iniciativas em relação à sofisticação das medidas de bem-estar, tanto que o assunto tem ocupado um espaço considerável no imaginário social, até em âmbito midiático (LEITE, 2008).

Em meio a várias reportagens de revistas, jornais, sites, é possível encontrar diferentes *rankings*, que já há algum tempo são divulgados ao grande público: “o país mais feliz do mundo é a Dinamarca”; “o Brasil é o 12º na lista”, são algumas das manchetes com as quais podemos nos deparar. E, esses “*rankings* de felicidade” são feitos a partir de informações advindas justamente das recentes pesquisas sobre bem-estar subjetivo.

Nos últimos anos, são vários os trabalhos que realizaram uma revisão da literatura sobre tais pesquisas (CONCEIÇÃO e BANDURA, 2008; CORBI, 2007; DIENER, 1984; DIENER et al., 1999; FREY e STUTZER, 2000; HOORN, 2007; MCGILLIVRAY, 2007; entre outros). Em meio ao grande número de publicações, os nomes mais citados são os dos psicólogos Diener (1984; 2004) e Kahneman (1999; 2006); e dos economistas Frey e Stutzer (2000), Clark e Oswald (1994), Deaton (2008), Helliwell (2003), Krueger (2008), entre outros, que lidam com o tema do bem-estar subjetivo adotando diferentes abordagens. É possível citar ainda o sociólogo holandês Rutt Veenhoven, criador do site *World Data Base of Happiness*, onde se encontram inúmeros conteúdos (indicação de textos, links relevantes, várias pesquisas, etc.) sobre o tema, e textos do próprio Veenhoven (1989; 1997; 2000; 2006; 2007).

Além desses trabalhos, é importante assinalar a existência de uma revista dedicada exclusivamente ao assunto: o *Journal of Happiness Studies: an Interdisciplinary Forum on Subjective Well-Being*.³⁹ E, como já comentamos anteriormente, alguns dos principais defensores das pesquisas sobre bem-estar subjetivo são expoentes da *Psicologia Positiva*.⁴⁰

Podemos também encontrar o tema do bem-estar subjetivo em pesquisas importantes, com diferentes tipos de abordagens. O *World Values Survey*⁴¹, por exemplo, um dos maiores bancos de dados sobre mudanças políticas e socioculturais do mundo, possui duas perguntas distintas que são consideradas indicadores de bem-estar subjetivo. A primeira questiona diretamente “Em geral, você diria que é...”, possibilitando quatro respostas (*very happy, rather happy, not very happy, not at all happy*). A outra questão utilizada, “*All things considered, how satisfied are you with your life as a whole these days?*” oferece uma gradação de 1 a 10 – sendo que, quanto mais próximo a 1, completamente insatisfeito; e, quanto mais próximo a 10, completamente satisfeito.

Outro instrumento conhecido é a *Satisfaction with Life Scale* (SWLS) (DIENER, et al. 1985), composta por cinco itens, com sete possibilidades de respostas que variam de “totalmente em desacordo” até “totalmente de acordo”. As cinco perguntas tratam de temas como a sintonia entre vida concreta e ideais; a avaliação sobre as condições e a satisfação com a vida; a obtenção dos objetivos valorizados; e o desejo de reparação sobre o passado.

Há também a *Positive Affect/Negative Affect Scale*, conhecida como PANAS (WATSON, CLARK e TELLEGEN, 1988), que possui estrutura um pouco diferente, perguntando sobre a frequência de vinte afetos positivos e negativos relacionados a

³⁹ No texto que expõe seus objetivos, afirma-se que o *Journal of Happiness Studies* pretende abarcar duas diferentes tradições de *happiness research*: reflexões mais especulativas sobre o bem viver e investigações empíricas sobre bem-estar subjetivo. O escopo de questões que podem ser tratadas no periódico é bastante amplo: conceituação, medições, explicações, avaliações, imaginação, estudo (<http://www.springer.com/social+sciences/well-being/journal/10902>).

⁴⁰ Cf. *Introdução*, do presente trabalho.

⁴¹ <http://www.worldvaluessurvey.org/index.html>

diferentes períodos da vida (“em geral”, “no momento”, “nesta semana”, “nos últimos dias”, “nas últimas semanas”, etc.).

No Brasil, houve também tentativa de formular uma versão nacional de escala para relativas à medição do bem-estar subjetivo, bastante inspirada nas medidas supracitadas (ALBUQUERQUE e TRÓCOLLI, 2004).

Além desses vários exemplos, existem iniciativas ainda mais recentes, que procuram tornar possível a coleta de estados emocionais em tempo real. O *Day Reconstruction Method* (KAHNEMAN et. al. 2004) e o *Experience Sampling Method* (HOORN, 2007; HYMAN e PATULNY, 2007) são pesquisas que colhem dados utilizando aparelhos eletrônicos (palmtops, celulares, por exemplo) que solicitam, de tempos em tempos ao longo do dia, informações sobre o estado emocional da pessoa. Seja a partir da resposta a algumas “perguntas padrão”, seja a partir da elaboração de pequenos relatórios após a realização de alguma atividade específica, a intenção desses métodos é captar as emoções nos momentos em que elas ocorrem, evitando assim reconstruções tardias sobre os eventos passados, pois isso comumente resulta em vieses. Além disso, ao realizar os mesmos questionários com uma pessoa durante uma temporada razoável, em intervalos de curtos períodos de tempo, a confiabilidade das pesquisas é aumentada; afinal, consegue-se maior quantidade de dados coletados sobre um único indivíduo.

2.4. Algumas considerações iniciais

A partir da reconstituição histórica empreendida, é possível perceber que houve uma *crescente valorização do tema do bem-estar subjetivo ao longo do século XX*, principalmente a partir dos anos 1960 com o *social indicator movement*. Na presente seção, faço algumas considerações sobre esse percurso.

Vimos que, na primeira metade do século XX, surgiram preocupações (sociais, políticas e de âmbito científico) que não eram abarcadas pelos dados objetivos. Desde o interesse sobre a satisfação com a situação matrimonial, até chegar às tentativas focadas especificamente na questão da felicidade, tais iniciativas

evidenciavam uma demanda por informações específicas que não estavam disponíveis naquele momento: no caso, *informações que refletissem a dimensão subjetiva das pessoas em relação a diversos assuntos*. Surgiram, então, pesquisadores que começaram a empreender questionários buscando captar esses estados subjetivos de modo a dar conta dessas novas preocupações.

Em linhas gerais, essas iniciativas visavam dois objetivos principais:

1. Alcançar maior precisão na medição do bem-estar das pessoas – nesse ponto, captar o “subjetivo” significava apreender *diretamente* o fenômeno que se queria entender.
2. Acrescentar outros elementos à análise, tornando-a mais rica e completa – ultrapassando, assim, uma perspectiva limitada que, no caso, se referia principalmente a uma concepção estritamente “econômica”.

Cada vez mais, percebia-se que o mero fato de aumentar o PIB de uma determinada sociedade não significava necessariamente que a situação geral daquela sociedade estivesse melhor no entender da população. Portanto, surgiram iniciativas que apontavam novos elementos para servirem como indicadores do progresso social: e assim, entre outros, despontaram as noções de bem-estar e qualidade de vida.

Nesse contexto, apareceram publicações, periódicos especializados, grupos de estudo, centros de pesquisa que abordavam especificamente esses assuntos. Algumas dessas iniciativas não pretendiam apenas influenciar os empreendimentos de medição do progresso, mas também *desejavam que essas novas medidas tivessem implicações efetivas em ações políticas concretas*. E, aqui, toco num ponto nevrálgico para o presente trabalho: identificar vias que as pesquisas sobre bem-estar subjetivo percorreram no sentido de extrapolar o âmbito científico e se inserir na política.

Sendo assim, que subsídios interessantes essa reconstituição histórica traz em relação aos objetivos desta pesquisa?

A partir do conteúdo abordado acima, notamos que *a passagem* a que nos referimos (da ciência para a política) não se deu de modo “automático” ou “necessário”. E aqui enuncio uma primeira consideração:

1. O fato de existirem pesquisadores produzindo conhecimento sobre o bem-estar subjetivo *não implicou que esses dados tivessem algum tipo de impacto em ações políticas concretas.*

Apesar de parecer óbvia, essa afirmação é importante, pois advém da constatação de que, mesmo existindo desde meados da primeira metade do século XX, as pesquisas que procuram medir o bem-estar subjetivo só começaram a ter algum tipo de influência considerável no âmbito político na década de 1990 e, principalmente, nos anos 2000.

Assim sendo, surge a pergunta: *o que houve* no final do último século que não havia no começo, para que as pesquisas a respeito do bem-estar subjetivo ganhassem notoriedade do ponto de vista da política?

Poderíamos sugerir como uma das possíveis explicações a falta de credibilidade científica que qualquer área nova do conhecimento sofre até que se consiga estabelecer com mais consistência após a confirmação exaustiva de seus resultados. Seja pela inconclusividade do reduzido número de trabalhos realizados, seja por não se enxergar aplicações concretas do conteúdo produzido, pesquisas que se dedicam a temas novos, geralmente, são vistas com desconfiança ou até indiferença.

No entanto, desde a Primeira Guerra Mundial já se utilizavam em larga escala métodos de medição de aspectos subjetivos ⁴² - ou seja, já se “aplicavam” certos tipos de conhecimentos bastante próximos. Além disso, os resultados das pesquisas sobre bem-estar subjetivo já começavam a consolidar-se em questões relativas à confiabilidade e à viabilidade - como vimos, a partir das pesquisas realizadas na década de 1930, na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Mesmo assim, isso não resultou em consequências significativas no âmbito político.

⁴² Sobretudo em relação à inteligência e à personalidade, visando recrutar adequadamente soldados para a guerra.

Assim sendo, enuncio uma segunda consideração:

2. Mesmo adquirindo certa credibilidade científica (por motivos de aplicabilidade e validade dos resultados), as pesquisas sobre bem-estar subjetivo continuaram tendo pouco impacto em ações políticas concretas.

Ou seja, a partir dos acontecimentos considerados, é possível perceber que a credibilidade científica não é suficiente como fator explicativo para responder as questões principais desta dissertação.

Então, poderíamos recorrer a outro elemento importante: o ambiente cultural como um todo, o contexto social em questão. Quando citamos rapidamente a noção de “valores pós-materiais” de Inglehart (1971), poderíamos recorrer à sua perspectiva, quando afirma que as preferências gerais em uma dada sociedade dependem em boa medida de sua situação de afluência material: quanto mais riquezas e estabilidade, maior seria a possibilidade de as pessoas daquela sociedade elegerem novas prioridades que não a sobrevivência física - por exemplo, qualidade de vida, liberdade política, meio ambiente, entre outros.

Por isso, a conturbada conjuntura que reinou na maior parte da primeira metade do século XX (guerras mundiais, crises econômicas, etc.) não favorecia o surgimento de preocupações voltadas ao bem-estar das pessoas, pois, naquele momento, havia outros assuntos que se mostravam mais urgentes.

A partir disso, faço uma terceira consideração:

3. Parece mais provável que as pesquisas sobre bem-estar subjetivo influenciem políticas públicas em contextos de estabilidade social e com condições materiais razoáveis.

Porém, tais considerações ainda parecem insuficientes. Afinal, a partir dos anos 1960 e 1970, as pesquisas sobre o tema já se haviam tornado razoavelmente conhecidas e dignas de credibilidade - sendo até defendidas como superiores em relação a certas abordagens objetivas (CAMPBELL, 1976) -, e eram divulgadas justamente em contextos de confortável situação material.

E, apesar dos esforços do *social indicator movement* (que abarcam as pesquisas a respeito do bem-estar subjetivo), todo esse cenário não se refletiu em grandes consequências concretas na esfera política: enfim, mesmo com algumas iniciativas de caráter científico (publicação de periódicos, relatórios) e institucional (criação de conselhos dentro da própria estrutura governamental), não ocorreram muitos desdobramentos políticos efetivos.

E, finalmente, aponto uma última consideração:

4. **A realização de publicações ambiciosas (como o foram o *Social Indicators* e o *Toward of a Social Report*), assim como a criação de instituições no interior do aparato governamental (como o foi o *Council of Social Advisers*, criado na década de 1970 nos EUA) voltadas especificamente para a promoção de vias alternativas para o progresso da sociedade também não garantiram a efetivação de mudanças em políticas concretas.**

Reunindo então as considerações expostas:

- A **simples existência** de pesquisas sobre bem-estar subjetivo não resultou em desdobramentos políticos.
- O fato de atingir uma **situação de credibilidade científica e social** também não implicou que tivessem influência sobre ações políticas.
- Parece razoável pensar que a notoriedade política das pesquisas a respeito de bem-estar subjetivo possa ocorrer em **contextos sociais estáveis e com boas condições materiais de vida**. Mesmo assim – como vimos com as décadas de 1960 e 1970 –, isso não ocorre necessariamente.
- E, a **existência de publicações importantes e de instituições estratégicas no governo** também não garantiram mudanças concretas no sentido de incorporar a temática do bem-estar subjetivo na esfera política.

Apesar das tentativas não tão bem sucedidas em meados dos anos 1970 – e de um certo arrefecimento nos anos 1980 –, na década de 1990, houve uma ascensão de discursos alternativos sobre desenvolvimento (meio ambiente, bem-estar, qualidade de vida, direitos humanos, questões ligadas ao gênero, à paz, a discriminações de qualquer tipo, etc.) que, diferentemente das iniciativas anteriores, passaram a ter influência marcante no âmbito das discussões governamentais, dos planos de desenvolvimento, em acordos internacionais, entre outros (cf. MAIA, 2002). Tanto que, segundo Schrader - cientista social alemão com trabalhos sobre a importância da pesquisa social empírica na sociologia (cf. SCHRADER, 2002) –, as tarefas mais importantes atualmente da área de indicadores são: monitorar os conceitos de bem-estar e qualidade de vida, construir indicadores de bem-estar sintéticos e desenvolver relatórios sociais prospectivos (SCHRADER, apud SANTAGADA, 2007).

No século XXI, essa tendência começou a evidenciar-se de modo mais consistente também em relação aos discursos sobre bem-estar subjetivo: ultrapassando o âmbito das discussões científicas, aos poucos, surgiram cada vez mais exemplos de ações políticas concretas informadas pelas diversas conclusões dessas pesquisas. Citamos algumas dessas iniciativas na *Introdução* deste trabalho.

Dados os objetivos da pesquisa e a trajetória percorrida até aqui, a pergunta central nesse momento parece ser a seguinte: **como explicar essa alteração de cenário que ocorreu a partir dos anos 1990? O que mudou?**

Uma possibilidade seria retomar, por exemplo, a perspectiva de Inglehart (1971), no sentido de argumentar que a tendência à valorização dos “valores pós-materiais” veio a se intensificar apenas no final do século, o que teria gerando demandas mais decisivas no âmbito político depois de um período inicial de menor influência: em outras palavras, as transformações sócio-culturais teriam tomando tal proporção que estariam desembocando naturalmente na esfera da política.

Apesar de essa explicação parecer interessante, como vimos, ela é insuficiente no nosso caso: afinal, mesmo em situações de afluência material citadas ao longo da reconstituição histórica empreendida, não houve uma valorização política das pesquisas sobre bem-estar subjetivo.

Portanto, deve haver outro elemento importante que teria sido decisivo para essa crescente valorização de novos discursos em relação à medição relativa ao progresso - e, entre eles, aqueles referentes às pesquisas sobre bem-estar subjetivo. E, a meu ver, esse elemento seria a atuação das cada vez mais influentes organizações de caráter internacional.

Como exposto acima, apesar de não ter obtido resultados políticos concretos tão significativos, o *social indicator movement* despertou a questão da elaboração de novos indicadores de medição acerca do tema do progresso no contexto de instituições internacionais – como vimos, ONU, Banco Mundial e OCDE sendo as mais importantes. E, nessa transição do século XX para o XXI, assistimos a um crescimento da relevância dessas instituições no cenário político internacional.

Ora, partindo dos acontecimentos recentes citados na *Introdução*, ao empreender uma busca sobre quem seriam os atores importantes, no âmbito da política, em relação à valorização da temática da felicidade – que é trazida por meio das pesquisas de bem-estar subjetivo –, destaca-se a atuação marcante de uma organização internacional: a saber, a *Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico* (OCDE).

Como vem se dando essa atuação? Quais as principais iniciativas? O que vem obtendo implicações mais abrangentes? No capítulo 4, procurarei apresentar detalhadamente a atuação da OCDE em relação ao tema em questão, buscando responder as perguntas essenciais para os objetivos desta investigação. Antes, porém, exponho rapidamente no próximo capítulo, uma visão panorâmica da estrutura da Organização.

Capítulo 3

A OCDE: uma breve aproximação ⁴³

Na *Introdução*, citei alguns eventos dos últimos anos, que evidenciavam a presença da temática da felicidade – por meio das pesquisas sobre bem-estar subjetivo – em discussões sobre políticas. Em concreto, mencionava o *Beyond GDP* (2007-2009) na Comissão Europeia, a *Stiglitz-Sen Commission* (2008) na França, e o *Measuring National Well-being Programme* (2010) na Inglaterra.

O que teria impulsionado esses acontecimentos recentes?

Na primeira década do nosso século, vêm ganhando destaque comissões internacionais, congressos especializados, redes globais de pesquisadores, que têm sido responsáveis por ditarem novas tendências em discussões e resoluções sobre temas relativos à medição acerca do progresso das sociedades que, entre outros assuntos, cogitam a possibilidade dos indicadores de bem-estar subjetivo serem utilizados pelos tomadores de decisão na política.

Em concreto, desde 2004, ocorrem Fóruns mundiais⁴⁴ dedicados ao tema da utilização de conhecimentos mais precisos por parte dos governos tendo em vista o progresso das sociedades. Para todos os acontecimentos recentes citados, esses Fóruns são a grande referência, no sentido de oferecerem um espaço para a apresentação de novas maneiras de abordar a questão do progresso, colaborando assim para a divulgação e promoção de tais temas, e repercutindo em novas iniciativas concretas.

⁴³ Se não houver indicação contrária, a maioria do conteúdo exposto aqui foi extraído do site oficial da OCDE (<http://www.oecd.org/>). As citações literais serão sinalizadas explicitamente como: “OECD, 2012”.

⁴⁴ A exposição mais detalhada dos Fóruns será realizada nas páginas subsequentes da presente dissertação. Porém, aqui já adianto os títulos desses eventos:

- 1st World Forum on “Statistics, Knowledge and Policy” (2004, Itália).
- 2nd World Forum “Measuring and Fostering the Progress of Societies (2007, Turquia).
- 3rd World Forum on “Statistics, Knowledge and Policy” (2009, Coreia).
- 4th World Forum “Statistics, Knowledge and Policy” (2012, Índia).

E, apesar de contar atualmente com vários outros parceiros e colaboradores – justamente devido ao sucesso de suas iniciativas –, a grande promotora desses Fóruns mundiais foi e continua sendo a OCDE.

Portanto, se meu objetivo é descobrir como surgiram as principais demandas pela inserção da temática do bem-estar subjetivo na política, faz-se necessário examinar com mais cuidado esses Fóruns mundiais. E, para isso, o primeiro passo é orientar a investigação em direção à instituição que organiza esses Fóruns, como dito, a *Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico*.

Fundada nos anos 1960, a *Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico* surgiu a partir da reunião de 18 países europeus, mais os Estados Unidos e o Canadá que se juntaram com o objetivo de formar uma organização voltada à questão do desenvolvimento global.⁴⁵ Com o passar dos anos, sua atuação se diversificou, de modo que, atualmente, são 34 os países membros da Organização: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia, Dinamarca, Estônia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, República Checa, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos.

Em seu site oficial, a OCDE apresenta como sua missão o papel de impulsionar políticas que promovam o bem-estar, sendo um traço marcante a preocupação com questões que influenciam diretamente a vida das pessoas.⁴⁶ Para isso, ela atua em várias frentes: por exemplo, no relacionamento com os governos e com organizações da sociedade civil; produzindo informações sobre a situação dos países membros e ao redor do globo; publicando relatórios; propondo e estabelecendo padrões internacionais sobre alguns temas específicos (como impostos, utilização de produtos químicos, entre outros). Ainda em sua apresentação oficial, encontramos o seguinte:

“O ponto comum do nosso trabalho é o comprometimento com economias de mercado respaldadas por instituições democráticas e focadas no bem-estar de todos os cidadãos” (OECD, 2012).

⁴⁵ <http://www.oecd.org/about/membersandpartners/>

⁴⁶ <http://www.oecd.org/about/> (“Our mission”).

Nos seus “valores”,⁴⁷ a instituição afirma também que, além de suas análises e recomendações serem baseadas em evidências, ela incentiva o debate e as inovações, fundamentando-se nos princípios da confiança, integridade e transparência.

Dados esses aspectos gerais, qual seria a estrutura da instituição? “Na prática”, como é seu funcionamento? A figura a seguir⁴⁸ representa o que poderíamos denominar de “cadeia de ações” da OCDE:

OECD's way of working

Tendo como origem a coleta de dados, a cadeia de ações na OCDE segue em direção à análise e à produção de informação mais depurada; que, por sua vez, serão discutidas e, finalmente, levadas a esferas de decisão e implementação. Uma etapa proveniente deste processo seriam os mecanismos de avaliação e regulação, responsáveis por averiguar se as deliberações definidas nos estágios anteriores

⁴⁷ <http://www.oecd.org/about/> (“The OECD’s core values”).

⁴⁸ <http://www.oecd.org/about/whatwedoandhow/> (What we do and how?)

realmente estariam sendo concretizadas, de que modo isso estaria ocorrendo, o que poderia ser feito para melhorar, e assim por diante.

Porém, indo além dessa descrição genérica, caberia a pergunta: institucionalmente, *quem* executa cada uma dessas etapas? Ou, como se dá a distribuição de funções no interior da OCDE?

Em linhas gerais, há três grandes atores envolvidos: o **Secretariado**, os **Comitês** e o **Conselho**. Novamente, podemos visualizar isso numa figura:⁴⁹

O responsável pela primeira etapa – **coleta de dados e produção de informação** – é o Secretariado (“Secretariat”), cuja chefia fica à cargo do Secretário Geral, que, auxiliado por mais alguns poucos secretários adjuntos (“Deputy Secretaries-General”) coordena o trabalho das várias Diretorias (“Directorates”). Por

⁴⁹ <http://www.oecd.org/about/whodoeswhat/> (Who does what?)

sua vez, o Secretário também faz parte do Conselho, servindo de intermediário entre os representantes dos países e o Secretariado.

As próximas etapas – relativas à **discussão para a implementação das políticas relacionadas às informações** provenientes do trabalho do Secretariado – são desempenhadas pelos Comitês (“Committees”), que são formados por profissionais (pesquisadores, políticos, técnicos, etc.) dos países membros da OCDE que desenvolvem atividades relacionadas às diversas temáticas abordadas pela instituição - por exemplo, economia, ciência, educação, entre outros. Os Comitês procuram refletir e discutir as práticas desenvolvidas, a fim de aprimorá-las. Anualmente, por volta de 40 mil profissionais provenientes de governos nacionais comparecem às diversas reuniões dos Comitês para criticar, rever e analisar os inúmeros trabalhos realizados pelo Secretariado.

Tratando-se da etapa seguinte – as **decisões** -, o protagonista é o Conselho (“Council”). Formado por um representante de cada país membro, mais um representante da Comissão Europeia, o Conselho chega a consensos que definem prioridades e diretrizes, a fim de serem levadas a cabo pelo Secretariado e pelos Comitês.

Essa configuração faz da OCDE uma organização consideravelmente complexa, que conjuga a produção de conhecimento à discussão e formulação de recomendações políticas. Aliás, segundo o diplomata brasileiro Denis Fontes de Sousa Pinto, numa publicação específica sobre tal Organização, a característica singular da OCDE seria justamente: “sua capacidade de temperar a teoria acadêmica com a análise factual e gerar recomendações de políticas que correspondam às necessidades dos países-membros”. E continua:

“A OCDE não dispõe de poder financeiro como o FMI ou o Banco Mundial, nem de competência supranacional, como a União Europeia, nem tampouco dispõe de mecanismos de caráter legalmente vinculatório como o regime de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). Por meio, entretanto, da troca de informações e de consultas, características fundamentais da Organização, *a OCDE baseia sua ação na persuasão*. Sua atividade normativa só aparece claramente ao final desse processo de ‘convencimento’ dos países-membros da

desejabilidade da norma, após o *brainstorm* característico das reuniões dos comitês da Organização. Os trabalhos nesses comitês não se caracterizam pela confrontação, típica dos foros negociadores, e sim pela construção do consenso sobre distintos temas em um pano de fundo de ‘conquista pelo conhecimento’” (PINTO, 2000: 19-20).

Ou seja, seguindo as palavras de Denis Pinto, na OCDE, há uma centralidade da “*persuasão*” e do “*convencimento*”, fundamentados justamente no conhecimento produzido no interior da própria Organização. Isto é, a “legitimidade” de suas recomendações está pautada nas pesquisas realizadas - ou, ao menos, consideradas - pelo Secretariado e pelos Comitês. Vemos, portanto, um caso significativo em que *a produção de conhecimento tem papel importante para o processo de deliberação política*: algo que pretendo explorar melhor na Parte II, ao consultar os documentos específicos dos Fóruns da OCDE.

Concluo aqui a Parte I desta dissertação. Após algumas considerações introdutórias sobre a problemática em questão e as perspectivas adotadas (Capítulo 1), assim como a realização de uma recuperação histórica sobre o tema (capítulo 2) e de uma apresentação breve da Organização estudada (capítulo 3), espero ter oferecido um panorama razoável para situar o trabalho que empreenderei no próximo capítulo: consultando o material disponível dos Fóruns Mundiais da OCDE sobre a medição e promoção do tema do progresso, dedicarei especial atenção às referências relacionadas às pesquisas sobre bem-estar subjetivo.

PARTE II

Capítulo 4

Os Fóruns da OCDE e as pesquisas sobre bem-estar subjetivo

A *Better Life Initiative*⁵⁰ surgiu na *Diretoria de Estatística* da OCDE em 2011, como fruto de acontecimentos relativos às novas formas de considerar os temas do progresso e do bem-estar nos últimos dez anos, que, em grande parte, estão inseridas no contexto dos *Objetivos do Milênio* (“Millenium Goals”) enunciados pela ONU no ano de 2000. Mais especificamente, no 8º objetivo, afirma-se a necessidade de se “Desenvolver uma parceria global pelo desenvolvimento” – que, como primeira meta, indica a preocupação com “a boa governança, o desenvolvimento e a redução da pobreza – nacional e internacionalmente”.⁵¹

A *Iniciativa*⁵² foi lançada por ocasião do 50º aniversário da OCDE, tendo como mote a frase “*Better Policies for Better Lives*” (“Políticas melhores para vidas melhores”). Iniciemos o exame do conteúdo disponível, começando pela leitura do folheto de apresentação⁵³ (que também é chamado de “*brochure*”) da *Better Life Initiative*, pois, além de condensar as diversas frentes da instituição que possuem ações referentes à temática que estou investigando, é interessante justamente por ser um material de divulgação.

Em primeiro lugar, há uma menção aos dois principais produtos da *Iniciativa*.⁵⁴

⁵⁰ <http://www.oecd.org/statistics/betterlifeinitiativemeasuringwell-beingandprogress.htm>

⁵¹ <http://www.mdgmonitor.org/goal8.cfm>. Os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* foram declarados na ONU em 2000, tendo sido assinados por mais de 190 países. Constituindo metas a serem buscadas até o ano de 2015, os *Objetivos* vêm influenciando as atuações de governos, corporações e organizações não governamentais, entre outros (<http://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>).

⁵² Quando falar em “Iniciativa”, estarei me referindo à *Better Life Initiative*.

⁵³ <http://www.oecd.org/std/Measuring%20Well-Being%20and%20Progress%20Brochure.pdf>

⁵⁴ No último capítulo, voltaremos a mencioná-los por serem acontecimentos bastante recentes.

- *How's life? Measuring well-being*⁵⁵: relatório de outubro de 2011, é uma tentativa concreta de reunir informações sobre vários aspectos da realidade social (por exemplo, renda, emprego, saúde, educação, vínculos sociais, meio ambiente, segurança, bem-estar subjetivo, entre outros) a fim de considerar o tema do progresso das sociedades de modo mais diversificado.
- *Your Better Life Index*⁵⁶: ferramenta interativa na internet, em que, partindo das dimensões consideradas no relatório *How's life*, os usuários podem escolher e priorizar aquelas que preferirem, podendo assim comparar os diferentes níveis de bem-estar ao redor do mundo a partir de seus próprios critérios.

Abordando duas perguntas importantes, o *brochure* prossegue: por que medir o bem-estar e o progresso? E, o que é progresso?

Para justificar o interesse na medição do progresso, afirma-se a insuficiência dos fatores considerados atualmente - como o PIB - para captar aquilo que as pessoas realmente avaliam sobre suas condições. E, segundo o documento, isso seria de “crucial importância para a credibilidade das políticas públicas e para o bom funcionamento da democracia”.⁵⁷ Ou seja, identifico aqui traços interessantes do ponto de vista da literatura das comunidades epistêmicas: em primeiro lugar, um apontamento de *insuficiência de conhecimento* sobre um assunto (no caso, a avaliação das pessoas sobre suas condições); e, em segundo lugar, a afirmação da *relevância política* desse conhecimento.

Em relação à concepção de progresso da *Better Life Initiative*, o documento afirma que seria aquilo que “traz avanços no bem-estar das pessoas e das famílias. Captá-lo requer tanto a consideração do sistema econômico quanto das diversas experiências e condições de vida das pessoas”.⁵⁸ Por isso, continua o *brochure*, o

⁵⁵ <http://www.oecd.org/statistics/howslifemeasuringwell-being.htm>

⁵⁶ www.oecdbetterlifeindex.org

⁵⁷ <http://www.oecd.org/std/Measuring%20Well-Being%20and%20Progress%20Brochure.pdf>

⁵⁸ *Idem*.

paradigma de medição de progresso da OCDE está baseado nas recomendações da *Stiglitz-Sen-Fitoussi Commission* ⁵⁹ - “para a qual a OCDE contribuiu significativamente.” ⁶⁰ Esse paradigma está representado na figura a seguir, ⁶¹ em que aparecem os três principais fatores abarcados (condições materiais, qualidade de vida e sustentabilidade), suas respectivas dimensões específicas e a relação de influência recíproca entre eles.

Ao explicar mais detalhadamente cada um dos três fatores considerados por sua concepção de progresso, no item que aborda a “qualidade de vida”, encontro

⁵⁹ Cf. *Introdução*.

⁶⁰ <http://www.oecd.org/std/Measuring%20Well-Being%20and%20Progress%20Brochure.pdf>

⁶¹ *Idem*.

justamente comentários sobre as medições de bem-estar subjetivo, no sentido de que elas seriam importantes para esclarecer a relação entre as circunstâncias objetivas e o modo como as próprias pessoas avaliam tais circunstâncias. O texto prossegue afirmando que a maioria das informações sobre o tema ainda advém de estatísticas não oficiais, salvo algumas exceções – por exemplo, França, Itália e Inglaterra -, e conclui anunciando que a OCDE pretende lançar em breve um “conjunto de diretrizes para a coleta e o uso de medições de bem-estar subjetivo”.⁶²

O documento traz ainda outros trechos em que fica patente o caráter pró-ativo da *Iniciativa*, no que se refere a sugerir mudanças de prioridades da área, com clara implicação política: “a agenda relativa à medição do bem-estar e do progresso demanda estatísticas novas e melhores, visando complementar as estatísticas econômicas tradicionais e desenvolvendo indicadores mais sintonizados com a vida das pessoas”⁶³; “Para que comece a fazer uma diferença real na vida das pessoas é necessário que as medidas de bem-estar sejam explicitamente inseridas nos processos de formulação de políticas”.⁶⁴ E, após mencionar que em alguns países - no caso, Austrália, Nova Zelândia, Inglaterra e Japão – algumas medidas já estariam sendo tomadas, evidencia-se novamente o traço político da *Iniciativa*:

“o recente interesse em âmbito internacional referente a novas medidas de bem-estar é uma oportunidade para a construção de *uma ponte entre as medidas de bem-estar e a intervenção política*. Para assegurar que a avaliação sobre o impacto de políticas de bem-estar se torne mais sistemática e robusta, são necessárias pesquisas que permitam entender melhor a influência causal das diferentes políticas em cada uma das dimensões do bem-estar, assim como a questão da *possibilidade de implementação efetiva das políticas de bem-estar*. A OCDE está desenvolvendo diretrizes para identificar os principais determinantes do bem-estar e para captar o impacto geral das diferentes alternativas políticas na vida das pessoas. (...) O *objetivo principal é trazer considerações sobre o bem-estar de modo consistente para as decisões governamentais e oferecer aos governos um conjunto de recomendações relativas aos efeitos das diferentes políticas de bem-estar*”.⁶⁵

⁶² *Ibidem*.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ *Ibidem*.

Nesse trecho, é possível constatar outras características comentadas pela perspectiva das comunidades epistêmicas: objetivo de definir relações causais (“são necessárias pesquisas que permitam entender melhor a *influência causal* das diferentes políticas em cada uma das dimensões do bem-estar”) e intenção de estabelecer critérios de validade (“A OCDE está *desenvolvendo diretrizes para identificar* os principais determinantes do bem-estar e *para captar* o impacto geral das diferentes alternativas políticas na vida das pessoas”).

O *brochure* ainda cita os eventos principais da *Iniciativa*, mencionando os Fóruns mundiais sobre “Estatísticas, Conhecimento e Política”, assim como os encontros regionais de preparação que os antecedem:

“Esses eventos buscam aprofundar a reflexão sobre como medir o bem-estar e o progresso das sociedades, assim como aumentar a relevância das medidas e análises *para abordar temas políticos centrais, e chegar a resultados concretos* a fim de estabelecer diretrizes para a cooperação regional relativa a esses temas.”⁶⁶

Antes de apresentarmos mais pormenorizadamente os Fóruns, apenas mencionamos as plataformas na internet (WikiProgress⁶⁷, WikiGender⁶⁸, WikiChild⁶⁹) da *Better Life Initiative* citadas no documento que, por sua vez, abarcam outras redes - por exemplo, a plataforma global que surgiu a partir do WikiProgress, a Global Progress Research Network⁷⁰, dando origem a plataformas regionais, como a Wikiprogress Latin America Network⁷¹ a Wikiprogress Africa Network⁷² e a Wikiprogress European Network on Measuring Progress.⁷³ Em poucas palavras, todas são um espaço (genérico (como o WikiProgress) ou temático (como o WikiGender, sobre gênero)) para que atores envolvidos com iniciativas ligadas à medição e promoção do progresso das sociedades possam trocar informações, atualizarem-se quanto aos respectivos eventos importantes, estabelecerem novos contatos, enfim, são

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ www.wikiprogress.org

⁶⁸ www.wikigender

⁶⁹ www.wikichild.org

⁷⁰ www.wikiprogress.org/index.php/GPRNet

⁷¹ <http://wikiprogressal.blogspot.fr/>

⁷² <http://wikiprogressafrica.blogspot.fr/>

⁷³ www.wikiprogress.org/index.php/European_Network_on_Measuring_Progress

plataformas que propiciam a formação e a atuação de redes de conhecimento. Em certo sentido, essas plataformas fornecem-me elementos quanto à sua organização e ao seu funcionamento, que novamente corroboram a conjectura de que realmente estou tratando de uma comunidade epistêmica.

Dado esse documento de divulgação, torna-se interessante uma investigação mais minuciosa sobre os eventos passados que ele cita como sendo importantes realizações da *Iniciativa*. Por isso, a seguir, empreendo um exame mais detalhado do material disponível sobre os Fóruns mundiais da OCDE, pois, claramente, eles constituem eventos-chave no que se refere aos antecedentes da *Better Life Initiative*, sendo a grande referência para as outras frentes que atuam com o tema da medição do progresso das sociedades.

Porém, antes de prosseguir, por motivo de clareza, é interessante agrupar as características já ressaltadas em relação às comunidades epistêmicas, encontradas nessa consulta ao material de divulgação da Iniciativa:

- Indicação de uma situação de *insuficiência de conhecimento* sobre um tema (a avaliação das pessoas sobre suas condições de vida);
- Afirmação da *relevância política* desse conhecimento (credibilidade e bom funcionamento da democracia);
- Menção à importância de descobrir as *relações causais* em jogo (no caso, a relação entre determinadas políticas e cada uma das dimensões específicas de bem-estar);
- Desenvolvimento de *critérios de validade* para abordar a questão (no caso, diretrizes relativas a modos adequados para a identificação de determinantes do bem-estar e para a captação do impacto das diferentes políticas na vida das pessoas);
- Existência de uma *estrutura para a formação de redes* (plataformas virtuais abrangentes e temáticas, globais e regionais).

Elencadas essas características, passo então à investigação dos Fóruns mundiais da OCDE relativos à medição e promoção do progresso das sociedades, que, considerando os interesses desta pesquisa, surgiram com um título bastante sugestivo: “*Estatísticas, Conhecimento e Política*”.

4.1. De Palermo à Istambul: os três primeiros anos

O evento pioneiro⁷⁴ da OCDE no sentido de incentivar a produção de pesquisas que permitissem comparar em âmbito internacional o progresso das sociedades a partir de novas concepções de progresso ocorreu em novembro de 2004, na cidade de Palermo, Itália. O congresso “*Statistics, Knowledge and Policy: OECD World Forum on Key Indicators*” reuniu estatísticos de várias partes do mundo, assim como políticos, pesquisadores e representantes da sociedade civil.⁷⁵ Em concreto, foram pouco mais de 540 especialistas envolvidos com o tema, provenientes de mais de 40 países, além daqueles que acompanharam o evento via internet.

Seguindo a tendência daquele período, na qual despontavam diferentes iniciativas no sentido de produzir relatórios periódicos sobre a situação das sociedades, a OCDE se lançava como uma

“catalisadora a fim de promover pesquisas e informações compartilhadas entre os países, permitindo-lhe comparar diferentes estratégias de medição e captar a “posição” e o “progresso” aproximados de determinada localidade (país, região, etc.) em relação a outras.”⁷⁶

O Fórum⁷⁷ anunciava-se como um agente aglutinador decisivo no sentido de possibilitar um intercâmbio permanente a partir de encontros periódicos sobre a temática, a fim de conduzir discussões que produzissem aprendizados por meio de

⁷⁴ <http://www.oecd.org/site/worldforum/messagefromthesecretary-generaloftheoecd.htm>

⁷⁵ <http://www.oecd.org/std/oecdorganisesforumontheroleofstatisticsindemocraciespalermo10-13november2004.htm>

⁷⁶ <http://www.oecd.org/site/worldforum/oecdworldforumkeyindicators--overview.htm>

⁷⁷ Sempre quando me referir ao “Fórum”, salvo alguma exceção que possua indicação diversa, entenda-se Fórum Mundial da OCDE, somando as outras indicações (pois, nas diferentes seções, estou me referindo ao 1º, 2º, 3º ou ao 4º Fórum, respectivamente).

experiências concretas, projetando melhorias e avanços, assim como pensando o papel da mídia na difusão de estatísticas para o público em geral.

Nesse sentido, no discurso que proferiu nesse evento, o então Secretário-Geral da OCDE, Donald J. Johnston, afirmava que

“A OCDE é uma organização produtora de conhecimento. (...) [Seus membros] analisam e comparam experiências a fim de produzir conhecimento sobre políticas que funcionam e que não funcionam. E, esse conhecimento é comumente inserido nas recomendações e diretrizes da OCDE. Assim, a organização compartilha conhecimento e experiência com um universo de países não membros, tornando suas parcerias cada vez mais globais. Não possuímos poder regulador, ou autoridade legislativa para impor a execução efetiva das nossas recomendações e indicações. No entanto, somos amplamente reconhecidos como *um dos atores internacionais mais influentes em relação aos tomadores de decisão e à opinião pública, no sentido de fornecer informações e orientações demandadas pelos desafios atuais e futuros*. O que torna a OCDE capaz de aconselhar a comunidade internacional num amplo espectro de assuntos? Em poucas palavras, eu responderia: *estatísticas confiáveis, alta capacidade de análise, redes de contatos [networking], prestígio no cenário internacional, diálogo aberto e transparência*” (JOHNSTON, 2004).

Salientando a importância das parcerias entre os diversos atores sociais - sociedade civil, empresários, políticos, universidade e a mídia – ele afirmava que

“parcerias consistentes são algo imperativo para o desenvolvimento de iniciativas de indicadores. Isso é crucial porque se a iniciativa não é concebida como balanceada em termos de objetivos, se não há a participação de várias instituições, se não há a capacidade para aceitar diferentes pontos de vista, e, finalmente, *se não há seriedade científica e transparência para o público em geral, o risco de fracasso torna-se alto*” (JOHNSTON, 2004).

Concluindo seu discurso, Johnston arrematava:

“Organizações internacionais, como a OCDE, *precisam criar redes globais para permitir que comunidades locais discutam, compartilhem*

conhecimento e identifiquem as experiências bem sucedidas”.
(JOHNSTON, 2004).

Sob a perspectiva das comunidades epistêmicas, constato nessas passagens outros aspectos relevantes: a ênfase na questão da produção do conhecimento com objetivo de auxiliar políticas (“somos amplamente reconhecidos como um dos atores internacionais mais influentes em relação a tomadores de decisão, e à opinião pública, no sentido de fornecer informações e orientações demandadas pelos desafios atuais e futuros”); o destaque dado às “credenciais” científicas, como importante justificativa para a influência obtida (“estatísticas confiáveis, alta capacidade de análise,...”); e, por fim, a menção ao tema das redes (“redes de contatos [networking]”; “parcerias consistentes são algo imperativo para o desenvolvimento de iniciativas de indicadores”; “Organizações internacionais, como a OCDE, precisam criar redes globais para permitir...”).

Ou seja, desde esse primeiro evento, delineiam-se características típicas daquelas apontadas pela literatura das comunidades epistêmicas, pois, são empreendimentos que visam influenciar políticas recorrendo a um discurso que enfatiza a necessidade por conhecimento – dada uma “situação geral de incerteza e complexidade” – e se apresenta como um possível ator responsável para proporcionar esse “conhecimento necessário”.

Continuemos analisando outros documentos relativos ao Fórum.

Por exemplo, no material que a organização elaborou sob o título “Highlights of the Conference”⁷⁸. Trata-se de um breve folheto de divulgação que aponta trechos relevantes do evento, apresentando as principais passagens de alguns dos pronunciamentos. De modo geral, talvez a principal característica encontrada ali é o destaque para as falas de personalidades que ocupam postos estratégicos no âmbito político, expondo justamente argumentos que endossam a relevância do uso de estatísticas bem consolidadas e depuradas analiticamente para a formulação e avaliação de políticas. Ou seja, enquanto iniciativa engajada em impulsionar a produção de conhecimento que tenha impacto em políticas, o evento adota como estratégia a

⁷⁸ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/36422528.pdf>. Daqui em diante, denominarei este material, que são como os “destaques da conferência”, simplesmente de “Highlights”.

montagem de uma grandiosa “vitrine” que apresenta pronunciamentos de atores importantes insistindo, de maneiras diferentes, numa ideia comum: *a necessidade de conhecimento mais sofisticado sobre o tema do progresso das sociedades, com vistas a auxiliar políticas futuras.*

Começo pelo discurso do então estatístico-chefe da OCDE, o italiano Enrico Giovannini.⁷⁹ Ao ressaltar o sucesso do evento, Giovannini se perguntava “curioso” sobre o porquê de um congresso sobre estatísticas ter conseguido chamar tanta atenção. Afirmava então que

“atualmente o papel das estatísticas vai além da produção de gráficos, chegando a abordar o dia-a-dia da vida das pessoas. Quando os governos lançam novos orçamentos, quando se decide em qual escola os filhos estudarão, quando empresários investem, quando ONGs lançam novas campanhas: *todas essas decisões são geralmente baseadas em algum tipo de dados estatísticos, que transformamos em conhecimento e utilizamos para informar nossas escolhas.*” (OECD, Highlights, p.2)

Em meio a dois jantares de gala e diversas apresentações e trabalhos em grupo, o evento teve a participação de estatísticos-chefes de várias instituições nacionais de produção de estatísticas de diferentes países,⁸⁰ jornalistas especializados, assim como de David Walker, controlador geral dos Estados Unidos, cargo máximo do

⁷⁹ Giovannini é um ator central em todo esse processo. Atualmente, ele não ocupa mais o cargo da OCDE, pois se tornou o presidente da *Italian National Statistical Office* (Istat) - algo análogo ao IBGE no Brasil. Na apresentação de seu currículo (<http://www.istat.it/it/istituto-nazionale-di-statistica/presidente>), o primeiro dado encontrado é justamente sua passagem pela OCDE, onde teria realizado uma “profunda reforma do sistema estatístico da Organização, instituindo o Fórum Mundial *Statistics, Knowledge and Policy: OECD World Forum* e lançado o *Global Project on Measuring the Progress of Societies*, que resultou em numerosas iniciativas em todo o mundo sobre o tema ‘para além do PIB’”. Vale citar que os grandes patrocinadores desse evento em Palermo foram principalmente o governo italiano, com o apoio de várias instituições daquele país, em especial, a própria *Italian National Statistical Office* - que, como dissemos, Giovannini preside atualmente. Ao responder-me por e-mail, Giovannini foi muito solícito: porém, como dito anteriormente, as respostas que concedeu foram todas no sentido de aprofundarmos melhor as questões, consultando o material disponível nos sites dos fóruns.

⁸⁰ Inclusive do Brasil. O economista Eduardo Nunes, então presidente do IBGE, esteve não apenas nesse, mas nos outros dois Fóruns posteriores da OCDE sobre o tema. Em entrevista com ele no Rio de Janeiro (atualmente, ele é professor na FGV-RJ), em julho deste ano, falou-me sobre os eventos. Em geral, gostou especialmente desse de Palermo. Em sua opinião, os outros dois (de Istanbul e de Busan) foram uma “repetição do mesmo”. Enquanto, na Itália, o prof. Eduardo enxergou um empenho efetivo em discutir e produzir novas maneiras de medir e conceber o progresso das sociedades, nos outros dois, constatou algo mais próximo a uma “plataforma de divulgação” para as mesmas matérias trabalhadas no primeiro evento. Ou seja, em sua visão, a “efervescência por inovações do ponto de vista do conhecimento” foi enfraquecida nos dois eventos posteriores.

*Government Accountability Office (GAO).*⁸¹ A seguinte fala de Walker é significativa por ressaltar a necessidade por conhecimento no cenário atual:

“(...) pelo fato de estarmos num período de novos desafios nacionais e globais, a necessidade de cidadãos bem informados adquiriu uma nova importância e significado. (...) Indicadores nacionais podem *ajudar-nos a compreender melhor* quais programas e políticas funcionam mais, (...) podendo proporcionar uma *visão mais completa e confiável* sobre quão bem uma nação vai indo e como seus líderes políticos estão planejando o futuro” (Highlights, p. 6).

Também nas falas do então presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, além de abordar bastante diretamente os temas da incerteza e da complexidade, sublinhou-se a demanda por conhecimento:

“(...) a segunda metade da década de 1990 e os primeiros anos deste século foram caracterizados por mudanças estruturais, (...) que se somaram aos *fatores normais de incerteza na atualidade*. (...) Nesse cenário *tão complexo*, um modelo simplificado com alguns indicadores apenas *não é um guia suficiente* para a política monetária. Pelo contrário, *é necessário um conjunto amplo e integrado de dados*. (...) Porém, *somente se os dados forem estruturados e analisados de um modo consistente, os políticos que cuidam dos temas monetários estarão em condições de tomar as decisões mais adequadas para atingir seus objetivos*.” (Highlights, p. 4).

Enfim, tendo em conta os pronunciamentos e a magnitude do evento, é possível afirmar que o Fórum de Palermo acabou sendo um verdadeiro “abre-alas” para a promoção da temática relativa à valorização de conhecimentos estatísticos para a política. Tal afirmação é corroborada pelos vários desdobramentos posteriores.

Em 2005, foi lançado o relatório sobre o Fórum (OCDE, 2005). Nele, é citada a criação de uma base de dados que já reunia mais de 200 artigos sobre experiências com indicadores em diversos países. O relatório salienta o sucesso do evento, no sentido de consolidar a temática enquanto relevante para a pauta política:

⁸¹ Agência do legislativo americano, principal instituição responsável pela auditoria do governo daquele país (<http://www.gao.gov/about/index.html>).

“O Fórum demonstrou que há *demand*a por um *centralizador* capaz de permitir que regiões locais aprendam com a experiência de outros países. (...) Além disso, também apontou a existência de uma potencial comunidade interessada no tema dos indicadores em quase todos os países da OCDE e em vários outros. Somado a isso, *é necessária uma liderança* para prosseguir com esse processo no interior de uma nação. E, entre os candidatos a lançar iniciativas de indicadores, estão os institutos nacionais de estatísticas ou as autoridades centrais encarregadas de promoverem a responsabilidade [*accountability*] em relação às políticas públicas” (OCDE, 2005: 17).

Ao concluir a introdução do relatório, Enrico Giovannini cita então as duas principais resoluções do congresso:

- “Em médio prazo, lançar iniciativas sobre indicadores, por meio de discussões em grupos via meios eletrônicos, workshops especializados, etc.
- Organizar um segundo Fórum Mundial dentro de dois ou três anos.” (OCDE, 2005: 17).

O relatório termina anunciando que, dadas essas resoluções, o Secretariado da OCDE já estava desenvolvendo meios para concretizar um projeto de pesquisa nos próximos anos - no sentido do primeiro objetivo - e organizar o segundo Fórum por volta de 2007 – isto é, para efetivar o segundo objetivo.

No decorrer das mais de 600 páginas do documento, que reúne todas as apresentações do evento, há poucas menções ao tema das medidas de bem-estar subjetivo. Certamente, a principal exposição nesse sentido foi sobre indicadores na Austrália (“*Measures of Australia’s Progress – A Case Study of a National Report Based on Key Economic, Social and Environment Indicators*”), dos estatísticos australianos da agência nacional estatística daquele país, Dennis Trewin e Jon Hall, no qual comentam brevemente em alguns momentos do seu texto a importância de levar em conta medidas relativas ao bem-estar subjetivo. É importante citar os autores, pois especialmente o último, Jon Hall, terá atuações relevantes em acontecimentos posteriores.

Porém, considerando que o relatório conjuga todas as apresentações do evento, as referências ao tema no Fórum de Palermo são escassas, evidenciando que a questão do bem-estar subjetivo ainda não aparecia como algo de relevância nas pautas de discussão.

O Fórum de Palermo teve repercussão. Isso se evidenciou nas dimensões que adquiriu o segundo Fórum Mundial da OCDE, sediado na Turquia. Porém, nesse intervalo de três anos, ocorreram *workshops* e conferências regionais temáticos que serviram de importante preparação para o Fórum em Istambul.

Quanto aos *workshops* ⁸², os principais ocorreram na própria Itália. O primeiro deles, em março de 2006, na cidade de Bellagio, intitulou-se “*Measuring Progress of Societies: a Key Policy Challenge*”, e apresentou-se como uma reunião para discutir “um dos mais importantes temas da atualidade: como medir o progresso das nossas sociedades.” ⁸³ Os participantes eram especialistas (acadêmicos proeminentes, ocupantes de cargos governamentais, pessoas da mídia, dos negócios e da sociedade civil) ligados à Fundação Rockefeller. ⁸⁴ A conferência foi organizada pela OCDE e o grupo americano *Key National Indicators Initiative*. ⁸⁵

Entre os 23 participantes, encontravam-se o então secretário-geral da OCDE, Donald J. Johnston, o estatístico-chefe da OCDE, Enrico Giovannini, o estatístico australiano Jon Hall – que, nesse momento, passara a ocupar o cargo de líder da organização do Fórum Mundial da OCDE – alguns outros membros da OCDE, assim como outras pessoas advindas, por exemplo, do Banco Central Europeu, do Banco

⁸² <http://www.oecd.org/site/worldforum06/preparatoryworkshops.htm>

⁸³ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/bellagiostrategymeeting.htm>

⁸⁴ Fundação americana de filantropia que atua no mundo todo nas áreas de saúde, meio ambiente, problemas econômicos, entre outros, que, desde 1913, enuncia como sua missão “promover o bem-estar para a humanidade” (<http://www.rockefellerfoundation.org/about-us>).

⁸⁵ A iniciativa advém da organização “*The State of the USA*”, que visa promover ações de modo a possibilitar que os cidadãos estejam mais informados politicamente. Sob os auspícios da *Academia Nacional de Ciências* (NAS) daquele país, a *Key National Indicators Initiative* (KNII) foi criada com o intuito de desenvolver um sistema de indicadores nacionais para os Estados Unidos (<http://www.stateoftheusa.org/about/history/>).

Mundial, da divisão de estatísticas da ONU, do jornal inglês *Financial Times*, do governo da Turquia, entre outros.

Em linhas gerais, é possível afirmar que, nessa reunião, delinearam-se as principais diretrizes e o escopo para o 2º Fórum e a concretização do que viria a ser o “*Global project on measuring the progress of societies*” – que se efetivaria em Istambul. Afinal, se observarmos as realizações do evento de 2007, várias das principais personalidades já estavam ali em Bellagio: além de pessoas da OCDE, principalmente, estavam presentes representantes de grandes instituições internacionais, e do governo da Turquia, país que sediaria o Fórum.

O produto final da reunião - um documento conclusivo de duas páginas⁸⁶ - aborda a questão do ponto de vista de firmar o Projeto Global “Measuring the Progress of Societies”. Inicia-se afirmando a existência de um cenário de crescente preocupação com a temática da qualidade de vida e, por outro lado, a afluência de informações localizadas sobre a questão do progresso conjugada a uma carência de discussão coletiva sobre o tema. Citando o evento de Palermo, o documento relata o motivo da reunião e anuncia o que seriam as linhas gerais do Projeto Global:

“O projeto para a medição do progresso das sociedades será construído em torno de Fóruns Mundiais bienais ou trienais, entremeado por outras atividades ocorridas no interior e também fora da OCDE. O projeto criará uma comunidade global (...), para que haja um aprendizado compartilhado no sentido de aperfeiçoar os modos de definir, medir e atingir o progresso social.”⁸⁷

Concluindo a consideração do documento, encontra-se entre as três metas para alcançar a missão do Projeto a busca pela “melhora da efetividade dos indicadores e seu uso para a formulação de políticas”. E, no texto explicativo dessa meta, há o seguinte trecho: “um importante elemento do projeto será *debater os meios para melhorar as políticas* por meio do uso apropriado de indicadores”.

⁸⁶ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/36763743.pdf>

⁸⁷ *Idem.*

O documento conclui afirmando que os eventos serão verdadeiras “experiências de conhecimento” (*knowledge experiences*), lançando ferramentas inovadoras e utilizando meios eletrônicos.

Portanto, nota-se como o Projeto foi se delineando desde seu nascimento em torno justamente dos Fóruns Mundiais da OCDE, com o objetivo declarado de construir uma comunidade global, visando abertamente “aperfeiçoar os modos de definir, medir e atingir o progresso social”.⁸⁸

Como comentado no capítulo anterior, segundo Hass, o estudo da política internacional contemporânea estaria preocupado com a trajetória de formação das preferências, buscando investigar como certas concepções sobre a natureza dos problemas e as maneiras coletivas de abordá-los se formaram (HASS, 2012:12). Nesse sentido, identifico nessa reunião de Bellagio um momento decisivo do surgimento de “movimentações” importantes no sentido de trazer *novas preferências* que ganhariam relevância no cenário político contemporâneo. No caso, novas preferências relativas ao tema do progresso das sociedades.

O segundo *workshop*⁸⁹ ocorreu em abril de 2007 – ou seja, dois meses antes do 2º Fórum Mundial –, na Universidade de Roma “Tor Vergata”. Em concreto, esse evento foi expressamente relacionado à temática do bem-estar subjetivo. Intitulado “Is happiness measurable and what do those measures mean for policy?”, o encontro abordou especificamente o que chamava de “avanços recentes nos estudos sobre felicidade e satisfação com a vida”, discutindo prováveis oportunidades para novos paradigmas na formulação de políticas, que “mais do que a renda nacional, considerariam a felicidade das pessoas como o grande objetivo a ser buscado pelos formuladores de políticas”.⁹⁰

⁸⁸ *Ibidem.*

⁸⁹

<http://www.oecd.org/site/worldforum06/ishappinessmeasurableandwhatdothosemeasuresmeanforpolicy.htm>

⁹⁰ *Idem.*

Organizada pela OCDE, pelo Banco da Itália, pelo *Centre for Economic and International Studies* (CEIS) da Universidade de Roma,⁹¹ e pelo *Joint Research Centre* (JRC) da Comissão Europeia,⁹² o comitê científico foi composto por italianos dessas instituições que atuam na área - e, novamente, entre eles, figurava Enrico Giovannini.

Além de tratar de temas mais metodológicos, o último tópico abordado foi a relação entre “medidas de felicidade e políticas”.⁹³ Divididos em duas sessões sob o título “*Happiness and Public Policy*”, e contando com a participação de, por exemplo, a estatística francesa Martine Durand – que, algum tempo depois, viria substituir Giovaninni na chefia da Diretoria de estatística da OCDE -, as apresentações tinham títulos como os seguintes: “*Measures of Happiness for Public Policy*”, “*Cost-happiness Analysis: A New and Improved Form of Economic Appraisal?*”, “*Should National Happiness be Maximized?*” e “*Happiness as Eudaimonia: The Relational Determinant of Well-being*”.⁹⁴

Ou seja, se em Palermo o tema havia sido tratado bastante timidamente, esses eventos demonstram que algumas mudanças estavam ocorrendo: Jon Hall, ex-líder da instituição nacional de estatísticas da Austrália – que havia publicado o texto mais enfático sobre bem-estar subjetivo no primeiro Fórum -, havia se tornado o chefe da organização do 2º Fórum; além disso, num *workshop* específico sobre a relação entre as chamadas “*happiness measures*” e as políticas públicas, na organização do evento, estava justamente Enrico Giovannini, figura máxima da estatística da OCDE. Ou seja, a temática começava a ganhar vulto, principalmente entre figuras-chave da Diretoria de Estatística da Organização.

⁹¹ Fundado em 1987, o Centro tem como missão realizar pesquisas econômicas inovadoras, que tenham potencial relevância política, privilegiando temas relativos a questões globais macroeconômicas, teorias de desenvolvimento, entre outros (<http://www.ceistorvergata.it/area.asp?a=337>).

⁹² Braço científico da Comissão Europeia, o *Joint Research Centre* auxilia a Comissão no sentido de oferecer um suporte técnico-científico para a formulação de políticas, a partir de uma perspectiva multidisciplinar. (<http://ec.europa.eu/dgs/jrc/index.cfm?id=1370>).

⁹³ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/37967832.pdf>

⁹⁴ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/ishappinessmeasurableandwhatdothosemeasuresmeanforpolicy.htm>

Mas, como dito, além dos *workshops*, também houve conferências regionais no período entre os dois Fóruns, que tiveram certo relevo no sentido de preparar as discussões e resoluções posteriores em Istambul.⁹⁵

As conferências foram várias. A seguir, apresento breves informações sobre cada uma delas:

- Colômbia, outubro de 2006⁹⁶: sobre a América Latina. Giovannini falou sobre o *OECD Fact Book de 2006*, publicação que procurou atender à demanda de trabalhos que reunissem um corpo significativo de estatísticas sobre vários países do mundo. Na publicação, foi inserido um capítulo sobre qualidade de vida. E, nas conclusões oficiais do evento, um dos trechos corrobora o discurso de afirmar a relevância de conhecimento para a política: “Nós reconhecemos que informações pertinentes e confiáveis são vitais para a implementação de políticas baseadas em conhecimentos consistentes da realidade, assim como para a avaliação de seus resultados.”⁹⁷ Um último dado digno de nota é que, nas resoluções apresentadas pelos participantes, sugeria-se que a OCDE convidasse todos os ocupantes dos altos cargos das instituições nacionais de estatísticas da América Latina para o segundo Fórum – o que evidencia que, aos poucos, buscava-se congregar estatísticos provenientes de cargos chave, em âmbito claramente internacional, construindo paulatinamente uma rede mundial de estatísticos empenhada num projeto comum.
- Ruanda, janeiro de 2007⁹⁸: sobre a África. Nas conclusões do evento, há uma discussão significativa sobre as fronteiras profissionais dos estatísticos: “eles deveriam simplesmente relatar os fatos, ou poderiam fazer análises? Qual seria o equilíbrio adequado de poder entre os formuladores de políticas e os

⁹⁵ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/regionalconferences.htm>

⁹⁶ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/regionalconferenceforlatinamericacolombia12-13october2006.htm>

⁹⁷ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/38657516.pdf>

⁹⁸ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/regionalconferenceforafricarwanda14january2007.htm>

estatísticos?”.⁹⁹ Outra passagem digna de menção advém de uma das sessões que abordou o tema do papel que o projeto da OCDE poderia ter “na formulação das novas diretrizes dos Objetivos do Milênio [da ONU] após 2015 [data em que se termina o prazo para os primeiros *Objetivos*, estabelecidos no ano 2000]. Os participantes apontaram que os estatísticos deveriam ser mais ativos no sentido de obterem voz mais decisiva na formulação de um novo sistema [a referência é aos novos *Objetivos do Milênio*] e buscar incisivamente oportunidades para influir o quanto antes nesse processo.”¹⁰⁰ Na visão dos participantes, a OCDE poderia ajudar nesse sentido. O documento é assinado por Giovannini, pelo gerente da Paris 21¹⁰¹ e pelo diretor geral da instituição nacional de estatística da África do Sul.

- Coréia, fevereiro de 2007¹⁰²: sobre a Ásia. Nas conclusões,¹⁰³ há também alusão ao potencial papel do projeto global da OCDE e dos estatísticos na definição dos *Objetivos do Milênio* da ONU após 2015. São significativos dois títulos de sessões: “*Measuring Progress: Bringing statistics, policy makers and society closer together*” e “*Turning Statistics into Knowledge and Knowledge into Policy*”. O documento é assinado por Giovannini e por um membro da instituição nacional de estatística da Coréia. No final, há uma menção ao desejo de que se realizasse o terceiro Fórum na Ásia - o que realmente viria a ocorrer em 2009, na própria Coréia.
- Iêmen, abril de 2007¹⁰⁴: especificamente, sobre o Oriente Médio e o Norte da África. Nas conclusões do evento,¹⁰⁵ que seguem a mesma linha de promover medidas de progresso para melhorar a formulação de políticas, estão as

⁹⁹ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/38312260.pdf>

¹⁰⁰ *Idem.*

¹⁰¹ Organização criada por algumas organizações internacionais (entre elas, OCDE, FMI, ONU e Banco Mundial) com o objetivo de impulsionar a produção de estatísticas em países em desenvolvimento. Interessante mencionar que Jon Hall ocupa atualmente um posto de destaque nessa instituição (<http://paris21.org/about>).

¹⁰² <http://www.oecd.org/site/worldforum06/regionalconferenceforasiakorea8-9february2007.htm>

¹⁰³ *Idem.*

¹⁰⁴ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/regionalconferenceformiddleeastandnorthafricayemen19april2007.htm>

¹⁰⁵ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/38731554.pdf>

assinaturas do líder do Fórum da OCDE, Jon Hall, e do estatístico chefe da Palestina.

Além dos workshops e das conferências regionais, gostaria de citar ainda duas apresentações que ocorreram nesse período de três anos entre os dois primeiros fóruns: uma é de Jon Hall e a outra é de Enrico Giovannini. Ambas são interessantes no sentido de evidenciar as “metas ambiciosas” nos discursos dos atores mais importantes na promoção dessas iniciativas.

Em novembro de 2006, numa assembleia da ONU ¹⁰⁶ sobre os *Objetivos do Milênio*, Jon Hall apresentou as intenções da OCDE de construir um projeto global para a medição do progresso. Hall dialogou com algumas figuras de destaque no cenário internacional, como Jeffrey Sachs ¹⁰⁷ (conselheiro especial de Kofi Annan – então Secretário-Geral da ONU - na elaboração dos *Objetivos do Milênio*) e George Soros, do *Open Society Foundation*. ¹⁰⁸

Entre as passagens mais marcantes da apresentação, Hall afirmava:

“Às vezes, por não serem produzidos pelas autoridades estatísticas nacionais, os dados de alguns relatórios oficiais são estimados pelas organizações internacionais. E isso é uma limitação. Uma limitação que deveria fazer com que a comunidade internacional e os governos nacionais investissem mais em recursos para aumentar a capacidade de produção de estatísticas por parte dos países em desenvolvimento (...) [O Global Project] parte da importância da evidência estatística. *Evidência como um fundamento para melhores decisões. Evidência como uma ferramenta para promover melhores sistemas políticos, em que os tomadores de decisão se*

¹⁰⁶ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/oecdrepresentsworldforumprojectattheunitednationsgeneralassembly.htm>

¹⁰⁷ Um dos economistas mais influentes do mundo, Jeffrey Sachs atua em temáticas relativas ao desenvolvimento. É conselheiro sênior da ONU, tendo trabalhado juntamente aos dois últimos Secretários-Gerais dessa instituição (Ban Ki-moon e Kofi Annan), na elaboração dos *Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento*. Autor de vários livros de ampla tiragem e articulista de vários jornais e revistas ao redor do mundo, Sachs foi mencionado duas vezes pela revista *Time* na lista dos 100 líderes mais importantes do mundo, e a revista *The Economist* colocou-o entre os três economistas vivos mais influentes da década passada (<http://www.earthinstitute.columbia.edu/articles/view/1770>).

¹⁰⁸ A Fundação se apresenta como uma iniciativa no sentido de colaborar para construir sociedades tolerantes e participativas, com governos responsáveis e abertos à participação da população, priorizando a atuação junto a pessoas que vivem em comunidades marginalizadas (<http://www.opensocietyfoundations.org/about>).

*detenham naquilo que realmente importa. (...) Que relação esse Projeto tem com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio? (...) Nos próximos anos, surgirão discussões sobre os novos objetivos que serão estabelecidos em 2015. Este projeto poderia auxiliar a assegurar que, independentemente do sistema que os líderes mundiais definirem para monitorar o progresso do planeta, esse sistema seria construído de modo profundamente cooperativo, e sobre os melhores fundamentos possíveis”.*¹⁰⁹

A apresentação de Enrico Giovannini, por sua vez, ocorreu em março de 2007, nos Estados Unidos, na qual divulgou o Fórum que ocorreria em junho daquele mesmo ano na Turquia. Entre outras informações, ele enunciou os objetivos do evento, que também manifestaram as audaciosas metas das iniciativas que vinham se concretizando:

- “ - Assegurar que os participantes compreendam a importância das medidas sociais e dos sistemas de indicadores;
- Assegurar que todos os participantes saiam da conferência entendendo os caminhos para acessar, avaliar, e dar andamento à algumas das medidas que são apropriadas para a sua respectiva sociedade.
- Criar uma ‘experiência’ que incentive futuras interações entre os participantes.
- Criar uma rede internacional de medição de progresso entre países e em nível internacional.
- Estabelecer uma autoridade para o trabalho futuro.”¹¹⁰

A partir dos desdobramentos ocorridos entre os dois Fóruns Mundiais da OCDE, é possível notar que a amplitude da influência dessa defesa do uso de estatísticas na política, assim como o “chamado” à construção de uma comunidade global de especialistas na área, foram se materializando na realização de vários eventos em diversas partes do mundo. Esses vários acontecimentos foram direta e/ou indiretamente uma preparação para o 2º Fórum, que, em comparação com o primeiro,

¹⁰⁹ “Jon Hall (OECD) during the United Nation General Assembly's Informal Thematic Debate on Development, 27 November 2006” (<http://www.oecd.org/site/worldforum06/37762320.pdf>).

¹¹⁰ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/newsroom-salledepresse.htm>

atingiu outro patamar de magnitude, tanto do ponto de vista da variedade de participantes, quanto das instituições envolvidas no evento.

Como é possível perceber, as pesquisas sobre bem-estar subjetivo, aos poucos, começavam a fazer parte desses acontecimentos. Se em Palermo sua presença foi praticamente nula, no intervalo entre os dois Fóruns o panorama começava a mudar: além da realização de um workshop exclusivo sobre o tema, nota-se que as duas principais personalidades chave das iniciativas da OCDE relativas a novos modos de mensurar e conceber o progresso das sociedades – Enrico Giovannini e Jon Hall – de algum modo também estavam envolvidos com a temática.

4.2. O 2º Fórum Mundial: as estatísticas “ganham o mundo”

Com o título “*Measuring and Fostering the Progress of Societies*”,¹¹¹ o segundo Fórum Mundial da OCDE sobre medições relativas ao tema do progresso se apresentou como uma realização decorrente das resoluções do último evento em Palermo.

Em Istambul, os números adquiriram novas dimensões: ao todo, foram mais de 1200 participantes de mais de 130 países.¹¹² Após as 10 sessões plenárias principais e as mais de 200 palestras paralelas, o evento ainda lançou um vídeo de divulgação¹¹³ de 12 minutos, cuja mensagem principal é a afirmação da importância do tema da medição do progresso das sociedades, com depoimentos de personalidades do alto escalão do PNUD/ONU,¹¹⁴ da OCDE e do Banco Mundial.

Enquanto em Palermo os grandes colaboradores e financiadores foram somente a OCDE e algumas organizações italianas, na Turquia, cresceu amplamente a diversidade de parceiros oficiais:¹¹⁵ além de outras organizações internacionais de relevo (como a Comissão Europeia, a ONU e o Banco Mundial), houve o apoio de

¹¹¹ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/>

¹¹² <http://www.oecd.org/site/worldforum06/39637799.pdf>

¹¹³ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/summaryvideooftheoecdglobalprojectonmeasuringtheprogressofsocieties.htm>

¹¹⁴ *United Nations Developed Program*, apresenta-se como o braço da ONU que atua no sentido de promover um desenvolvimento voltado à melhoria da qualidade de vida (http://www.undp.org/content/undp/en/home/operations/about_us.html).

¹¹⁵ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/sponsorsandpartnersofthe2ndoecdworldforum-istanbul2007.htm>

várias instituições estatísticas nacionais (por exemplo, da Coreia, da Itália, da Austrália e da África do Sul) e internacionais (o *International Statistical Institute*,¹¹⁶ a *Partnership in Statistics for Development in the 21st century* (PARIS 21),¹¹⁷ a *Statistical, Economic and Social Research and Training Centre for Islamic Countries*,¹¹⁸ a UNESCAP,¹¹⁹ entre outras) e, entre as corporações parceiras, encontra-se até a IBM.

Somado a esse crescimento no número de instituições participantes, foi assinado o que ficou conhecido como “*Declaração de Istambul*”: nela, os signatários se comprometeram a buscar a mensuração e a promoção do progresso das sociedades “em todas as dimensões, com a meta principal de aperfeiçoar a formulação de políticas, a democracia e o bem-estar dos cidadãos.”¹²⁰

Foram vários os assinantes do documento: além das organizações internacionais citadas acima como parceiros, também estão, por exemplo, a UNESCO¹²¹ e a UNICEF,¹²² além da assinatura pessoal de vários ocupantes de cargos de governos e ministérios de diversos países – entre eles, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Holanda, México, Marrocos, Grécia, Luxemburgo, Malásia, Palestina, Romênia, Honduras, Filipinas e a Turquia, sede do evento.¹²³

Comentando o processo de complexificação e de relações globais no mundo contemporâneo, a *Declaração de Istambul* aponta que atualmente há várias iniciativas relativas à medição do progresso que, apesar de bastante díspares, revelam a existência de um crescente

¹¹⁶ Rede internacional de institutos estatísticos nacionais, que tem como foco o trabalho em países em desenvolvimento, tendo influência na ONU (<http://www.isi-web.org/about-isi>).

¹¹⁷ Cf. Nota 103 deste capítulo.

¹¹⁸ Órgão da *Organization of Islamic Cooperation* (segunda maior organização entre governos do mundo no que se refere ao número de países membros (57); apresenta-se como a “voz do mundo muçumano” e defensora de seus interesses, buscando a paz e a harmonia entre os povos), realiza trabalhos nas áreas de estatísticas, pesquisa, e treinamento técnico, afim de auxiliar o desenvolvimento de seus países membros. (http://www.oic-oci.org/page_detail.asp?p_id=64#SESRTCIC).

¹¹⁹ *United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific* (ESCAP), é a seção da ONU responsável pela região da Ásia e Pacífico (<http://www.unescap.org/about>).

¹²⁰ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/>

¹²¹ *United Nations Organization for Education, Science and Culture*, sediada em Paris, atua principalmente nas áreas de erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, intercâmbios interculturais e construção da paz (<http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/>).

¹²² *United Nations Children’s Fund*, trabalha em prol da melhoria das condições de vida das crianças ao redor do mundo (http://www.unicef.org/about/who/index_introduction.html).

¹²³ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/peopleandorganisationswhosignedtheistanbuldeclaration.htm>

“consenso sobre a demanda de assumirmos a missão de promover o progresso social em todos os países, indo além das medidas econômicas convencionais como o PIB *per capita*. Aliás, o sistema de indicadores das Nações Unidas a fim de medir o progresso de acordo com os *Millennium Development Goals* (MDGs) é um passo nessa direção.”¹²⁴

Utilizando-se de expressões como “era da informação” e “cultura de decisões pautada em evidências”, o documento defende o investimento no aperfeiçoamento das medições a fim de contribuir para uma maior e melhor participação dos cidadãos no processo político de suas respectivas sociedades. E, no seguinte trecho, observamos uma passagem significativa do ponto de vista da busca por influência política:

“Estatísticas oficiais são um ‘bem público’ crucial para a promoção do progresso das sociedades. O desenvolvimento de indicadores sobre esse tema oferece uma oportunidade para reforçar o papel das autoridades estatísticas nacionais como fornecedoras centrais de dados relevantes, confiáveis, de longo prazo e passíveis de serem comparados. (...) [Por isso,] incentivamos os governos a investir no desenvolvimento de informações e indicadores confiáveis”.¹²⁵

Além da assinatura da *Declaração* citada, o Fórum também promoveu pela primeira vez a exibição e a premiação sobre ferramentas inovadoras que buscavam transformar estatísticas em conhecimento - algo que permanecerá nos eventos posteriores, no sentido de incentivar novos modos de difundir conhecimento pautado em informações estatísticas.¹²⁶

Falando especificamente sobre a temática do bem-estar subjetivo, entre os cinco grandes temas da conferência, o quarto intitulava-se “*Making Progress in a Complex World. How can we better understand the links between things we do, the ways in which we organize ourselves, and our progress?*”. Uma das cinco mesas presentes nesse tema geral foi a seguinte: “*Measuring Happiness and Making Policy*”,

¹²⁴ <http://www.oecd.org/site/worldforum/49130123.pdf>

¹²⁵ *Idem.*

¹²⁶ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/sponsorsandpartnersofthe2ndoecdworldforum-istanbul2007.htm>

¹²⁷ sendo que, entre os seis participantes da mesa, figuraram o sociólogo holandês Ruut Veenhoven - já citado no capítulo 2 deste trabalho -, Paul Dolan, economista britânico que viria a fazer parte da instituição nacional de estatística da Inglaterra, e ainda oficiais das respectivas instituições nacionais de estatística da Coreia, da Alemanha e do Japão.

É importante comentar ainda que, se no primeiro Fórum o bem-estar subjetivo foi referido timidamente no interior de um único texto do relatório oficial, no relatório desse segundo Fórum, diferentemente de breves menções isoladas, a parte 5 da publicação intitula-se justamente “*Subjective Measures of Well-being*”, com textos de dois holandeses: um do economista André van Hoorn (“*A Short Introduction to Subjective Well-being: Its Measurement, Correlates and Policy Uses*”), que faz uma síntese do desenvolvimento do tema e apresenta os acontecimentos mais recentes, assim como aponta possíveis potencialidades políticas para tal abordagem; e o outro do próprio sociólogo Ruut Veenhoven (“*Measures of Gross National Happiness*”), que apresenta um artigo mais propositivo, apresentando sua concepção de felicidade e a medição que julga ser proveitosa para o uso em políticas de grande escala, por exemplo, em âmbito nacional. (OECD, 2007).¹²⁸

É possível perceber que, em termos de pesquisas sobre bem-estar subjetivo, estamos aqui em outro patamar em relação à Palermo: além de o evento em Istambul contar com uma mesa específica sobre o assunto, foi inserido no relatório oficial um capítulo exclusivamente dedicado ao tema.

Detendo-nos agora no material de divulgação do evento, intitulado, como em Palermo, “*Highlights*” ou “*Brochure*”¹²⁹, encontramos discursos interessantes: novamente, tendo sido feito para divulgar o Fórum, presta-se como conteúdo relevante daquilo que se procurou destacar por parte dos organizadores.

¹²⁷ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/39173467.pdf>

¹²⁸ Na verdade, este texto de Veenhoven foi a base para a sua apresentação na mesa temática do próprio evento.

¹²⁹ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/39637799.pdf>

O material é dividido por perguntas bastante abrangentes, citando respostas de alguns dos principais participantes do Fórum. A seguir, listo os trechos que pareceram ser os mais significativos para a dissertação.

Por exemplo, na pergunta “O que é o progresso?” figura uma resposta do economista Richard Layard, um dos grandes entusiastas das discussões sobre bem-estar subjetivo no mundo, diretor do *Well-Being Programme*¹³⁰ da *London School of Economics* (Inglaterra). Os “flashes” da fala de Layard a seguir são, no mínimo, “enfáticos”:

“(...) a grande mudança [nos modos recentes de conceber a formulação de políticas] veio com a psicologia e a neurologia. Na psicologia, é possível perguntar como as pessoas se sentem, e na neurologia é possível medir o que ocorre no cérebro. O notável progresso nessas áreas nos últimos quinze ou vinte anos mostrou a alta correlação entre aquilo que as pessoas dizem sobre seus sentimentos e as suas respectivas atividades cerebrais. Penso que isso é realmente importante, pois estabelece a existência objetiva da experiência relativa à felicidade, e também atesta que podemos aprender muito perguntando às pessoas como elas se sentem.¹³¹ Por isso, *essa é a principal coisa que devemos fazer se estamos interessados em medir o progresso.* (...) [Portanto,] enquanto estivermos levando em conta todos os outros indicadores, *deveríamos considerá-los em termos da sua relevância e impacto em relação a como as pessoas se sentem.* (...) em 25 anos, a maior parte da análise de custo-benefício do Tesouro Britânico, em vez de ser feita em unidades monetárias, *será feita em unidades de felicidade.*”¹³²

É significativo que no principal material de divulgação do evento tenha sido selecionado um trecho como esse – afinal, isso evidencia como discursos abertamente defensores da entrada do tema do bem-estar subjetivo na política vão ganhando espaço.

No que se refere aos pronunciamentos conclusivos do Fórum, houve o discurso de Enrico Giovannini, que abordou o futuro das iniciativas decorrentes do evento.¹³³ Aqui, é interessante prestar atenção mais pormenorizada, pois, o discurso de

¹³⁰ Fundado em 2003 por Layard, o programa atua em três principais campos (Felicidade e políticas públicas; Saúde Mental; Habilidades e Desemprego), tendo influência direta em atuações do governo britânico (<http://cep.lse.ac.uk/new/research/wellbeing/default.asp>).

¹³¹ “(...) perguntar como as pessoas se sentem”: referências às pesquisas sobre bem-estar subjetivo.

¹³² <http://www.oecd.org/site/worldforum06/39637799.pdf>

¹³³ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/39637799.pdf>

encerramento do estatístico-chefe da instituição organizadora do Fórum traz evidências privilegiadas - afinal, é possível considerá-la como uma espécie de “porta-voz” do tom geral do evento.

Ao comentar a fala de um ministro, Giovannini disse que havia ficado “um tanto orgulhoso”, pois o ministro havia falado que os

“(...) ‘estatísticos juntamente com os economistas, com a criação do PIB, influenciaram nossas vidas nos últimos 50 anos. ’ [E Giovannini continuou:] Naturalmente ele estava criticando a ênfase no PIB, mas sua mensagem é de que *nós podemos fazer a diferença*. (...) Se nós pudermos integrar essas iniciativas, com um senso cooperativo, como uma plataforma de colaboração onde as pessoas possam inserir e explorar dados, comparar soluções, discutir resultados, construir consensos, nós poderemos gerar (...) uma quantidade incrível de intercâmbios, interesses, envolvimento, engajamento. Seremos capazes de incentivar pessoas com iniciativas, comunidades locais, a mídia, e isso aumentará – incrivelmente – o número daqueles que podem compreender o que está acontecendo no mundo. Haverá consequências fantásticas: o engajamento das pessoas, especialmente, das novas gerações; faremos avançar o conhecimento, desenvolveremos mais estatísticas, melhoraremos a transparência e a responsabilidade das políticas públicas, mudaremos a cultura, aumentaremos o nível de instrução, e, finalmente, melhoraremos a democracia e o bem-estar. Como realizar tudo isso? Primeiro, estreitando a rede já existente. Nós criamos uma incrível rede aqui e já estamos planejando eventos que continuem as discussões em várias partes do mundo ao longo dos próximos meses. Estamos preparando o Terceiro Fórum que ocorrerá em 2009. E precisamos construir uma parceria global nesse projeto, a fim de envolver parceiros internacionais, regionais, nacionais e locais. Nós temos de decidir como será o governo [desse projeto]. É claro que nós temos algumas ideias para fazer com que esse projeto seja aberto para todos aqueles que gostariam de contribuir: com ideias, recursos, apoio. São necessários financiamentos estáveis para esse Projeto Global, e nós precisamos da ajuda de vocês para tornar isso algo global e compartilhado. E também necessitamos de uma infraestrutura global para fazer o que prometemos, o que discutimos. Muito obrigado pela ajuda de vocês em fazer desse Fórum Mundial um sucesso e pelo apoio que serão capazes de providenciar para esse projeto ambicioso, mas factível; desafiador, mas necessário.”¹³⁴

¹³⁴ *Idem.*

Ao falar em “Projeto”, Giovannini referia-se ao “*Global Project on Measuring the Progress of Societies*”, que, apesar de ter sido estabelecido oficialmente apenas em 2008,¹³⁵ foi a partir da assinatura da *Declaração de Istambul* nesse segundo Fórum que se criaram as condições necessárias para a sua posterior efetivação.

O Global Project¹³⁶ - que viria a ser aprovado pelo Conselho (*Council*)¹³⁷ da OCDE em 17 de julho de 2008¹³⁸ - tem como ideia norteadora ser uma “rede de redes”¹³⁹, que se constitua num canal de intercâmbio entre organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, universidades, centro de pesquisas, entre outros, que abordam de diversas maneiras a temática relativa ao progresso das sociedades, buscando incentivar o “uso de indicadores para informar e promover decisões baseadas em evidências”.¹⁴⁰ Tendo um escritório central (*Global Office*) na própria OCDE, o Global Project aos poucos foi se consolidando como um “grande catalisador” das várias iniciativas dedicadas ao tema do progresso ao redor do mundo – justamente uma das metas surgidas nos fóruns.¹⁴¹

Citando agora o pronunciamento de encerramento do evento¹⁴² realizado pelo próprio Secretário-Geral da OCDE, observam-se algumas semelhanças no tom “ambicioso” para anunciar os objetivos formulados pelo Fórum.

Após falar sobre a importância de a OCDE tornar-se a grande referência para conjugar a interação de todos os engajados na medição do progresso; assim como para apoiar as iniciativas em países em desenvolvimento; e, finalmente, para promover a criação de uma plataforma comum acessível a todo cidadão ao redor do mundo, Angel

¹³⁵ http://www.wikiprogress.org/index.php/The_Global_Project_on_Measuring_the_Progress_of_Societies

¹³⁶ Quando falar em *Global Project*, estou me referindo ao *Global Project on Measuring the Progress of Societies*.

¹³⁷ Para mais detalhes, cf. Capítulo 3.

¹³⁸ Cf. o documento “Governance and Structure of the Global Project on Measuring the Progress of Societies” disponível em: <http://www.oecd.org/site/progresskorea/42740454.pdf>

¹³⁹ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/42740454.pdf>

¹⁴⁰ http://www.wikiprogress.org/index.php/The_Global_Project_on_Measuring_the_Progress_of_Societies

¹⁴¹ Cf. o documento “Governance and Structure of the Global Project on Measuring the Progress of Societies” disponível em: <http://www.oecd.org/site/progresskorea/42740454.pdf>

¹⁴² “*Measuring Progress: Does it make a Difference for Policy-Making and Democracy*” (<http://www.oecd.org/std/measuringprogressdoesitmakeadifferenceforpolicy-makinganddemocracy-closingremarksbyangelgurria.htm>).

Gurría citou seis ideias que ele gostaria de ver concretizadas no que ia se consolidando como um projeto global:

- “1. Encorajar cada país ou região a desenvolver seu próprio conjunto de medidas de progresso, considerando as experiências de outras partes do mundo. Ao mesmo tempo, devemos maximizar a comparabilidade dos indicadores dessas sociedades, por meio de padrões estatísticos consensuais.
2. Desenvolver melhores modos para apresentar os indicadores ao público (...), a fim de criar ferramentas que incentivem a participação das pessoas.
3. Promover pesquisas em algumas áreas novas e complexas que claramente são importantes para o progresso - como coesão social, *bem-estar subjetivo*, boa governança, entre outros.
4. Produzir um manual sobre a medição do progresso que reunirá as melhores experiências e oferecerá um kit de ferramentas para os interessados em fazer parte do projeto.
5. Construir um site (...) que permitirá que as pessoas empreendam e compartilhem suas próprias análises sobre o progresso. Como um “Wikipedia” ou um “YouTube” dedicado à temática do progresso.
6. Incentivar a criação de grupos regionais para que aqueles que trabalham nesse projeto possam discutir com outras regiões – estejam eles na América Latina, na África, na Ásia, ou entre os países membros da OCDE. Essas trocas não serão apenas enriquecedoras para o conhecimento das respectivas regiões, mas também se difundirão – por meio de um projeto global – em benefício de todo o mundo.” ¹⁴³

Da lista das conclusões do evento, cito ainda um único ponto que não foi mencionado explicitamente no discurso de Gurría:

“Empreenderemos pesquisas colaborativas a fim de desenvolver uma melhor compreensão dos caminhos nos quais os indicadores guiam as tomadas de decisão – tanto no público em geral, como no setor de formulação de políticas.” ¹⁴⁴

Enfim, considerando todos os documentos consultados, é possível notar que os acontecimentos do segundo Fórum Mundial da OCDE indicam a existência do seguinte:

¹⁴³ *Idem.*

¹⁴⁴ <http://www.oecd.org/site/worldforum06/thewayforward.htm>

1. Uma demanda pela produção de conhecimentos estatísticos apurados, tendo em vista melhores políticas, ganhou dimensões globais, gerando a assinatura de uma declaração explícita (*Declaração de Istambul*) por parte de instituições internacionais de relevo e de membros importantes de vários países;

2. No interior desse contexto de valorização de pesquisas que possam influenciar políticas, o tema do bem-estar subjetivo ganhava proeminência, sendo mencionado com maior destaque, e por atores de prestígio.

Entre junho de 2007 e novembro de 2009, período de intervalo entre o segundo e o terceiro Fóruns, ocorreram dois eventos importantes, citados na *Introdução* deste trabalho. Porém, a essa altura do texto, é interessante acrescentar ainda algumas informações.

No *Beyond GDP* - que, como dito, foi uma conferência organizada no final de 2007 por algumas instituições europeias (entre elas, a OCDE) a fim de discutir a questão dos indicadores relativos ao progresso, buscando avanços na formulação de políticas e no debate público sobre o tema ¹⁴⁵ -, observei que Enrico Giovannini, estatístico-chefe da OCDE, entre as seis pessoas que compuseram o comitê organizador do evento. ¹⁴⁶ Além disso, é interessante notar que também participaram da conferência Pier Carlo Padoan, um dos secretários adjuntos (“*Deputy Secretary General*”) da Secretaria-Geral da OCDE, ¹⁴⁷ que falou da importância de medir o “bem-estar e não apenas a produção”, mencionando, entre outros itens, as medidas relativas ao bem-estar subjetivo; e o economista Bruno Frey – professor da Universidade de Zurich que trabalha com a relação entre economia e felicidade. Ele argumentou que “satisfação

¹⁴⁵ <http://www.beyond-gdp.eu/background.html>

¹⁴⁶ <http://www.beyond-gdp.eu/partners.html>

¹⁴⁷ Para mais detalhes sobre a organização da OCDE, cf. o capítulo 2 desta dissertação.

com a vida’ e ‘felicidade’ são fatores razoáveis e até necessários como metas para políticas de governo”.¹⁴⁸

Já a *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* de 2009 - que, devido aos seus principais participantes, ficou conhecida como *Stiglitz-Sen-Fitoussi Commission* - contava entre os seus membros com o mesmo nome: Enrico Giovannini. Além disso, entre os oito relatores, figuravam também duas outras pessoas da OCDE.¹⁴⁹ Por fim, interessante lembrar que a concepção de progresso da *Better Life Initiative* da OCDE (que adota como temas privilegiados as condições materiais, a qualidade de vida e a sustentabilidade) segue as recomendações dessa Comissão de 2009 - e, segundo o material de divulgação da própria *Better Life*, a OCDE teria contribuído significativamente para o trabalho realizado pela *Stiglitz-Sen-Fitoussi Commission*.¹⁵⁰

Enfim, os acontecimentos em que a temática do bem-estar subjetivo era abordada ganhavam proeminência. E, com o tempo, surgiram novas iniciativas correlatas, que emergiriam em novos desdobramentos no 3º Fórum Mundial da OCDE, que ocorreu na Coreia.

4.3. O 3º Fórum Mundial: para além dos indicadores

Sob o título “*Charting Progress, Building Visions, Improving Life*”¹⁵¹, o 3º Fórum Mundial ocorreu em outubro de 2009, organizado pela OCDE e pelo instituto nacional de estatísticas da Coreia. O Fórum aumentou ainda mais o número de participantes – mais de 2000 – porém, diminuiu o número de países – pouco mais de 100.

¹⁴⁸ <http://www.beyond-gdp.eu/download/bgdp-summary-notes.pdf>

¹⁴⁹ <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/membres.htm>

¹⁵⁰ (<http://www.oecd.org/std/Measuring%20Well-Being%20and%20Progress%20Brochure.pdf>).

Principalmente em seu capítulo sobre “qualidade de vida”, o relatório da Comissão está repleto de menções ao tema do bem-estar subjetivo. Apenas para termos uma noção numérica: nas 290 páginas do relatório, o termo “*subjective-wellbeing*” aparece 85 vezes. Em linhas gerais, o texto defende a importância de uma visão multidimensional, que considere na medição do progresso, entre outros fatores, o bem-estar subjetivo. (http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf).

¹⁵¹ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/>

No discurso de abertura, o Secretário-Geral da OCDE, Ángel Gurría, situava o Fórum no contexto de outros acontecimentos comentados por nós nas páginas anteriores, a fim de enfatizar a crescente atenção em relação ao tema da medição do progresso:

“Atualmente, damos muita ênfase na medição do PIB, e não damos a atenção devida à captação do bem-estar. (...) nós precisamos de indicadores que mensurem o que nós valorizamos enquanto sociedade. *O momento político para uma mudança está em curso.* Uma comissão internacional convocada pelo presidente francês Nicolas Sarkozy publicou uma série de recomendações para o trabalho futuro sobre a medição do progresso social. Além disso, numa Reunião em Pittsburgh, em setembro deste ano, os líderes do G-20 demandaram um avanço nos métodos de medição para ‘melhor considerarmos as dimensões sociais e ambientais do desenvolvimento econômico.’”¹⁵²

Entre os assuntos centrais abordados ao longo do evento,¹⁵³ figurava o tema amplo “New Measures, New Policies”, em que encontramos a mesa “*National Initiatives to Measure Well-Being, Societal Progress and Sustainable Development in OECD Countries*”, em que aparecem menções explícitas de inserção de pesquisas sobre bem-estar subjetivo em iniciativas concretas empreendidas pelos governos do México,¹⁵⁴ da Austrália¹⁵⁵ e do Reino Unido.¹⁵⁶

Porém, dados os objetivos deste trabalho, as duas apresentações mais relevantes foram as dos próprios membros da OCDE, pois, novamente, oferecem uma visão ampla e diretamente relacionada ao assunto que estou investigando: a de Jon Hall – que também estava no grande tema “*New Measures, New Policies*”, na mesa “*Measuring Societal Progress: From Philosophy to Practice*” –, e a de Enrico

¹⁵² <http://www.oecd.org/social/chartingprogressbuildingvisionsimprovinglifeopeningremarksbyoecdsecretary-general.htm> As palavras citadas por Gurría sobre o encontro do G-20 em 2009 estão no final do item 5 da declaração conclusiva da reunião: “As we commit to implement a new, sustainable growth model, we should encourage work on measurement methods so as to better take into account the social and environmental dimensions of economic development” (<http://www.g20.org/images/stories/docs/eng/pittsburgh.pdf>). O G-20 é um grupo formado para discutir questões ligadas à cooperação econômica mundial, sendo formado pelas 20 maiores economias do mundo – além dos participantes do G-8 (Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Japão, Inglaterra, Canadá e Rússia), figuram o Brasil, a China, entre outros.

¹⁵³ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/agendamenue3rdoecdworldforum2009.htm>

¹⁵⁴ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/44109671.pdf>

¹⁵⁵ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/44110071.pdf>

¹⁵⁶ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/43719763.pdf>

Giovannini – que se inseriu no último tema “*Taking this Forward - The Next Steps*” na mesa sobre o “Wikiprogress”.

Hall expõe o que chama de “Filosofia” do Projeto: enquanto a questão “Como Jon Hall fez uma apresentação intitulada “*A Toolkit for Practicioners*”¹⁵⁷ que, em linhas gerais, é uma exposição de um trabalho seu - “*Developing societal progress indicador: a practical guide*”¹⁵⁸ - que enxergo como um ensaio de uma publicação inédita da OCDE que pretende ser referência para a produção de indicadores no mundo todo, possibilitando a utilização de concepções comuns e passíveis de comparação.

Medir?” pode ser vista como algo mais *técnico*, a pergunta “O que medir?” é, segundo ele, eminentemente política. Portanto, seria possível orientar governantes para atingir metas que “reflitam os valores compartilhados de uma dada sociedade. Porém, na visão do Global Project, a escolha sobre esses valores pertence à própria sociedade.”¹⁵⁹ Comentando a publicação - que, na verdade, ainda está por vir - ele adiantava que seria uma espécie de “guia prático”, oferecendo um conjunto de indicações “para aqueles que desejam desenvolver medidas de progresso”.¹⁶⁰

Numa figura,¹⁶¹ Hall apresenta o paradigma de progresso do Global Project:

¹⁵⁷ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/44117539.pdf>

¹⁵⁸ [http://search.oecd.org/officialdocuments/displaydocumentpdf/?cote=std/doc\(2010\)6&doclanguage=en](http://search.oecd.org/officialdocuments/displaydocumentpdf/?cote=std/doc(2010)6&doclanguage=en)

¹⁵⁹ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/44117539.pdf>

¹⁶⁰ *Idem.*

¹⁶¹ *Ibidem.*

Entre as explicações que ofereceu para cada um dos itens da figura, ao comentar o que chama de “Human System”, ele citou os fatores importantes que deveriam ser medidos: além de saúde, educação e outros, mencionou o *bem-estar subjetivo*.

Mais adiante, iniciou uma linha de argumentação que deixou de ser descritiva e passou a fazer algumas “demandas”. Pois, segundo Hall, enquanto é notável a existência de um movimento “visando a construção de uma democracia mais pautada em dados, há poucos dados sobre como e sob quais circunstâncias determinados conjuntos de indicadores têm mais impacto”. Por isso, disse que era necessário algo que oferecesse “lições sobre indicadores bem sucedidos”.¹⁶²

Porém, ele levantou o problema que isso traz: afinal, é muito relativo o critério para determinar o sucesso de indicadores, pois entram em jogo vários elementos importantes: objetivos políticos específicos, transparência, clareza, custos, conceitos utilizados, precisão, etc. Nesse sentido, partindo de alguns casos, ele listou algumas lições e concluiu anunciando que, em breve, seria publicada um trabalho intitulado “*Quality Framework for Sets of Indicators*”,¹⁶³ que seria um material que auxiliaria na avaliação de indicadores em âmbito global, a partir de uma referência comum.¹⁶⁴

Já na apresentação de Enrico Giovannini,¹⁶⁵ encontra-se um balanço geral do evento e da situação da temática da medição do progresso no mundo. Há comentários sobre os acontecimentos ocorridos após o último Fórum em Istambul (*Beyond GDP, Sen Comission, G20...*), chamando atenção para o fato de o tema estar sendo cada vez mais tratado pela mídia e por políticos, pelas várias iniciativas nacionais que vêm surgindo, assim como apontando metas futuras (procura por influenciar o paradigma de progresso no G20; desenvolver ainda mais as redes existentes; repensar o nome e o logo do projeto; fortalecer a gestão do projeto [com um conselho e estrutura estáveis, metas de longo prazo, estratégia de arrecadação de fundos]).

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ *Idem*.

¹⁶⁴ Tal material continua inédito.

¹⁶⁵ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/44192104.pdf>

Abordando agora outros acontecimentos do evento, além de uma exposição¹⁶⁶ enfocando novas tecnologias e iniciativas ligadas à difusão de estatísticas, nesse terceiro Fórum Mundial, os principais “produtos” apresentados foram o *OECD Road Map* e o *WikiProgress*. Em primeiro lugar, examinemos então o *OECD Road Map*.¹⁶⁷

Esse documento é basicamente a descrição sintetizada da trajetória que estamos tentando captar. Iniciando o texto, é apresentada a temática do uso indevido das estatísticas – exemplificado na utilização do PIB como indicador de *bem-estar* de uma sociedade, e não da *produção* de uma sociedade –, é anunciado o trabalho que a OCDE tem realizado, partindo da organização dos Fóruns – e culminando na *Declaração de Istambul*.

Para buscar a concretização das metas da *Declaração*, a OCDE lançou então o *Global Project*, o que proporcionou um meio para a formação de redes, a busca por vias de influência e a criação de novas ferramentas de medições relativas ao tema do progresso.

O documento prossegue afirmando que, a partir dos desdobramentos dessas iniciativas, começou a surgir uma “grande demanda política por uma nova geração de estatísticas sobre as várias dimensões do bem-estar”,¹⁶⁸ que se manifestou em eventos subsequentes – *Beyond GDP*, *Sen Comission*, e o próprio *G20*.

O interessante é que, ao mencionar o que é necessário para realizar essa mudança, e para realmente buscar captar o bem-estar, são citados em primeiro – primeiro! – lugar “as expectativas e os níveis de satisfação dos indivíduos”.¹⁶⁹

O *OECD Roadmap* prossegue, afirmando que todos esses acontecimentos lançaram uma agenda inovadora para a política contemporânea, tendo sido explicitada na concepção de progresso defendida pela *Sen Comission*. Entre as três áreas (recursos econômicos, qualidade de vida, sustentabilidade) da referida concepção de progresso,

¹⁶⁶ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/exhibitionmenu-3rdoecdworldforumkorea2009.htm>

¹⁶⁷ <http://www.oecd.org/site/progresskorea/44005046.pdf>

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Ibidem*. No contexto de todos esses documentos consultados, quando se fala em “satisfação dos indivíduos”, está se falando de pesquisas sobre bem-estar subjetivo.

na segunda área - a qualidade de vida - há um texto comentado que “medidas de bem-estar subjetivo são abordadas em vários relatórios da OCDE: trabalhos estão em andamento para acessar a sua implicação para as políticas sociais e para desenvolver diretrizes sobre como medir da melhor forma suas várias dimensões.”¹⁷⁰

O documento conclui ressaltando que a OCDE continuará apoiando o *Global Project* como uma “rede de redes e como um movimento que atue em defesa da importância do progresso e do bem-estar”,¹⁷¹ e finaliza anunciando três pontos¹⁷² com que ela se compromete a trabalhar, a partir do relatório da *Sen Commision*. A saber:

- Estabelecer prioridades para a agenda de estatísticas: incentivando essas discussões nos Comitês da Organização, visando a execução das recomendações do relatório;
- Desenvolver medidas, metodologias e novas ferramentas sob a perspectiva do bem-estar, lançando publicações nesse sentido;
- Melhorar a formulação de políticas no sentido de visar o bem-estar. Um dos meios propostos é criar uma série de monografias com título, estrutura e abordagem comuns sobre os vários temas relacionados ao progresso e ao bem-estar.

O outro principal lançamento desse Fórum foi o *WikiProgress*. Como dito mais acima, é uma plataforma global na internet, aberta para contribuições diversas, com a missão de “conectar organizações e pessoas ao redor do mundo que se interessem por desenvolver medidas inovadoras de progresso”¹⁷³ O projeto reconhece que tal iniciativa não tem a ver apenas com a questão dos indicadores, mas também

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² *Ibidem*.

¹⁷³ http://www.wikiprogress.org/index.php/Main_Page

com buscar *desenvolver uma comunidade colaborativa que trabalhe conjuntamente para determinar o que significa e como medir o bem-estar das sociedades*".¹⁷⁴

O WikiProgress faz questão de sublinhar que não é "um lugar para lobby, marketing, ou para vender e impor ideias; nem é restrito a conteúdos advindos de acadêmicos, governos, ou agências oficiais".¹⁷⁵ Nele, encontram-se artigos, *links*, projetos, bancos de dados, repercussões na mídia, calendário de eventos, geralmente, indicando a proveniência, isto é, localizando o país de origem, onde algo está acontecendo, quem publicou, etc.

É possível a qualquer pessoa publicar artigos, divulgar uma iniciativa, um evento, desde que seja sobre o tema do progresso. Mesmo assim, o projeto tem o que chama de "correspondentes", que seriam como referências ao redor do mundo que fazem parte do Global Project, a fim de divulgar e auxiliar iniciativas nas suas respectivas áreas de atuação.

Num balanço feito em 2011, o *Wikiprogress* sinalizava avanços significativos. Enquanto em 2010 eram por volta de 4800 visitantes diferentes por mês, em 2011, foram mais de 10.000.¹⁷⁶

Para finalizar a consideração desse terceiro Fórum, retomo o discurso de conclusão do evento,¹⁷⁷ proferido pelo estatístico australiano da Universidade de Melbourne (Austrália), Mike Salvaris.¹⁷⁸ O discurso explicita o grau de abrangência dos objetivos do Projeto: não se fala apenas em mudanças no modo de medir algo (no caso, "o progresso"), mas sim na alteração do "*paradigma global*", da "*cultura, o modo de pensar sobre o progresso*":

"Eu acredito que o '*Measuring the Progress of Societies*' é o projeto mais importante da OCDE. Mais ainda, na atualidade, *é talvez o projeto mais importante no mundo no que se refere a uma transformação política*. Por

¹⁷⁴ *Idem.*

¹⁷⁵ *Ibidem.*

¹⁷⁶ *Ibidem.*

¹⁷⁷ "Busan OECD 3rd World Forum Commitments and Conclusion Session. 30-10-09." (<http://www.oecd.org/site/progresskorea/44063988.pdf>) .

¹⁷⁸ <http://www.nss.gov.au/nss/home.nsf/NSS/D64BCB697E53BE88CA257585001D8D47?opendocument>

Salvaris já fazia parte do *Global Project*, em especial trabalhando num projeto que procurava construir uma rede global de pesquisas sobre o tema da medição do progresso.

quê? Como Joseph Stiglitz reconheceu, não é apenas um projeto sobre estatística. É nada menos que *alterar o paradigma global sobre o progresso para as pessoas e as nações, da produção para o bem-estar sustentável*. (...) E, para mudar o paradigma, nós precisamos mudar nosso pensamento. Essa é a essência do projeto: *mudar a cultura sobre o progresso, o modo de pensar o progresso*. (...)

Salvaris comenta ainda que o projeto tem tido repercussões na própria Organização, trazendo mudanças no seu modo de atuação:

“Quando esse projeto começou, muitos pensaram que era algo incomum para a OCDE. Afinal, essa é uma organização de governos nacionais, construída em torno de desenvolvimento econômico e crescimento, não da construção de redes, debates comunitários, ou mudança social [*network building, community debate or social change*]. O fato é que em apenas 5 anos [ou seja, desde 2004, em Palermo] alcançou um admirável sucesso (...), *tornando-se o ator internacional mais importante no que se refere a um movimento global de transformação*. (...) A OCDE tem sido vista como assumindo um *papel real de liderança global*, e muitos governos e organizações internacionais têm corroborado e seguido sua liderança. (...) Estou satisfeito com o fato de que muitas reflexões estão se inserindo no ‘*mainstreaming*’ da OCDE. Honestamente, penso que seria pouco razoável que essa enorme tendência continuasse restrita à Diretoria de Estatística. Na verdade, o *projeto foi muito além do tema das estatísticas*, e o título dessa conferência demonstra isso: ‘*Charting progress, building visions, improving life*’. (...)”

O pesquisador ressalta o nome de duas pessoas, que confirma que a presente investigação deu atenção especial a atores chave:

O projeto vem sendo conduzido por líderes inspirados e criativos, o que vem sendo amplamente percebido e admirado. E aqui gostaria de homenagear especialmente *Enrico Giovannini e Jon Hall*. (...)

E, falando sobre os próximos passos, Mike Salvaris concluía:

(...) nessa próxima fase, devemos fortalecer e diversificar a participação e o envolvimento de agências internacionais como o PNUD, a Comissão Europeia, o Banco Mundial, os signatários da declaração de Istambul, e encontrar novos colaboradores, especialmente, na África. (...) A OCDE deveria se dirigir para lideranças econômicas globais, incluindo Ministros

da Fazenda [*Treasurers and Finance Ministers*], e economistas de prestígio – dado que o relatório Stiglitz deu-nos um meio sólido para isso. (...) Por fim, eu gostaria de dizer algo a todos da OCDE: vocês deveriam estar muito orgulhosos por isso que estão realizando. (...) Nós continuamos tendo uma longa jornada pela frente, mas podemos compartilhar a carga com a certeza de que poucos projetos em que trabalhamos nas nossas vidas terão tanto potencial para melhorar o bem-estar das pessoas no mundo e construir uma comunidade global na qual o progresso signifique bem-estar equitativo e sustentável para todos seus cidadãos”.

Nesses trechos de Mike Salvaris, ficam manifestas as proporções que a iniciativas da OCDE ganharam desde o primeiro Fórum em 2004 – ou seja, em apenas 5 anos, os eventos tiveram desdobramentos consideráveis, trazendo novos temas para as pautas de discussão política, entre eles, a temática da felicidade por meio das pesquisas sobre bem-estar subjetivo. Na próxima sessão, relato acontecimentos ainda mais recentes que corroboram essas palavras de Mike Salvaris, evidenciando que a OCDE realmente tem exercido um papel decisivo na consideração do tema do progresso no cenário político contemporâneo.

4.4. Os acontecimentos mais recentes

Como vimos, nos últimos anos, a OCDE tem tido atuações no sentido de buscar melhores modos de mensurar o progresso das sociedades, que se concretizaram no estabelecimento da *Better Life Initiative*, iniciativa da Diretoria de Estatística da Organização, que busca catalisar e incentivar os trabalhos que visam promover esse tipo de temática.¹⁷⁹

Bastante inspirada nas recomendações explicitadas pela *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*¹⁸⁰ - com a qual a OCDE contribuiu significativamente - a Iniciativa adotou 11 dimensões (comunidade, educação, meio ambiente, participação civil, saúde, moradia, renda, trabalho, satisfação

¹⁷⁹

<http://www.oecdbetterlifeindex.org/wpsystem/wp-content/uploads/2012/05/EXECUTIVE-SUMMARY.pdf>

¹⁸⁰ Na maioria das vezes, aqui, designamos essa Comissão simplesmente por *Sen Commission*, em referência ao economista Amartya Sen, um dos principais participantes.

com a vida, segurança, balanço entre trabalho e qualidade de vida),¹⁸¹ como sendo essenciais para o bem-estar, que apareceram nos seus dois principais produtos.

O primeiro deles - anunciado em maio de 2011, justamente no lançamento da própria *Better Life Initiative*, no aniversário de 50 anos da OCDE¹⁸² - é o *Your Better Life Index*,¹⁸³ que é uma ferramenta interativa na internet que permite que qualquer pessoa obtenha em mais detalhes as explicações sobre as 11 dimensões consideradas pela *Iniciativa*, assim como possibilita averiguar como está a situação dos países¹⁸⁴ a partir de critérios e prioridades que a própria pessoa define.

O *Your Better Life Index* pretende ser uma fonte de dados frequentemente atualizados, incorporar novas dimensões (por exemplo, a qualidade da água) e deseja possibilitar aos usuários, “por meio da comparação de suas próprias visões sobre o que seria uma vida melhor (*better life*)”, uma ferramenta que permita que os indivíduos “se tornem cidadãos mais informados, e possam assim influenciar melhor o processo de formulação de políticas”. Nesse sentido, o *Your Better Life Index* se afirma como uma ferramenta “pioneira, interativa, que combina a sintonia da OCDE com as tecnologias mais modernas a fim de educar, promover diálogo e criar consensos sobre a relação entre bem-estar econômico e social”.¹⁸⁵

Na dimensão sobre “satisfação com a vida” (*life satisfaction*), afirma-se que a “felicidade, ou o bem-estar subjetivo, é definida como a presença de experiências e sentimentos como a alegria e o contentamento e a ausência de experiências negativas e sentimentos como a dor, a angústia ou a tristeza”.¹⁸⁶

O segundo produto da *Better Life Initiative* foi lançado em 12 de outubro de 2011, exatamente dois anos após a publicação do relatório da *Sen Comission: o How's*

¹⁸¹ <http://www.oecdbetterlifeindex.org/wpsystem/wp-content/uploads/2012/05/EXECUTIVE-SUMMARY.pdf> A expressão “satisfação com a vida” está relacionada às pesquisas sobre bem-estar subjetivo. O item traduzido como “balanço entre trabalho e qualidade de vida” refere-se a *work-life balance*, que diz respeito ao modo como as pessoas conseguem compaginar a vida laboral com os outros âmbitos da vida, de modo a favorecer próprio bem-estar como um todo.

¹⁸² <http://www.oecd.org/general/oecdlaunchesyourbetterlifeindex.htm>

¹⁸³ <http://www.oecdbetterlifeindex.org/about/better-life-initiative/>

¹⁸⁴ Os 34 membros da OCDE e mais alguns outros, entre eles, o Brasil.

¹⁸⁵ <http://www.oecdbetterlifeindex.org/wpsystem/wp-content/uploads/2012/05/EXECUTIVE-SUMMARY.pdf>

¹⁸⁶ <http://www.oecdbetterlifeindex.org/topics/life-satisfaction/>

Life,¹⁸⁷ é um relatório que apresenta pela primeira vez em uma única publicação dados mundiais e comentários referentes às 11 dimensões citadas.

O capítulo 12 do *How's Life* é intitulado justamente *Subjective Well-Being*, que, em aproximadamente 20 páginas, aborda a importância do tema, os modos de medição e cita empreendimentos recentes.¹⁸⁸

No ano de 2012, Richard Layard, diretor do *Well-Being Programme*¹⁸⁹, cujo nome citei anteriormente, participou dos Conselhos envolvidos nas discussões sobre a agenda global do Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum*) de Davos. Os “*Global Agenda Councils*”, como são chamados, estudam os tópicos que se acreditam ser os mais relevantes no cenário mundial por parte da organização do evento. Formados por especialistas de cada área, os Conselhos servem como órgãos de aconselhamento (*advisory board*) para o Fórum, assim como para governos e organizações internacionais.¹⁹⁰

Layard participou especificamente do *Health and Well-being Council*¹⁹¹, que publicou em janeiro de 2012 o relatório *Wellbeing and Global Success*, que advoga um novo paradigma para a questão do bem-estar, citando a influência da OCDE e utilizando várias vezes a palavra “felicidade” (*happiness*) e as medições relativas ao bem-estar subjetivo em sua perspectiva do que seria esse “novo paradigma”.¹⁹²

Concretamente, as demandas desse relatório se foram abordadas numa das sessões oficiais do próprio Fórum Econômico Mundial de 2012, intitulada “*Beyond GDP: Metrics that Matter*”, que contou com a participação de Layard e de Angel Gurría, Secretário-Geral da OCDE, e fala várias vezes em “felicidade” para abordar a temática das “medidas que importam”.¹⁹³

¹⁸⁷ <http://www.oecd.org/newsroom/oecdlaunchesnewreportonmeasuringwell-being.htm>

¹⁸⁸ <http://www.oecdbookshop.org/oecd/display.asp?sf1=identifiers&st1=9789264121164>

¹⁸⁹ Fundado em 2003 por Layard, o programa atua em três principais campos (Felicidade e políticas públicas; Saúde Mental; Habilidades e Desemprego), tendo influência direta em atuações do governo britânico (<http://cep.lse.ac.uk/new/research/wellbeing/default.asp>).

¹⁹⁰ <http://www.weforum.org/community/global-agenda-councils>

¹⁹¹ <http://www.weforum.org/content/global-agenda-council-well-being-mental-health-2012>

¹⁹² http://www3.weforum.org/docs/WEF_HE_GAC_WellbeingGlobalSuccess_Report_2012.pdf

¹⁹³ <http://www.weforum.org/sessions/summary/beyond-gdp-metrics-matter>

Em abril de 2012, na sede da ONU, em Nova Iorque, ocorreu o encontro “*Happiness and Well-being: Defining a New Economic Paradigm*”, presidido pelo secretário-geral dessa instituição, Ban Ki-moon, para discutir questões relacionadas a novos paradigmas econômicos e políticos a fim de abordar o tema do progresso social, buscando formas de desenvolvimento mais sustentáveis. Entre outras coisas, o presidente da Assembleia afirmou ser “imprescindível que nós construamos uma nova e criativa visão de futuro que vise uma situação mais inclusiva, igualitária e equilibrada para promover a sustentabilidade, erradicar a pobreza e *incrementar o bem-estar e a felicidade*.”¹⁹⁴ Um dos promotores do evento foi o governo do Butão, que defende o uso do conceito de FIB (*Felicidade Interna Bruta*) na política.¹⁹⁵

Nesse encontro, apresentou-se o *World Happiness Report*, coeditado pelo renomado economista Jeffrey Sachs.¹⁹⁶ O relatório é um empreendimento de mais de 150 páginas que expressa aos governos a seguinte demanda: dar maior atenção aos temas relativos à felicidade. O *World Happiness Report* reúne dados mundiais sobre o tema e apresenta algumas das explicações advindas das *science of happiness* para explicar as variações de índices de felicidade entre as diferentes nações.¹⁹⁷

Finalmente, em outubro deste ano, na Índia, houve o 4º Fórum Mundial da OCDE, intitulado “*Measuring Well-Being for Development and Policy Making*”.¹⁹⁸ Na

¹⁹⁴ Extraído do site *UN News Centre Home*: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=41685>.

¹⁹⁵ A noção de *Felicidade Interna Bruta* surgiu quando em 1972 o rei do Butão afirmou, no alto dos seus 17 anos, que “A Felicidade Interna Bruta é mais importante do que o Produto Interno Bruto”. Recebendo o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o FIB procura considerar no cálculo de progresso da nação outros aspectos além do econômico. As nove dimensões do FIB são: bem-estar psicológico (sendo que aqui temos pesquisas sobre bem-estar subjetivo), saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida. O governo butanês inaugurou em 1999 o CBS (Centro para Estudos do Butão), a fim de elaborar um indicador inspirado nesse conceito. Há algum tempo, os dados do FIB influenciam concretamente a distribuição de recursos e a formulação de políticas públicas naquele país. O Centro de Estudos do Butão já realizou diversos levantamentos sobre a população, que informam ações ligadas a políticas, programas nacionais e alocação de recursos por parte da Comissão de Planejamento Nacional que, atualmente, é chamada *Comissão FIB*. Nos últimos anos, tem-se promovido conferências internacionais sobre o FIB em diferentes lugares do mundo - Butão, Canadá, Tailândia, Brasil – atraindo o interesse de políticos, pesquisadores e da mídia (<http://www.grossnationalhappiness.com>).

¹⁹⁶ Cf. pág. 88 deste trabalho.

¹⁹⁷ <http://www.earth.columbia.edu/articles/view/2960>

¹⁹⁸ <http://www.oecdindia.in/index.html>

agenda do evento,¹⁹⁹ dentro do tema abrangente “Qualidade de Vida” - que, como vimos, é um dos três²⁰⁰ principais aspectos considerados pela OCDE para pensar a questão do bem-estar - houve o *workshop* “*Increasing people’s subjective well-being*”.²⁰¹ Apesar de as apresentações ainda não estarem disponíveis, é interessante notar que a descrição do *workshop* afirmava que seria dada uma atenção especial a possíveis aprendizados advindos de

“ (...) iniciativas recentes para medir o bem-estar subjetivo em nível nacional e identificar as principais questões que necessitam ser resolvidas a fim de que essas medidas *exercçam um papel mais decisivo na formulação de políticas*.”²⁰²

No texto de conclusões do Fórum, elogiou-se a Rio +20 - por ter sinalizado em favor do desenvolvimento de medidas que complementam o PIB²⁰³ - e também a resolução da ONU 65/309 que, nas palavras do texto, “traz as noções de felicidade e bem-estar para o coração das políticas de desenvolvimento”.²⁰⁴

Ao longo deste trabalho, procurei coletar acontecimentos que pudessem auxiliar a compreensão da ascensão política da temática da felicidade, por meio das pesquisas sobre bem-estar subjetivo.

¹⁹⁹ <http://www.oecd.org/site/worldforumindia/India%20Agenda.pdf>

²⁰⁰ Os outros dois são condições materiais e sustentabilidade.

²⁰¹ http://www.wikiprogress.org/index.php/Increasing_people%E2%80%99s_subjective_well-being

²⁰² *Idem*.

²⁰³ Refere-se ao documento “*Follow-up to the Rio+20 outcome document Responsibilities of the UN system*”, no qual, no parágrafo 38, a Comissão de Estatísticas da ONU, em consonância com várias entidades e organizações, se propôs a “lançar um programa que trabalhe em medidas de progresso de ponta para complementar o PIB”.

(<http://www.uncsd2012.org/content/documents/815Revised%20Rio%20Implementation%20Matrix%20-%2014%20September%202012.pdf>).

²⁰⁴ (<http://www.oecd.org/site/worldforumindia/Concluding%20Statement%20FINAL.pdf>) A resolução da ONU citada é de julho de 2011, e intitula-se “*Happiness: towards a holistic approach to development*”. Um dos trechos mais significativos afirma que a Assembleia Geral da ONU incentiva os países membros “a trabalharem pela elaboração de medidas adicionais para melhor captar a importância da busca pela felicidade e bem-estar, com a perspectiva de guiar políticas públicas”

(http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/65/309).

Como vimos, as discussões trazidas pelas iniciativas alavancadas pelos Fóruns da OCDE - incluindo-se aquelas relacionadas à temática da felicidade - vem alcançando desdobramentos significativos em âmbitos de destaque: chegando a exercer influência até na ONU e no Fórum Econômico Mundial.

Portanto, acredito ter reunido aqui um conjunto relevante de informações que evidencia que, *para entendermos a ascensão política da temática da felicidade, é crucial considerar as atuações recentes da OCDE relacionadas ao tema.*

Partindo dessa constatação, no último capítulo, pretendo interpretar essa atuação da OCDE, assim como refletir brevemente sobre essa valorização da temática da felicidade na política.

Capítulo 5

Considerações finais

5.1. A OCDE como comunidade epistêmica

Após ter realizado uma busca exaustiva no site da OCDE, procurando todo o tipo de material disponível sobre os Fóruns, e citando aqueles mais relacionados com os interesses desta pesquisa, gostaria de destacar aspectos que interpretarei à luz da literatura das comunidades epistêmicas apresentada no capítulo 1.

Portanto, em primeiro lugar, retomo a definição de comunidades epistêmicas:

“redes de profissionais com expertise e competência reconhecidas num domínio específico, com uma demanda por autoridade reivindicada pela detenção de conhecimentos relevantes para as políticas ligadas àquela área em questão” (HASS, 1992a: 3).

Partindo dessa definição, é possível enxergar os Fóruns da OCDE como *ocasiões privilegiadas para a formação de comunidades epistêmicas na atualidade*. Afinal, reúnem-se ali profissionais de prestígio provenientes de várias áreas de pesquisa – num primeiro momento, principalmente da estatística –, interessados em fazer com que o conhecimento produzido por seus trabalhos possa exercer algum tipo de influência na política.

Para sustentar esse argumento, cito novamente a descrição de Sundström (2000: 2), sublinhando os trechos que mais se adéquam ao que vimos sobre os Fóruns Mundiais da OCDE:

“Nota-se a influência das comunidades epistêmicas quando se percebe que os especialistas de determinados assuntos *encontram colegas de profissão* de outros países e organizações. *Eles podem se encontrar em congressos ou mesmo serem membros de alguma organização internacional que trata especificamente de um tema*. Como esses especialistas compartilham o

vocabulário e a compreensão pertinente ao assunto em questão, eles podem *constituir laços sólidos com esses seus colegas internacionais*. Podem até *começar a discutir possíveis soluções para os problemas que abordam em suas conversas*. A comunidade, então, *irá formular suas próprias soluções aos problemas* que seus respectivos superiores supostamente deveriam resolver. Assim, quando um gestor ou um decisor pergunta a seu especialista como solucionar um problema específico, *a solução da comunidade será sugerida*. Quando os atores políticos se reúnem para discutir o tema em questão, eis que - surpreendentemente! – descobrem que eles compartilham as mesmas ideias, pois os especialistas ‘independentes’ sugeriram todos os mesmos conselhos. Essa aparente harmonia entre os atores políticos provavelmente significa que a resolução em pauta será executada: afinal, por que complicar as coisas quando todos concordam?” (SUNDSTRÖM, 2000: 2).

Nos Fóruns que estamos considerando, em apenas 5 anos, esses encontros entre especialistas renderam desdobramentos a ponto de influenciar um relatório com proeminência global (*Sen Commission*), reuniões na Comissão Europeia (*Beyond GDP*) resoluções no G 20 e, além disso, implicar em transformações na própria OCDE, sendo que os atores centrais que transitaram entre as diferentes instituições envolvidas nesses empreendimentos foram os estatísticos Enrico Giovannini e Jon Hall.

Sendo mais específico, retomo então as quatro características recorrentes das comunidades epistêmicas (HASS, 1992a; SUNDSTRÖM, 2000), a fim de examinar as iniciativas da OCDE consideradas:

1. Conjunto de posicionamentos normativos, convicções que propiciam uma base comum de valores [*normative and principled beliefs*];
2. Concepções relativas a causalidades [*causal beliefs*], que contribuem para a construção de um conjunto central de problemas da área;
3. Critérios de validade [*notions of validity*];
4. Modos compartilhados de atuação política, amparados na convicção de promoção de melhorias específicas.

1. Conjunto de posicionamentos normativos, convicções que propiciam uma base comum de valores [*normative and principled beliefs*];

Dada a variedade e quantidade de participantes nos Fóruns, não é trivial afirmar que haveria um conjunto claro de posturas normativas – além do mais, a evolução dos acontecimentos levou à formação de uma “rede de redes”, ou seja, algo bastante descentralizado, que reúne inúmeros grupos com autonomia própria.

Porém, se prestarmos atenção no *WikiProgress* - que se tornou a plataforma que possibilitou conjugar todas as iniciativas via web - é possível ao menos extrair o seguinte ponto comum: *o consenso em relação à insuficiência do PIB enquanto indicador de bem-estar das sociedades.*²⁰⁵ E, retomando as palavras de ADLER e HASS (1992:386), temos aqui *fins valorativos*, ou seja, objetivos, metas, que implicitamente possuem valores específicos sobre determinados assuntos – no caso, o que contribui para o progresso.

2. Concepções relativas a causalidades [*causal beliefs*], que contribuem para a construção de um conjunto central de problemas da área;

Quanto a isso, há algo explícito, que é a perspectiva específica sobre o bem-estar, que abrange condições materiais, qualidade de vida e sustentabilidade,²⁰⁶ delimitando as temáticas a serem tratadas e assumindo que essas três dimensões se inter-relacionam e se influenciam mutuamente.

Tal perspectiva se distancia, por exemplo, de uma visão que ao tratar do tema do bem-estar não considera questões como o meio ambiente ou o bem-estar subjetivo.

3. Critérios de validade [*notions of validity*];

Esse item é o mais complicado, pois ao falar em critério de validade, tal literatura está se referindo a modos aceitos consensualmente de assegurar que determinadas conclusões são legítimas, passíveis de aceitação - ou, simplesmente, *válidas*.

²⁰⁵ <http://www.wikiprogress.org/index.php/Wikiprogress.org:About> Aliás, foi justamente isso que me falou em entrevista por e-mail Angela Hariche, coordenadora chefe do WikiProgress.

²⁰⁶ Cf. Figura da pág. 73.

Em alguns momentos, constatamos o desejo de se construir diretrizes gerais para estabelecer critérios comuns de validação das pesquisas sobre bem-estar. Porém, nos três Fóruns considerados mais atentamente, o que há é uma profusão de critérios díspares, estando distante da formação de um consenso nesse sentido.

4. Modos compartilhados de atuação política, amparados na convicção de promoção de melhorias específicas.

Apesar da diversidade de atuações, a periodicidade dos eventos (Fóruns e eventos de preparação), a criação de uma plataforma virtual (*Wikiprogress*), a assinatura de uma Declaração em Istambul, a progressiva estruturação do Global Project, o lançamento da *Better Life Initiative*, entre outros, são modos compartilhados pelos vários participantes, que encontram nessas iniciativas verdadeiros canais para uma atuação conjunta visando um aperfeiçoamento na mensuração do progresso das sociedades.

Na terminologia de ADLER e HASS (1992:386), temos aqui exemplos de *fins instrumentais*, isto é, práticas concretas empreendidas por essas iniciativas da OCDE.

Além dessas 4 características, retomando a questão da *coesão* tratada por Cross (2012), que se manifestaria no grau de profissionalização (normas, padrões, treinamentos, socialização, status e autoridade sobre determinado campo do conhecimento), é possível notar que os Fóruns da OCDE estão se desenvolvendo nesse sentido: afinal, o volume de eventos de preparação, workshops, materiais que buscam estabelecer padrões comuns, a plataforma *Wikiprogress*, enfim, tudo isso revela que o empreendimento de construir uma comunidade global de especialistas influente do ponto de vista da mensuração e promoção do progresso vai crescendo em grau de profissionalização e, portanto, de coesão.

Assim sendo, considerando os aspectos mencionados, posso concluir que abordei uma comunidade epistêmica? Mais do que enxergar uma simples comunidade epistêmica, poder-se-ia argumentar que o mais sensato seria admitir que são *várias*:

afinal, trata-se de diversos grupos de especialistas com diferentes iniciativas, que possuem demandas específicas.

Porém, não me parece forçoso afirmar que ao descobrir que o *Global Project* é uma “rede de redes”, é possível visualizar nesse empreendimento da OCDE uma comunidade epistêmica “guarda-chuva”, isto é, que abarca várias outras comunidades epistêmicas (regionais ou temáticas) que possuem alguns traços comuns.

E, considerando que vivemos num período propício para a atuação de comunidades epistêmicas,²⁰⁷ ao envolver um número considerável de iniciativas ao redor do globo que têm como característica a produção de conhecimento visando influenciar políticas, o *Global Project da OCDE pode então ser visto como um ator de destaque no cenário político contemporâneo, no sentido de possuir potencial para exercer um protagonismo respeitável nas discussões e ações em âmbito internacional dedicadas à temática da medição e promoção do progresso das sociedades*. Assim, penso estar contribuindo para identificar um exemplo significativo de comunidade epistêmica atual, trazendo mais elementos para a consideração da seguinte tendência: *o crescimento de importância política de redes internacionais de pesquisadores*.

É possível enxergar esse protagonismo nas concretizações que elas vem realizando, por exemplo, na forma de relatórios: como os produtos finais dos dois primeiros Fóruns e o *How's Life*, que aos poucos vai se tornando um marco no que se refere aos novos modos de conceber o tema do progresso; ou ainda, no próprio relatório da *Sen Comission* que, provavelmente, é o material mais influente nos debates atuais sobre o tema em todo o mundo.

Nesse sentido, é interessante retomar algumas palavras de Nikolas Rose, sociólogo inglês que desenvolve pesquisas sobre a influência das ciências para forjar “concepções legítimas” sobre o ser humano, assim como pensar “modos de governá-los”.²⁰⁸ No trecho a seguir, Rose (1999) expõe uma atitude perante os documentos bastante proveitosa para o presente trabalho, pois, indica como tal material é interessante para identificar o que ele chama de “racionalidades da política” - que

²⁰⁷ Cf. Capítulo 1, item 1.4.

²⁰⁸ <http://www.nikolasrose.com/>

seriam “modos específicos de racionalizar como o governo pode ser exercido em momentos e locais particulares”. Nas palavras dele:

“Essas racionalidades não são apenas uma questão de argumentos de filósofos políticos. Elas sustentam textos estratégicos, como manifestos de partidos políticos, documentos governamentais, (...) relatórios de comissões que analisam problemas específicos e propõem soluções, panfletos e propostas de grupos de pressão, organizações, campanhas, think-tanks. Eles formam uma rede de premissas e axiomas para textos básicos que são utilizados para o treinamento de profissionais, a formação de pais ou de gestores, livros de autoajuda e colunas de aconselhamento na mídia.” (ROSE, 1999: Prefácio à segunda edição, XXII)

Parece-me que os relatórios citados, a declaração de Istambul, os documentos que a OCDE vem publicando tendo em vista orientar os rumos do progresso das sociedades, enfim, todos são exemplos desses “textos estratégicos” mencionados por Rose, pois possuem um conteúdo que claramente aborda problemas, propõe soluções, defende posturas perante as questões em jogo, e visam influenciar profissionais da área (estatísticos, economistas, etc.) e tomadores de decisão - em especial, ocupantes de cargos governamentais.

Portanto, retomando as perguntas centrais desta pesquisa: como entender a ascensão política da temática da felicidade, manifesta em acontecimentos recentes? Qual a origem desses novos discursos e posicionamentos? Quem teriam sido atores relevantes no sentido de inserir esse tema na agenda política?

A partir do trabalho realizado aqui, concluo que *a ascensão política da temática da felicidade tem na OCDE um personagem importante: numa atuação que caracterizei como sendo típica de comunidades epistêmicas, a OCDE promoveu Fóruns Mundiais sobre o tema do progresso, que tem servido de ocasião para difundir as pesquisas sobre bem-estar subjetivo, levando a repercussões decisivas da temática da felicidade no cenário político internacional.*

Na próxima seção, finalizo esta dissertação com algumas breves considerações sobre esse crescente sucesso da temática da felicidade: mais do que identificar um ator importante nesse processo - como foi a OCDE -, pretendo apenas

sugerir algumas ideias a fim de refletirmos sobre o tema enquanto relevante para pensarmos o mundo contemporâneo.

5.2. Felicidade, ciência e organizações internacionais

Tendo explorado o papel da OCDE no sentido de promover politicamente o tema da felicidade ao longo deste trabalho, a título de conclusão, gostaria de levantar algumas questões sobre a valorização dessa temática enquanto tópico importante no mundo contemporâneo, sugerindo ideias para serem desenvolvidas em eventuais pesquisas futuras, por exemplo, num projeto de doutorado.

Segundo Gilles Lipovetsky, vivemos num mundo em que o “*Homo felix ultrapassou o Homo politicus*”, pois a felicidade pessoal teria se transformado no grande “motor psicológico”, tornando-se o novo horizonte das expectativas individuais (LIPOVETSKY, 2007: 53). Ou ainda, citando novamente o filósofo inglês Darrin McMahon - aquele que publicou um trabalho inteiramente dedicado ao tema da felicidade, que citei na *Introdução* -, a temática da felicidade já possuiria força política desde muito tempo:

“Embora a Revolução Francesa tenha demonstrado o tremendo perigo que era tentar *concretizar o sonho da felicidade na terra*, ela não suprimiu a esperança. Sempre presente no horizonte, essa esperança permaneceu não apenas entre os franceses, mas também entre os cidadãos do Ocidente moderno. Nesse sentido, o panorama pós-revolucionário da França assemelhou-se - mais do que poderia se imaginar - ao de outras nações avançadas da Europa e das Américas. Afinal, também nelas, a felicidade futura emergia como o *grande conceito legitimador dos governos nacionais e das vidas dos indivíduos*, destacando-se no espectro político no sentido de *indicar a direção para um mundo melhor*” (MCMAHON, 2006: X).

Afirmar que, com a Revolução Francesa, a felicidade teria se tornado um “grande conceito legitimador (...) no sentido de indicar a direção para um mundo melhor” abre diversas possibilidades de interpretação, sobre diferentes acontecimentos

posteriores - como é o caso da utilização de pesquisas sobre bem-estar subjetivo para legitimar politicamente a temática da felicidade. Porém, que características singulares seriam marcantes nos acontecimentos aqui narrados?

Retomando a discussão iniciada na *Introdução*, desde meu trabalho de iniciação científica, estive interessado nos *modos de abordar o “psíquico” no mundo contemporâneo*. Aliás, no projeto entregue para o processo de seleção deste mestrado, parti de alguns acontecimentos - como o sucesso dos medicamentos antidepressivos, o crescimento da utilização de um vocabulário “biologizante”, “neurologizante”, entre outros - que seriam evidências do que eu denominava de “naturalização dos estados psíquicos” (FREITAS, 2009) ²⁰⁹ - isto é, a consideração de tais estados como se fossem idênticos a “fenômenos da natureza”, passíveis de serem objetivados e manipulados tecnicamente.

Entrando em contato com trabalhos de pensadores contemporâneos - principalmente os franceses Alain Ehrenberg (2008) e Gilles Lipovetsky (2007) -, notei que não estava lidando com fenômenos isolados, mas sim com “uma das tendências fortes de nossa sociedade” (*Idem*, 289-90), que tinha implicações no modo como as pessoas passavam a buscar a própria realização pessoal.

Baseando-me, por exemplo, na interpretação de Charles Taylor (1995), poderíamos enxergar essas “tendências” como sendo parte de um processo de ascensão de uma “razão instrumental” que conceberia a realidade como algo amorfo, neutro, “à disposição” para ser trabalhada, modificada, remodelada, ilimitadamente. No fundo, para utilizar a conhecida noção de Max Weber (WEBER: 1982, 2004), esses acontecimentos manifestariam uma relação “desencantada” com o mundo (cf. PIERUCCI, 2003).

E, essa relação teria desdobramentos no modo de buscar a felicidade. Se, em linhas gerais, por exemplo, para Aristóteles, a felicidade era vista como resultado de uma atividade (seja o usufruto de um prazer ou a contemplação filosófica), ou, na era medieval, estava relacionada à bem-aventurança eterna (MCMAHON, 2006), atualmente, conceberíamos a felicidade *como algo a ser adquirido*, como um *objetivo a ser buscado diretamente*, em si mesmo: ou seja, não como resultado, fruto, efeito da

²⁰⁹ Cf. capítulo 1 da presente dissertação.

busca por outro objetivo, ou da realização de uma atividade a qual se valorize, mas sim *o próprio objetivo*.

Ora, partindo dessa perspectiva que estabelece uma *relação desencantada com o mundo* e, por isso, enxerga a felicidade como um *objetivo a ser buscado diretamente*, chega-se à conclusão de que é possível *racionalizar a busca pela felicidade*, no sentido de entender cientificamente seus determinantes e assim promover iniciativas que auxiliem as pessoas a alcançarem-na: e, em grande medida, *é justamente essa a postura dos discursos que defendem a consideração política das pesquisas sobre bem-estar subjetivo*.

Portanto, o desencantamento do mundo teria alcançado o tema da busca humana pela felicidade, tornando-o - pedindo licença para um neologismo - “cientificizável”. Por isso, como aponta bem McMahon:

“É muito irônico, e também revelador, como o crítico André Comte-Sponville comentou, que a felicidade, ‘esse assunto, tão central há tanto tempo na tradição filosófica, tenha sido completamente abandonado pelos filósofos contemporâneos ou, pelo menos, pelos que dominaram a segunda metade do século XX’. Mergulhados em jogos linguísticos e investigações analíticas, em desconstruções e hermenêuticas, os filósofos profissionais entregaram em ampla medida a grande questão dos gregos - o que constitui a boa vida? - aos psicólogos populares, executivos da publicidade e ‘vendedores de boas sensações’. A indisposição de até mesmo abordar temas que dominaram por vários séculos a discussão sobre a felicidade - o dever e o sentido, a virtude e a verdade - indica uma crise mais larga de confiança na razão para estabelecer os objetivos finais de nossas buscas” (McMahon, 495).

McMahon está falando de uma crise da razão, mas, na razão do ponto de vista filosófico. Concordando com suas palavras, só acrescentaria que essa crise colabora para a ascensão de outro tipo de razão: aquela que chamei de *razão instrumental*, que aposta suas fichas numa visão de mundo desencantada pela ciência. Além de ter ficado explícito, por exemplo, na fala de Richard Layard no 2º Fórum da OCDE que citei

acima,²¹⁰ menciono em vias de concluir um trecho de uma entrevista do Primeiro Ministro do Butão, no evento da ONU de lançamento do *World Happiness Report*:

“A razão pela qual o mundo ainda não levou a sério essa questão [de considerar o tema da felicidade na política], ou pelo menos não até recentemente, é porque a felicidade tem sido considerada como uma ideia ingênua, uma utopia que não poderia ser medida. E, como vivemos num mundo em que nada que não é passível de ser medido é importante, (...) a felicidade não era considerada importante. Mas, atualmente, tem havido muitas pesquisas no sentido de desenvolver métodos nos quais a felicidade possa ser medida (...). E, por isso, têm aumentado aqueles que admitem a felicidade como um objetivo para o desenvolvimento”²¹¹

Partindo dessa visão, a ascensão política da temática da felicidade teria sido possível, em grande parte, graças à “credencial científica” que vem sendo reivindicada por meio das pesquisas sobre bem-estar subjetivo.

Porém, apesar desse fator ser importante, como argumentei nas considerações do item 2.4., mesmo adquirindo certa credibilidade científica nos anos 1960 e 1970, as pesquisas sobre bem-estar subjetivo continuaram tendo pouco impacto em ações políticas concretas. Nesse sentido, é insuficiente a perspectiva que recorre à legitimidade científica das pesquisas sobre bem-estar subjetivo para explicar a ascensão política da temática da felicidade.

Apesar de enxergar esse fator como sendo realmente importante - afinal, não é por acaso que os atores que abordei aqui faziam parte de comunidades *epistêmicas*, isto é, grupos de especialistas detentores de certo tipo de conhecimento que tem como especificidade em relação a outros atores que visam exercer influência política *justamente o fato de fundamentar suas demandas na “autoridade” de sua produção científica* (CROSS, 2012) - penso ter evidenciado ao longo deste trabalho que, na verdade, a novidade que teria ocorrido a partir dos anos 1990 e, principalmente, 2000 no que se refere à inserção da temática da felicidade em âmbitos políticos foi o papel desempenhado pela OCDE: e, a meu ver, a força de sua atuação enquanto comunidade epistêmica não estaria apenas na autoridade científica de suas proposições, mas

²¹⁰ Pág. 93 deste trabalho.

²¹¹ <http://www.un.org/apps/news/newsmakers.asp?NewsID=49>

também em sua considerável *autonomia política*, que não seria possível no interior de governos nacionais.

Afinal, como os governos precisam lidar com pressões e atender demandas a todo o momento, uma das questões centrais em jogo para os governantes é a próxima eleição. Por isso, mesmo que surjam novas iniciativas ligadas ao tema do progresso no próprio bojo do governo, essas podem ser facilmente sufocadas com o aparecimento de pressões referentes a fatores mais relacionados, por exemplo, à economia. Como os governantes se preocupam com a próxima eleição e são altamente cobrados por esses assuntos (crescimento econômico, desemprego, inflação, etc.), os tomadores de decisão geralmente priorizam-nos, em detrimento de outras perspectivas.

Portanto, a defesa desses novos discursos não se daria com maior efetividade no interior de aparatos governamentais nacionais (como aconteceu nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos): seria preciso que instituições com certa autonomia – no caso, que não estivessem tão pendentes de preocupações eleitorais – desempenhassem esse papel, pois possuiriam maior independência em suas atuações, pelo motivo de não estarem obrigadas a responderem tão radicalmente a demandas, como estão os governos.

Nesse sentido, não se tratando de um governo nacional, o tipo de atuação que vem exercendo a OCDE com seus Fóruns Mundiais explicitam sua grande autonomia para abordar temas alternativos a uma visão mais economicista”, algo que muitas vezes não é possível no âmbito dos governos nacionais.

Por isso, além da “credencial científica”, um fator adicional para entendermos a importância da OCDE na valorização concepções alternativas sobre a temática do progresso proviria da combinação de sua crescente influência política, conjugada a uma verdadeira “fidelidade” na defesa de certos temas - entre eles, a questão da felicidade -, que seria possível *graças à sua maior autonomia - em comparação com os governos nacionais - das vicissitudes da economia*.

Para concluir, corroborando o que estou dizendo, termino com um trecho do discurso do Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría, no lançamento do relatório *How's Life* em outubro de 2011:

“Algumas pessoas poderiam questionar *se seria oportuno falarmos sobre bem-estar, no lugar de concentrarmo-nos na questão do crescimento econômico necessário para que saíamos dessa crise. Eu realmente acredito que hoje, mais ainda do que há dois anos atrás, é necessário que tenhamos uma perspectiva mais ampla da nossa atuação política, pois a concepção usual de ‘crescimento’ não tem sido suficiente.* No cenário político atual, é de crucial importância a definição de objetivos norteadores *que estejam além da situação econômica circunstancial* como, por exemplo, promover o bem-estar dos nossos cidadãos, aumentar o acesso a diferentes tipos de oportunidades e preservar o meio ambiente natural e social” ²¹²

²¹² “Better measures, better policies, better lives”, discurso de abertura da conferência *Two Years after the release of the Stiglitz-Sen-Fitoussi Report*. Paris, 12 de outubro.

Referências bibliográficas

- ADLER, E. (1992). "The emergence of cooperation: national epistemic communities and the international evolution of the idea of nuclear arms control". *International Organization*. Vol. 46 (1): Knowledge, power and international policy coordination. p. 101-145.
- ADLER, E. e HASS, P. (1992). "Conclusion: epistemic communities, world order and the creation of a reflective research program". In: *International Organization*. vol. 46, nº1. p. 367-390.
- ADLER, E. e POULIOT, V. (2011). "International practices". In: *International Theory*. vol. 3, nº1. p. 1-36.
- ALBUQUERQUE, A.; TRÓCCOLI, B. (2004). "Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo". *Psicologia: teoria e pesquisa*. Mai-Ago, Vol. 20 n. 2, pp. 153-164.
- ANDREWS, F., WITHEY, S. (1976). *Social indicators of well-being: Americans' perceptions of life quality*. New York : Plenum Press.
- ANDREWS, F. (1989). "The evolution of a movement". *Journal of Public Policy*. 9(4), 401-405.
- ANGNER, E. (2011). "The evolution of eupathics: the historical roots of subjective measures of wellbeing". *International Journal of Wellbeing*. 1(1), 4-41.
- ARENDT, H. (2005). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARGYLE, M. (2001). *The psychology of happiness*. London: Routledge.
- ASHLEY, R. e WALKER, R. (eds.) (1990). "Speaking the language of exile dissidence in international studies". In: *International studies quarterly*, vol. 34, nº3.
- BAUER, R. (1966). *Social indicators*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- BRADBURN, N. e CAPLOVITZ, D. (1965). *Reports on happiness: a pilot study of behavior related to mental health*. Chicago, IL: Aldine.
- BRUCKNER, P. (2002). *A euforia perpétua: ensaio sobre o dever de felicidade*. Rio de Janeiro: Difel.

- BULMER, M. (1989). “Problems of theory and measurement”. *Journal of Public Policy*. 9(4), 407-412.
- BURGUESS, E. e COTTRELL, L. (1929). *Predicting success or failure in marriage*. New York, NY: Prentice-Hall.
- CALDAS, C. (2008). “A história da arte de mensurar”. In: *Com ciência*. n° 96, 10 de março.
- CAMERON, D. (2010). *PM speech on well-being* (25 November 2010) [Online]. London.
- CAMPBELL, A. (1976). “Subjective measures of well-being”. *American Psychologist*. 31 (2), 117-124.
- CAMPBELL, A. e CONVERSE, P. (1972). *The human meaning of social changing*. New York: Russell Sage Foundation.
- CAMPBELL, A., CONVERSE, P., RODGERS, W. (1976). *The quality of American life: perceptions, evaluations and satisfactions*. New York: Russell Sage Foundation.
- CANTRIL, H. (1965). *The pattern of human concerns*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. (1984) *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CLARK, A.; OSWALD, A. (1994). “Unhappiness and unemployment”. In: *Economic Journal*, 104.
- COBB, C., RIXFORD, C. (1998). *Lessons learned from the history of social indicators*. San Francisco: Redefining progress.
- CONCEIÇÃO, P. BANDURA, R (2008). *Measuring subjective wellbeing: a summary review of the literature*. UNDP: New York.
- CORBI, R. (2007). *Liberdade, macroeconomia e felicidade: uma análise empírica de um painel de países*. São Paulo. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Universidade de São Paulo).
- CROSS, M. (2012). “Rethinking epistemic communities twenty years later”. In: *Review of international studies*. p. 1-24.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. (1990). *Flow: the psychology of optimal experience* Harper Collins: New York.

- DAVIS, K. (1929). *Factors in the sex life of twenty-two hundred women*. New York, NY: Harper & Brothers.
- DEATON, A. (2008), "Income, health and well-being around the world: evidence from the Gallup World Poll". In: *Journal of economic perspectives*. 22 (2): 53–72.
- DERIAN, J. e SHAPIRO, M. (eds.) (1989). *International intertextual relations*. Lexington: Lexington Books.
- DIENER, E. (1984). "Subjective well-being". In: *Psychological bulletin*. 93: 542-575.
- DIENER, E. (2006). "Guidelines for national indicators of subjective well-being and ill-being". *Applied Research in Quality of life*. 1 (2), 151-157.
- DIENER, E., SUH E., LUCAS, R., SMITH, H. (1999) "Subjective well-being: three decades of progress". In: *Psychological Bulletin*. Vol.125, nº2, 276-302.
- DIENER, E.; EMMONS, R.,; LARSEN, R.; GRIFFIN, S. (1985). "The satisfaction with life scale". In: *Journal of Personality Assessment*, 49, 71-75.
- DIENER, E.; SELIGMAN, M. (2004). "Beyond money: toward an economy of well-being". In: *Psychological science in the public interest*. 5, 1-31.
- DIENER, E.; SUH E.; LUCAS, R.; SMITH, H. (1999). "Subjective well-being: three decades of progress". In: *Psychological Bulletin*. Vol.125, nº2, 276-302.
- EHRENBERG, A. (2008). *La fatigue d'être soi: dépression et société*. Odile Jacob.
- EVANS, P. (1979). *Dependent development*. Princeton: Princeton University Press.
- FARIA, C. A. P. (2003). "Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 18 (51), 21-30.
- FERRAZ (2007). Z, R.; TAVARES, H.; ZILBERMAN, M. "Felicidade: uma revisão". In: *Revista de psiquiatria clínica*. São Paulo, v. 34, n. 5.
- FREITAS, G. M. (2009). *A busca pela felicidade no mundo contemporâneo e o aumento do uso de antidepressivos*. (Trabalho de Iniciação Científica). São Paulo: FFLCH/USP.

- FREY, B.; STUTZER, A. (2000a). “Happiness, economy and institutions”. In: *The Economic Journal*. 110 (outubro). 918-938.
- _____. (2000b). “Maximizing happiness?”. In: *German economic review*. 1 (2), 145-167.
- _____. (2002). *Happiness and economics: how the economy institutions affect well-being*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- GALTUNG, J. (1984). *The true worlds*. New York: Free Press.
- GIACOMONI, C. (2004). “Bem-estar subjetivo: em busca de qualidade de vida”. *Temas em Psicologia da SBP*. Vol. 12, nº 1, 43– 50.
- GIANNETTI, E. (2002). *Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GILBERT, D. (2006). *O que nos faz felizes*. Rio de Janeiro: Campos/Elsevier.
- GILMARTIN, K., ROSSI, R., LUTOMSKI, L., REED, D. (1979). *Social indicators: an annotated bibliography of current literature*. New York: Garland Publishing.
- GILPIN, R. (1981). *War and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GRAZIANO, L. (2005). *A felicidade revisitada: um estudo sobre bem-estar subjetivo na visão da psicologia positiva*. Tese de doutorado (Instituto de Psicologia -Universidade de São Paulo).
- GURIN, G., VEROFF, J. e FELD, S. (1960). *Americans view their mental health: a nationwide interview survey*. New York, NY: Basic Books.
- HAIDT, J. (2006). *The happiness hypothesis: putting ancient wisdom to the test of modern science*. Random House: London.
- HALL, P. (1989). *The political power of economic ideas: keinesianism across nations*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. (1993). “Policy paradigms, social learning and the State: the case of economic policymaking in Britain”. *Comparative Politics*, vol. 25, nº3, 275-296.
- HAMILTON, G. (1929). *A research in marriage*. New York, NY: A. & C. Boni.
- HANDERSON, H. (2007). “PIB: um indicador anacrônico”. In: *Le monde diplomatique*. 5 de dezembro.

- HASS, P. (1992a). "Introduction: Epistemic communities and international policy coordination". *International Organization*. Vol. 46 (1): Knowledge, power and international policy coordination. p. 1-35.
- _____. (1992b). "Banning chlorofluorocarbons: epistemic community efforts to protect stratospheric ozone". *International Organization*. Vol. 46 (1): Knowledge, power and international policy coordination. p. 187-224.
- _____. (2012). "Ideas, experts and governance". In: AMBRUS, M., ARTS, K., HEY, E., e RAUDS, H. (eds.). *The role of 'experts' in international decision-making: advisors, decision-makers or irrelevant?*. Cambridge: Cambridge University Press. (No prelo. Texto cedido diretamente pelo autor).
- HELLIWELL, J. (2003). "How's life? Combining individual and national variables to explain subjective well-being". In: *Economic Modeling*. 20, 331-360.
- HOORN, A. (2007). *A short introduction to subjective well-being: its measurements, correlates and policy uses*. Conferência da OCDE, "Is happiness measurable and what do those measures mean for policy", Roma.
- HYMAN, L.; PATULNY, R. (2007). "'Generalised' or 'Particularised' Happiness Measures? Implications for Time Diary Research into Happiness". Trabalho apresentado na "International Conference on Policies for Happiness". Siena, Certosa de Pontignano, junho. (<http://www.unisi.it/eventi/happiness/index.htm>)
- INGLEHART, R. (1971). "The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies". *The American Political Science Review*. 65, 991-1017.
- JANNUZZI, P. (2008). "Indicadores sociais e as políticas públicas no Brasil". In: *Com ciência*. n° 96, 10 de março.
- KAHNEMAN, D., KRUEGER, A., SCHKADE, D., SCHWARZ, N. e STONE, A.. (2004). "Toward national well-being accounts". *The American Economic Review*. 94 (2), 429-434.
- KAHNEMAN, D., KRUEGER, D.; SCHKADE, D.; SCHWARZ, N.; STONE, A. (2004). "Toward national well-being accounts". *American economic review*. Papers and Proceedings, 94 (2), 429-434.
- KAHNEMAN, D.; DIENER, E.; SCHWARZ, N. (1999). *Well-being: the foundations of hedonic psychology*. New York: Russell Sage Foundation Publications.

- KAHNEMAN, D.; KRUEGER, A. (2006). "Developments in the measurement of subjective well-being". In: *Journal of economic perspectives*. 20 (1): 3-24.
- KECK, M. e SIKKINK, K. (1998) *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Cornell Univeristy Press.
- KINGWELL, M. (2006). *Aprendendo felicidade: todas as tentativas de Platão ao Prozac*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- KRASNER, S. (1985). *Structural conflict*. Berkeley: University of California Press.
- KRUEGER, A. (ed.) (2008). *Measuring the subjective well-being of nations: national accounts of time use and well-being*. University of Chicago Press: Chicago.
- LAYARD, R. (2005) *Happiness: lessons from a new science*. New York, NY: Penguin Press.
- LEITE, E. (2008). *Sobre o ideário de bem-estar num caderno jornalístico: uma abordagem psicanalítica*. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da USP).
- LIPOVETSKY, G. (2007). *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MAIA, M. (Coord.). (2002) *Políticas sociais para um novo mundo necessário e possível*. Santa Maria: Caderno Ideação, Gráfica Pallotti.
- MARÍAS, J. (1989). *A felicidade humana*. São Paulo: Duas Cidades.
- MAY, T. "Pesquisa documental: escavações e evidências" In: *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed.
- MCGILLIVRAY, M. (2007). "Human well-being: issues, concepts and measurements". In: MCGILLIVRAY (ed.) *Human well-being: concept and measurement*. Basingstoke, UK: Palgrave MacMillan.
- MCMAHON, D. (2006). *Felicidade: uma história*. São Paulo: Globo.
- NOLL, H., ZAPF, W. (1994). "Social indicators research: societal monitoring and social reporting". In: BORG, I., MOHLER, P. (eds.). *Trends and perspectives in empirical social research*. Berlin: Walter de Gruyter.

- OLIVEIRA, M. (2012). “Comunidades epistêmicas e transferências condicionadas de renda”. Seminário Discente do Departamento de Ciência Política/FFLCH. Universidade de São Paulo, maio de 2012, 16 p.
- ORTEGA, F. E BEZERRA JR., B. (2006). “O sujeito cerebral”. *Mente e Cérebro*. Edição 162 – Julho.
- PALUDO, S.; KOLLER, S. (2007). “Psicologia positiva: uma nova abordagem para antigas questões”. *Paidéia* (Ribeirão Preto) [online]. vol.17, n.36, pp. 9-20.
- PASSARELI, P.; SILVA, J. (2007). “Psicologia positiva e o estudo do bem-estar subjetivo”. In: *Estud. psicol.* (Campinas) [online]. 2007, vol.24, n.4, pp. 513-517.
- PIERUCCI, A. F. (2003). *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Ed. 34.
- ROSE, N. (2003). “Neurochemical selves”. *Society*. November/December, 41, 1, 46-59.
- RUSSO, J. E PONCIANO, E. (2002). “O sujeito da neurociência: da naturalização do homem ao re-encantamento da natureza”. *Physis* [online]. Vol. 12, n. 2, pp. 345-373.
- SAILER, R. (1931). *Happiness self-estimates of young men*. Teachers College, Columbia University Contributions to Education, n° 467. New York, NY: Columbia University.
- SANTAGADA, S. (2007). “Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica”. In: *Pensamento Plural*. Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro.
- SCHRADER, A. (2002). *Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- SCLIAR, M. (2003). *Saturno nos trópicos: a melancolia europeia chega ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEBENIUS, J. (1992). “Challenging conventional explanations of international cooperation: negotiation analysis and the case of epistemic communities”. *International Organization*. Vol. 46 (1): Knowledge, power and international policy coordination. p. 323-365.
- SELIGMAN, M. (2004). *Felicidade autêntica: usando a nova psicologia positiva para a realização permanente*. Rio de Janeiro: Objetiva.

- SELIGMAN, M.; CSIKSZENTMIHALYI, M. (2000). "Positive psychology: an introduction". *American Psychologist*. 55 (1): 5–14.
- SILVA, F. L. (2007). *Felicidade: dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos*. São Paulo: Claridade.
- SLAUGHTER, A. (2004). *A new world order*. Princeton: Princeton University Press.
- STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J. P. (2008). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Extraído de: http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf.
- SUNDSTROM, M. (2000). *A brief introduction: what is an epistemic community?*. <http://www.svet.lu.se/joluschema/epistcomm.pdf> [28 de maio de 2012].
- TAYLOR, C. (2005). *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola.
- TERMAN, L. (1938). *Psychological factor in marital happiness*. New York, NY: McGraw-Hill.
- U. S. DEPARTMENT OF HEALTH, EDUCATION AND WELFARE (1969). *Toward a social report*. Washington, DC: U. S. Government Printing Office.
- VEENHOVEN, R. (1989). "Is happiness relative?". In: FARGAS, J.; INNES, J. (eds.). *Recent advances in social psychology: an international perspective*. Elsevier Science, Amsterdam, p. 235-247.
- _____ . (1996). "The study of life satisfaction". In: SARIS, W., VEENHOVEN, R., SCHERPENZEEL, A., BUNTING B. (eds). *A comparative study of satisfaction with life in Europe*. Eötvös University Press. p. 11-48.
- _____ . (1997). "Advances in understanding happiness". In: *Revue Québécoise de Psychologie*. vol. 18. p. 29-74.
- _____ . (2000). "Freedom and happiness: a comparative study in 46 nations in the early 1990's". In: DIENER, E.; SUH, E. (eds.). (2000). *Culture and subjective well-being*. Cambridge: MIT Press.
- _____ . (2006). "Sociology's blind eye for happiness". Paper apresentado no 16th World Congress of Sociology, Durban, South Africa.
- _____ . (2007). "Subjective measures of well-being". In: MCGILLVRAY (ed.) *Human well-being: concept and measurement*. Basingstoke, UK: Palgrave MacMillan.

- WALLERSTEIN, (1979). *The capitalist world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WALTZ, K. (1979). *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley.
- WATSON, D.; CLARK, L.; TELLEGEN, A. (1988). "Development and validation of brief measures of positive and negative affect: the PANAS scales". In: *Journal of Personality and Social Psychology*. Vol. 54. No. 6, 1063-1070.
- WATSON, G. (1930). "Happiness among adult students of education". *Journal of educational psychology*. 21 (2), 79-109.
- WILCOX, L., BROOKS, R., BEAL, G., LONGAN, G. (1972). *Social indicators and societal monitoring: an annotated bibliography*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- WILSON, W. (1967). "Correlates of avowed happiness". In: *Psychological Bulletin*. 67 (4), 924-306.
- WINTER, D. e BARENBAUM, N. (1999). "History of modern personality psychology theory and research". In: PERVIN, L., e JOHN, O. (eds.). *Handbook of personality: theory and research*. New York, NY: Guilford Press.
- WALTZ, K. (1979). *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley.
- WALLERSTEIN, (1979). *The capitalist world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WEBER, M. (1982). "A psicologia social das religiões mundiais". In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- _____. (2004). *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WEIR, M. (1992). *Politics and jobs*. Princeton, NJ: Princeton University Press.